

 **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

**Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP**

EMMANUEL PINTO MONTEIRO

**A PARTICIPAÇÃO ELEITORAL COMO FORMA DE
CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA NA GUINÉ-BISSAU**



ARARAQUARA – S.P.

2020

 UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

EMMANUEL PINTO MONTEIRO

**A PARTICIPAÇÃO ELEITORAL COMO FORMA DE
CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA NA GUINÉ-BISSAU**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Estado, Sociedade e Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy

Bolsa: CAPES

ARARAQUARA – S.P.

2020

Monteiro, Emmanuel Pinto.

A Participação Eleitoral Como Forma de Consolidação da Democracia Na Guiné-Bissau/ Emmanuel Pinto Monteiro.
–2020.138 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara)

Orientador: Prof.^a Dr.^a. Maria Teresa Miceli Kerbauy.

1. Monteiro, Emmanuel Pinto. I. Título

EMMANUEL PINTO MONTEIRO

A PARTICIPAÇÃO ELEITORAL COMO FORMA DE CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA NA GUINÉ-BISSAU

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Campus de Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Estado, Sociedade e Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy.

Bolsa: CAPES.

ARARAQUARA, 29 DE MAIO DE 2020.

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara).

Membro Titular: Prof.^o Dr. Milton Lahuerta.

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara).

Membro Titular: Prof.^a Dra. Lucileia Colombo

Universidade Federal de Alagoas

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais Raimundo Xavier Monteiro e Leopoldina Pinto Cassama. Aos meus irmãos, Adelaide E. F. Monteiro, Laerth Laserino Pinto Monteiro e sua esposa Naila Provenzano e Greezela Pinto Monteiro.

À minha esposa Erica Moreira Costa Borges.

Ao Chefe do Departamento de Estatística e Informática da Comissão Nacional de Eleição da Guiné-Bissau, Braima Turé.

À Secretária Executiva do Supremo Tribunal de Justiça da Guiné-Bissau, Sra. Suzi Paula Semedo da Luz Matos.

Ao Diretor do Instituto Nacional da Meteorologia da Guiné-Bissau, Dr. João Lona Tchegna, e a sua equipe: Alfredo Spencer, Abu Sambu, Domingos Baptista, Mamadu Djau, Mario Baptista Biague.

À minha tia, Nicandria Elizabeth Da Costa.

Aos amigos Luis Mendes, Sumbunhe Nfanda e sua esposa Aline Cristina Adriano Nfanda, Gabriela Reis e sua mãe Rita Reis.

Aos cunhados: Osvaldo Vamain e Necely Costa Moreira Borges Carvalho e seu esposo Celedonio Sanha Carvalho.

À minha orientadora, Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy, pela atenção, compreensão e, sobretudo, pela orientação.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

Durante toda a minha vida dediquei-me a esta luta do povo africano. Lutei contra a dominação branca e lutei contra a dominação negra. Acarínhei sempre o ideal de uma sociedade livre e democrática em que todas as pessoas possam viver juntas em harmonia e com iguais oportunidades. É um ideal pelo qual tenho esperança de viver e realizar. Mas, se tal for necessário, é um ideal pelo qual estou disposto a morrer.

(Mandela, 1964)

Entendo que para se desenvolver e crescer como um país há que se submeter a certos desalentos, desde que sirvam para conquista de algo maior ou para atingir um propósito maior. (Frase do Autor).

Resumo

Situada na costa ocidental da África, a Guiné-Bissau entra na onda democrática a partir de 1994, com a realização da primeira eleição livre e transparente após mais de 20 anos sob a governança de um partido único. Com a democracia em curso, a Guiné-Bissau conheceu vários períodos de instabilidade política governativa que impossibilitou o término dos mandatos ou legislaturas. De outro lado, a instabilidade inviabilizou a realização de objetivos de desenvolvimento e redução de pobreza.

Nesse contexto político e social marcado por disputas políticas, a participação, seja em canais de decisão ou do ponto de vista de comparecimento às votações tendem a ser prejudicadas.

É, nesse sentido, que o objetivo deste estudo é analisar o comportamento da participação eleitoral no período de 1994, com a realização da primeira eleição geral, a de 2014. De modo que o foco principal da análise está centrado nas eleições para o cargo de Presidente da República e para o Legislativo. Esse objetivo justifica-se pela importância do fenômeno da participação eleitoral, dentro da jovem democracia guineense, para a consolidação de um sistema representativo multipartidário. Para consecução do objetivo foram adotadas referências teóricas sobre democracia representativa e neoinstitucionalismo, sistemas partidários e eleitorais. Por ser importante o período da transição política guineense, o estudo enfatiza o contexto político e econômico que marcou essa transição e apresenta as tipologias do sistema eleitoral, com ênfase no sistema eleitoral e partidário da Guiné-Bissau, em que destaca a lei eleitoral nº 10/2013 e a Constituição da República de 1996.

Palavras-chave: Democracia; Participação; Transição; Sistema Eleitoral; Sistema Partidário.

Abstract

Located on the West African coast, Guinea-Bissau has entered the democratic wave since 1994 (20th century) with the first free and transparent election after more than 20 years under single-party governance. With underway democracy, Guinea-Bissau experienced several periods of governmental political instability that made impossible the end of several mandates or legislatures. On the other hand, instability made it impossible the achievement of the development goals and poverty reduction.

In this political and social context marked by political dispute, the participation, whether in decision-making channels or in terms of attendance tends to be harmed.

It is in this sense that the main goal of this study is to analyze the electoral participation behavior in the 1994 period with the first election in 2014. The main focus of the analysis centers in the elections for the office for the Presidency of the Republic and for the Legislative positions. This goal is due to: the importance of the electoral partition phenomenon within the young Guinean democracy in the consolidation of the multiparty representative system. In order to achieve the objective of the study, theoretical references on representative democracy and neo-institutionalism, party and electoral systems were adopted. Due to the importance of the period of the Guinean political transition, the study emphasizes the political and economic contexts that marked the transition and presents the typologies of the electoral system with an emphasis on Guinea Bissau's electoral and party system in which highlights the electoral law No. 10/2013 and the 1996 constitution of the Republic.

Keywords: Democracy; Participation; Transition; Electoral System; Party System.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Liberalização, Inclusividade e Democratização.....	22
Figura 2: Mapa da Guiné- Bissau	28
Figura 3: Mapa Geopolítico do Reino de Kaabu	38

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados Gerais Populacionais.....	82
Tabela 2 - Votos Eleições Legislativas - 1994-2014.....	82
Tabela 3 - Partidos Políticos e Eleição Legislativa	83
Tabela 4 - Eleição Legislativa de 1994	88
Tabela 5 – Eleição Legislativa de 1999.....	91
Tabela 6 - Eleição Legislativa de 2004	93
Tabela 7 - Eleição legislativa de 2008.....	95
Tabela 8 – Eleição Legislativa de 2014.....	96
Tabela 9 - Eleições Presidenciais de 1994 a 2005	106
Tabela 10 - Eleições Presidenciais de 2009 a 2014.....	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Sistema Eleitoral Majoritário	62
Quadro 2 - Sistema Eleitoral Misto	62
Quadro 3 - Sistema Eleitoral Proporcional.....	62
Quadro 4 - Participação e Comparecimento. Eleição de 1994 a 2014	81
Quadro 5 - Partidos com a maior participação nas Legislativas.....	84
Quadro 6 - Círculos Eleitorais	122
Quadro 7 - Setor Autônomo de Bissau (SAB)	123

LISTA DE SIGLAS

BM Banco Mundial
CEDAO Comunidade dos Estados da África Ocidental
CEI Casa do Estudante do Império
CNE Comissão Nacional de Eleição
CODESRIA Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais na África
FMI Fundo Monetário Internacional
GTAPE Gabinete Técnico de Apoio ao Processo Eleitoral
INE Instituto Nacional de Estatística
MUDJ Movimento de Unidade Democrática Juvenil
MING Movimento para Independência Nacional da Guiné
ONU Organização das Nações Unidas
OUA Organização da União Africana
PAIGC Partido Africano para independência da Guiné e Cabo Verde
PAICV Partido Africano para Independência de Cabo Verde
PAI Partido Africano da Independência
PALOP Países de Língua Oficial Portuguesa
PIDE Polícia Internacional de Defesa de Estado
RGP Recenseamento Geral da População
SAB Setor Autônomo de Bissau
STJ Supremo Tribunal de Justiça
SVT Sistema de Voto Transferível
UNESP Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Sumário

1. Introdução.....	13
1.1 Objetivo	17
1.2 Metodologia.....	17
1.3 Coletas de Informação	18
1.4 Fundamentação Teórica.....	20
1.5 Estrutura da Dissertação	25
2. GUINÉ-BISSAU: DO IMPÉRIO À COLONIZAÇÃO	27
2.1 Localização Geográfica da Guiné-Bissau.....	27
2.2 Dos Grupos Étnicos	28
2.2.1 Fula ou Pulo ou Fulbe (Fulanis em Inglês, Peul em Francês)	30
2.2.2 Balantas	31
2.2.3 Mandingas	32
2.2.4 Manjaco, Mancanha e Pepel.....	32
2.2.4 Beafada	33
2.2.5 Bijagós.....	33
2.2.6 Felupe	35
2.3 Do Império ao primeiro contato com os europeus	35
2.4. Descobrimento e Colonização da Guiné-Bissau	38
3. A ABERTURA POLÍTICA NA GUINÉ-BISSAU: A TRANSIÇÃO.....	48
3.1. Da Teoria Sobre a Transição	51
3.2. Do Conceito da Democracia.....	54
3.3. Da Participação Política.....	55
4. SISTEMA ELEITORAL: A LEI ELEITORAL Nº 10/2013 DE 25 DE SETEMBRO	58
4.1. Tipologias do Sistema Eleitoral.....	61
4.1.1 Sistema Eleitoral Majoritário.....	63

4.1.5 Sistema Eleitoral Misto	65
4.1.6 Sistema Eleitoral Proporcional	67
4.2 Do Sistema Político	69
4.3 Sistema Político da Guiné-Bissau: Constituição da República da Guiné-Bissau.....	73
4.3.1 Lei Eleitoral nº 10/2013 de 25 de Setembro.....	75
4.3.2 Da Estrutura e Processo Eleitoral às Discrepâncias dos Votos e Colégios Eleitorais.....	76
5. AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS E PRESIDENCIAIS DE 1994 A 2014	79
5.1 Dos Dados Populacionais e Votos.....	81
5.2 Os dois maiores Partidos Políticos: PAIGS e PRS.....	83
5.3. Das Eleições Legislativas - 1994 a 2014.....	85
5.4. Das Eleições Presidenciais - 1994 a 2014	97
5.4.1 Do Comportamento Eleitoral.....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112
Anexo 1- Fotos dos Principais Grupos Étnicos da Guiné-Bissau.	116
Anexo 2 - Colégios Eleitorais.....	122
Anexo 3 - Lista dos Partidos Políticos da Guiné-Bissau (2019)	124

1. Introdução

É possível distinguir, na Guiné-Bissau, duas posições sobre a independência: os que são contra ela e os que acham que com ela se revelou a própria face e essência da cultura guineense. A segunda posição revela-se mais realista porque a identidade guineense, por ser forte, tem como sua característica principal resistência e insubordinação.

A população guineense, no passado, foi autônoma e independente por vários motivos, dentre os quais se destaca a presença do reino de Kaabu e de impérios¹, como o do Mali, que nunca intimidaram a formação de grupos étnicos, com as suas culturas e organização social, os quais persistem até hoje na Guiné-Bissau.

A presença de comércio e mercados locais é outro motivo que aponta para a existência de uma complexa rede, na qual se articulavam várias produções locais. O próprio Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), criado em 19 de setembro de 1956 (Mendy, 1994; Cabral, 1979), beneficiou-se dessas características de cunho social ao estabelecer, por exemplo, a autonomia e independência de ação e pensamento para conquistar o território de volta aos verdadeiros donos como um de seus princípios norteadores. Existem outros fatores que reforçam e vitalizam essas duas características, como a resistência social por exemplo. É importante ressaltar essas características da sociedade tradicional guineense, já que elas contribuíram muito para a resistência à colonização e na conquista da independência nacional. É essa sociedade insubordinada e resistente que em 1994 realiza sua primeira eleição democrática, com memória recente de golpes militares (14 de novembro de 1980) e outras tentativas fracassadas de golpes, sem estrutura social preparada, liderado pelo PAIGC incapaz de distinguir seu limite com o do Estado, monopolizando, assim, todos os resultados eleitorais a seu favor, de 1994 a 2014, ficando fora do poder somente em 1999, quando o Partido da Renovação Social (PRS) vence a eleição geral (legislativa e presidencial).

¹ Na Antiguidade, o território do atual Mali foi sede de três grandes impérios da África Ocidental, que controlavam o comércio de sal, ouro, matérias-primas e outros bens preciosos. Estes reinos careciam tanto de fronteiras geopolíticas quanto de identidade étnica. O primeiro destes impérios foi o império de Gana, fundada pelo povo soninquê, que falava a língua mandê. O reino expandiu-se por toda a África ocidental desde o século VIII [...]. O império do Mali formou-se na parte superior do Rio Níger e chegou a sua força máxima em meados do século XIV[...] O império entrou em declínio e, posteriormente, como resultado de conflitos internos, acabou sendo substituído pelo Império Songai. O povo songai é originário do noroeste da atual Nigéria, cujo império tinha sido, muito tempo, uma potência na África Ocidental sob o controle do império do Mali- (Diabate, 2017, p.28).

A proposta deste trabalho é discutir a contribuição da participação eleitoral na consolidação da recente democracia da Guiné-Bissau marcada por disputa de votos nas eleições presidenciais e legislativas.

Sendo assim, o objetivo da pesquisa é analisar a contribuição da participação eleitoral na perspectiva do comparecimento do cidadão guineense para escolha dos representantes para o Legislativo e para o cargo da Presidência da República. Entende-se que a análise da contribuição da participação no processo eleitoral, na escolha dos representantes da nação pode contribuir de várias formas para um melhor entendimento do avanço da democracia na Guiné-Bissau.

Na perspectiva social é importante analisar a contribuição da participação eleitoral, porque fornece uma visão em relação a consciência eleitoral em assumir uma responsabilidade ao encarar a participação como uma tomada de decisão na escolha de seus candidatos. Do ponto de vista operativo, a participação configura uma tomada de decisão como aponta Pateman (1992) ao abordar o sistema participativo de Rousseau:

A análise da operação do sistema participativo de Rousseau esclarece dois pontos: em primeiro lugar, que, para Rousseau, a participação acontece na tomada de decisão; em segundo lugar, que ela constitui, como nas teorias do governo representativo, um modo de proteger os interesses privados e de assegurar um bom governo (Pateman, 1992, p.38).

Do ponto de vista político a análise da participação eleitoral, demarca o quanto a democracia guineense é inclusiva e participativa ou não, pois será dada nesta pesquisa uma atenção especial às taxas de participação nas eleições multipartidárias para o legislativo e para as eleições presidenciais (Quadro 4).

Por ser uma jovem democracia, as instituições e a própria sociedade carecem de tempo para amadurecer as mudanças e assim, as transições possam efetivamente se consolidar. Vários fatores contribuem para essa necessidade. De um lado, é o da própria Constituição da República, que necessita de uma reforma profunda. Uma reforma que realmente reflita a realidade social, política e econômica do país, ou seja, de leis que atendam às demandas atuais da população nas áreas da educação, cultura, emprego, lazer e infraestrutura. Do outro lado, a própria Constituição precisa delimitar de uma forma clara os poderes da República, pelo fato de que ainda carrega as evidências do

acúmulo de poder por parte do Presidente da República, fato que tem desencadeado fortes interferências no poder executivo e nos processos decisórios.

Essa falta de clareza esteve na origem de muitas crises e na permanente instabilidade política (sofreu sucessivos golpes de Estado), com efeitos graves na economia, inviabilizando execuções de programas de governos e de parceiros (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento e União Europeia). Em suma, há uma ausência de legislação mais adequada e específica, sobretudo de um pacto político, já que os acordos políticos têm resultado em golpes militares.

A segunda justificativa da necessidade temporal para consolidação da democracia são as instituições da República afetadas pelas relações patrimonialistas, caracterizadas pela apropriação indevida, pelos líderes políticos (ministros, secretários do Estado, diretores) das instituições sem grandes restrições legais no uso da coisa pública. Desse modo, a gestão pública se caracteriza por pouca organização burocrática, pouca eficiência e pouca transparência.

A terceira justificativa considerada indispensável para que a democracia se consolide diz respeito à infraestrutura, da qual dependem muito a resolução dos problemas sociais e a satisfação das necessidades básicas da população. Apesar da transformação que chegou ao país provocado pelos efeitos da globalização, o fim do partido único e a aprovação do multipartidarismo ainda é possível identificar a infraestrutura da época da colonização sem manutenção, colocando em risco o serviço a ser prestado e a vida do próprio cidadão. É notável, também, uma grande ausência de infraestrutura para prestação de serviços de educação, saúde, alimentação e lazer (preservação e criação de novos espaços públicos).

Para um estado-nação que se formou sob a presença da colonização e da escravidão e que, para se libertar desses momentos obscuros da sua história, precisou desencadear uma luta armada, não é surpreendente que haja resistência à abertura democrática, à liberalização socioeconômica e às mudanças provocadas pela globalização. Por isso, após a aprovação do multipartidarismo em 1991, por meio de uma leve alteração na Constituição pela Assembleia Nacional Popular (ANP), todas as eleições multipartidárias foram antecedidas por incidentes político-militares (golpes).

A transição de um regime para outro foi marcado por disputas internas do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), feita em um

contexto interno e externo desfavorável a nível social e econômico. Como aponta Cardoso (1995, p.1) ao analisar a transição democrática da Guiné que no contexto do continente Africano este estava mergulhado em uma profunda crise devido aos acontecimentos do Leste Europeu.

Da transição mal acabada resultaram não somente golpes militares, mas também leis e sistema eleitoral injusto para partidos pequenos e colégios eleitorais com potencialidade de eleger representantes desproporcionalmente. Nas eleições legislativas, a maioria vencida pelo PAIGC, os partidos pequenos foram muito prejudicados pelo fato de receberem votos em colégios dispersos, enquanto que os partidos grandes (PAIGC e PRS), além de se candidatarem em todos os colégios, elegeram-se em todos eles.

É, portanto, sob este emaranhado institucional, jurisdicional e social que esta pesquisa se debruça, tendo como eixo condutor a questão da participação e como meta a intenção de revelar uma imagem macro dessa participação na democracia da Guiné-Bissau, desde a primeira eleição multipartidária, realizada em 1994 até a eleição de 2014.

A hipótese da pesquisa é de que, apesar dos conflitos que antecederam as eleições multipartidárias legislativas e presidenciais, não se alterou o comportamento eleitoral guineense e o comparecimento à urna. Assim a taxa de participação nas eleições de 1994 a 2014 continuará alta nas próximas eleições, enquanto não mudar a precária realidade social e econômica da Guiné-Bissau, o que significa que o PAIGC, apesar de ser um partido independentista devido a seu protagonismo na luta pela independência, pode perder para um partido ou candidato que venha a oferecer mudanças no cotidiano guineense.

Apesar de a Guiné-Bissau fazer parte de organizações regionais e de nível mundial, não constitui pretensão de trabalho abordar as consequências da participação no contexto regional, seja no que diz respeito a Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDAO), ou das Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP), ou da Organização da União Africana (OUA), ou ainda da Organização das Nações Unidas (ONU).

Pretende-se dar ampla atenção ao contexto e à realidade guineenses por serem diferentes dos demais países da África Ocidental e do continente africano, reforçando-

se, assim, a ideia de apresentar a Guiné-Bissau e sua história política, social e cultural ao mundo.

1.1 Objetivo

O presente estudo tem por objetivo analisar a contribuição da participação eleitoral na consolidação da democracia na Guiné-Bissau nas eleições para os cargos do Executivo, Legislativo Federal e Presidente da República. E especificamente o objetivo da dissertação é averiguar a evolução da participação, o contexto da transição de partido único para multipartidarismo e o contexto político-militar que antecederam as eleições legislativas e presidenciais.

A Guiné-Bissau, como já ressaltado, é uma democracia recente, com pouco mais de 20 anos se considerado a partir da data da primeira eleição multipartidária, realizada em 1994. O fenômeno da participação eleitoral, portanto, é muito novo e pouco debatido tanto entre a população como entre os principais atores políticos – governo, Assembleia Nacional Popular e partidos políticos.

A participação eleitoral é um importante instrumento de consolidação da democracia e de combate à desigualdade social e econômica, principalmente no contexto da Guiné-Bissau, onde problemas de má distribuição de renda, pobreza, desemprego e ausência de infraestrutura estão presentes desde a proclamação da independência em 1973, resultantes dos anos de dominação, exploração colonial e das sucessivas crises que têm fomentado permanente crise política, social e econômica.

Por outro lado, este estudo tem como objetivo oferecer uma contribuição para a comunidade acadêmica da UNESP, enriquecendo e diversificando o campo das referências em estudos africanos.

1.2 Metodologia

Foi realizada inicialmente uma pesquisa bibliográfica, por meio do levantamento de artigos científicos, livros, publicações, dissertações e teses. Também foi realizada uma pesquisa documental a respeito do sistema eleitoral e partidário, bem como da Constituição do país. Para a análise dos dados eleitorais, foi feita uma pesquisa de campo na Guiné-Bissau, nas seguintes instituições: Supremo Tribunal da Justiça da Guiné-Bissau, Comissão Nacional da Eleição e Instituto Nacional de Estatística. Existem outras fontes institucionais, como a Conservatória, a Delegação do Registro Civil, que possui uma estrutura de apoio ao processo eleitoral, e o Gabinete Técnico de

Apoio ao Processo Eleitoral (GTAPE). As três instituições acima indicadas: Supremo Tribunal da Justiça, Comissão Nacional de Eleição e Instituto Nacional de Estatística, foram selecionadas por desempenharem funções primordiais durante e depois do processo eleitoral. Os tribunais também dão esse apoio enviando até 31 de dezembro de cada ano a relação dos cidadãos maiores de 18 anos que estiverem cumprindo pena por crime doloso e que tiverem suspensos os direitos políticos por sentença com trânsito em julgado, como a própria lei do recenseamento nº 10/2013, de 25 de setembro estabelece no seu artigo 28º.

1.3 Coletas de Informação

Para coletar dados que embasassem a análise da participação eleitoral de 1994 até 2014 nas três instituições identificadas, foi elaborada uma planilha com as seguintes informações: população, total de população acima de 18 anos, número de eleitores, total de partidos políticos, total de partidos políticos concorrentes, total dos votos, total dos votos nulos, total dos votos brancos, total de abstenção e total dos votos válidos.

As mesmas informações foram aplicadas e coletadas para as eleições legislativas e presidenciais (1991 a 2014), com uma pequena alteração: nas eleições presidenciais não se candidatam partidos e sim candidatos, com ou sem vinculação partidária; por isso, alterou-se, nas eleições presidenciais, o total de partidos políticos concorrentes para candidatos foram coletados também os votos obtidos por cada um deles em todas as eleições legislativas.

A coleta do número total da população foi feita sobre o recenseamento geral da população e habitação realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) a cada dez anos (10 anos). Portanto, foram tomados como referência os dois últimos recenseamentos gerais da população e habitação, realizados em 1991 e em 2009. A inclusão do recenseamento geral de população e habitação de 1991 se deve ao fato de que a primeira eleição foi realizada em 1994, enquanto que as eleições que se seguiram após a de 1994 (1999/2000, 2004/2005 e 2008) foram baseadas no censo de 1991, com uma leve atualização dos números. Já as eleições de 2009, 2012 (anulada) e 2014 foram coletadas a partir do recenseamento geral realizado em 2009.

Os dados da população capacitada para votar foram coletados a partir do recenseamento geral realizado em 1991 e do censo de 2009. Para obtenção do valor da

população acima de 18 anos, foi excluído o grupo etário de 0 a 17 anos e contabilizados os grupos etários de 18 a 65 anos ou mais.

Para obtenção do número de eleitores, foi utilizado o estabelecido na lei eleitoral, no seu artigo 8º (capacidade ativa), que define o eleitor como cidadão guineense em pleno gozo do seu direito civil e político maior de 18 anos completados até 23 de outubro do ano em que se realiza a eleição e não abrangido por qualquer incapacidade prevista na lei eleitoral nº 10/2013. Importante ressaltar que no ato do recenseamento, especificamente na atualização da lista, já são excluídos os que com 18 ou acima de 18 não possam exercer os seus direitos de votar por alguma irregularidade ou pendência com a justiça.

O total de partidos políticos e o total de partidos políticos concorrentes foram coletados a partir do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), por ser o órgão responsável pela legalização de um partido no ato da criação deste e por ser responsável pela recepção das candidaturas das eleições legislativas e presidenciais.

O total de votos corresponde à somatória dos votos nulos, brancos e válidos. E assim como faz a própria Comissão Nacional de Eleição, órgão responsável pela organização das eleições, também adotamos como voto nulo e branco o estabelecido na lei eleitoral nº 10/2013 no seu artigo 77º. Segundo a legislação eleitoral, os votos brancos são votos que não possuem nenhuma marca.

O voto nulo corresponde ao voto em que foi assinalado mais de um quadrado ou quando não se sabe qual quadrado foi marcado. São contabilizados também como voto nulo aqueles em que se assinalem candidatos que desistiram da eleição e votos fora da urna.

A abstenção foi obtida pela subtração do número de eleitores do total dos votos, ou seja, o total dos que não compareceram ou deixaram de exercer o direito de votar. E o voto válido é a somatória de todos os votos obtidos pelos partidos na eleição legislativa, sendo que nas eleições presidenciais corresponde à somatória de todos os votos obtidos pelos candidatos.

O voto por partido foi obtido somando-se todos os votos de cada partido nas eleições legislativas e votos por candidato, também somando-se os votos de cada

candidato nas eleições presidenciais obtidos nos 28 círculos que compõem o território nacional mais o círculo emigração² (composto por países da África e Europa).

1.4 Fundamentação Teórica

A presente dissertação adota como referencial teórico as contribuições de autores que discorreram sobre o neoinstitucionalismo (Hall e Taylor) devido à abordagem do papel das instituições na determinação de resultado social e político. Também adota referências bibliográficas sobre democracia representativa e democracia participativa para refletir sobre a participação na recente democracia guineense que, na perspectiva deste trabalho, ainda tem um longo caminho a percorrer.

O século XX foi efetivamente um século de intensa disputa em torno da questão democrática. Essa disputa, travada ao final de cada uma das guerras mundiais e ao longo do período da guerra fria, envolve dois debates principais: na primeira metade do século o debate centrou-se em torno da desejabilidade da democracia (Weber, 1919; Schmitt, 1926; Kelsen, 1929; Michels, 1949; Schumpeter, 1942). Se, de um lado, tal debate foi resolvido em favor da desejabilidade da democracia como forma de governar, por outro lado, a proposta que se tornou hegemônica ao final das duas guerras mundiais implicou em uma restrição das formas de participação e soberania ampliada em favor de um consenso em torno de um procedimento eleitoral para formação de governo (Schumpeter, 1942). (SANTOS E AVRITZER, 2002, p.38).

A discussão em volta da democracia pós Segunda Guerra Mundial, em que os autores destacam a reflexão sobre as condições estruturais da democracia e que foi também um debate sobre a compatibilidade ou incompatibilidade entre a democracia e o capitalismo, teria criado um espaço favorável para que revisasse as possíveis alternativas ao liberalismo, assim como a democracia participativa ou popular na Europa, na África e no mundo em geral (SANTOS E AVRITZER, 2002, p.40). O terceiro debate se dá justamente acerca da questão da forma da democracia e da sua variação. A globalização da democracia, ou seja, sua expansão para outros países e continentes, coincide com a crise marcada por dupla patologia:

[...] a expansão global da democracia liberal coincidiu com uma grave crise desta nos países centrais onde mais se tinha consolidado, uma crise que ficou conhecida como a dupla patologia: a patologia da participação, sobretudo em vista do aumento dramático do

² Artigo 114º da lei eleitoral 10/2013 de 25 de setembro de 2013.

abstencionismo; e a patologia da representação, o fato de os cidadãos se considerarem cada vez menos representados por aqueles que elegeram. Ao mesmo tempo, o fim da Guerra Fria e a intensificação dos processos de globalização implicaram uma reavaliação do problema da homogeneidade da prática democrática (SANTOS E AVRITZER, 2002, p.42).

Estados nacionais como Brasil, Índia, Moçambique e África do Sul foram países em que cresceu uma nova forma da democracia local com o fenômeno da globalização como resposta aos questionamentos apresentados. Para Santos e Avritzer (2002, p.42), podia-se falar de duas vertentes hegemônicas, por assim dizer, no debate sobre a democracia no século XX, sendo a primeira baseada na defesa da construção da democracia, destacando a importância da mobilização social e da ação coletiva, e a segunda baseada na defesa da representatividade, deixando de lado o fenômeno da participação.

Dahl (1997) discute o problema da participação na transformação de um regime fechado ou em que a oposição encontra dificuldades em se organizar e fazer frente a um governo, algo que ocorre em jovens democracias, como em alguns países africanos. Para o autor, “uma característica-chave da democracia é a contínua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos, considerados como politicamente iguais” (DAHL, 1997, p.25). Ele também destaca que algumas oportunidades são indispensáveis para que o governo continue sendo responsivo durante certo tempo às preferências dos cidadãos, considerados politicamente iguais, como a

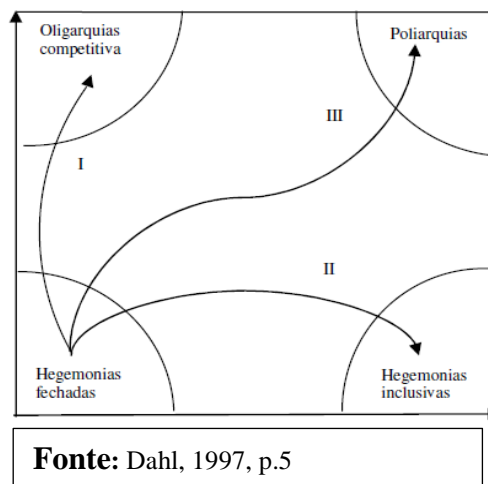
[...] de o cidadão formular suas preferências, de expressar suas preferências a seus concidadãos e ao governo através da ação individual ou de coletividade e de ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo, ou seja, consideradas sem discriminação decorrente do conteúdo ou da fonte de preferência (DAHL, 1997, p.1).

Dahl (1997) enumera, ainda, as características indispensáveis para a presença da democracia, sendo que oito garantias devem ser respeitadas pelo estado-nação: liberdade de formar e aderir a organizações; liberdade de expressão; direito de voto; elegibilidade para cargos públicos; direito de líderes políticos disputarem apoio; direito de líderes políticos disputarem votos; fontes alternativas de informação; eleições livres e idôneas; instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência (DAHL, 1997, p.2). Ao concluir a

análise da democratização a partir da contestação pública e do direito de participação, seja em cargos públicos ou em eleições, Dahl (1997) destaca o seguinte:

“A democracia poderia ser concebida como um regime localizado no canto superior direito. Mas como ela pode envolver mais dimensões do que as duas da figura 1.2, e como (no meu entender) nenhum grande sistema no mundo real é plenamente democratizado, prefiro chamar os sistemas mundiais reais que estão mais perto do canto superior direito de poliarquia. Qualquer mudança num regime que o desloque para cima e para a direita, ao longo do caminho III, por exemplo, pode-se dizer que representa algum grau de democratização. As poliarquias podem ser pensadas então como regimes relativamente (mas incompletamente) democratizados, ou, em outros termos, as poliarquias são regimes que foram substancialmente popularizados e liberalizados, isto é, fortemente inclusivos e amplamente abertos à contestação pública”. (DAHL, 1997, p.5).

Figura 1: Liberalização, Inclusividade e Democratização.



Mais adiante, ele ressalta a importância de pensar a democratização como diversas transformações em que:

Uma delas é a transformação de hegemonias e oligarquias competitivas em quase-poliarquias. Este foi, essencialmente, o processo que se operou no mundo ocidental ao longo do século XIX. Uma segunda é a transformação de quase-poliarquias em poliarquias plenas. Foi o que ocorreu na Europa nas quase três décadas que se estenderam do final do século passado até a Primeira Guerra Mundial. Uma terceira é a democratização ainda maior de poliarquias plenas. Este processo histórico coincide, talvez, com o rápido desenvolvimento do Estado de bem-estar democrático que se seguiu à instauração da Grande Depressão; interrompido pela Segunda Guerra

Mundial, o processo parece ter-se renovado no final dos anos 60 na forma de rápido crescimento das reivindicações pela democratização de uma grande diversidade de instituições sociais, especialmente entre os jovens. (DAHL, 1997, p. 6).

Portanto, essa onda de transformações e reivindicações, marcante, nos finais da década de 60, foi ao mesmo tempo crucial para a ampliação do fenômeno da participação, como destacou Pateman (1992):

Nos últimos anos da década de 60, a palavra “participação” tornou-se parte do vocabulário político popular. Isso aconteceu na onda de reivindicações, em especial por parte dos estudantes, pela abertura de novas áreas de participação – nesse caso na esfera da educação de nível superior – e também por parte de vários grupos que queriam, na prática, a implementação dos direitos que eram seus na teoria. (PETEMAN, 1992, p.9).

A autora discorre sobre a compreensão da participação e o papel que isso ocupa na moderna democracia, dado o perigo que se coloca à ampla participação nas democracias contemporâneas. Segundo Pateman (1992, p.25), a “democracia” vincula-se a um método político ou uma série de arranjos institucionais a nível nacional. O elemento democrático característico do método é a competição entre os líderes (elite) eleitos pelos votos do povo, em eleições periódicas e livres. As eleições são cruciais para o método democrático, pois é principalmente através delas que a maioria pode exercer controle sobre os líderes (PATEMAN, 1992, p.25).

Nesse contexto, a participação para além do momento do voto é crucial neste método, para que se efetive a escolha dos tomadores (representantes) da decisão, tendo como função a proteção contra a arbitrariedade dos líderes e a proteção dos interesses privados.

Cientes de que a relação entre participação e democracia nutrem muito das instituições, seria indispensável abordar o ponto de vista institucional. Dentro do quadro das instituições, a pesquisa adota a perspectiva neoinstitucionalista. Segundo Hall & Taylor (2003, p.194), a importância das teorias neoinstitucionalistas se deve ao fato de tentarem esclarecer o papel exercido pela instituição na obtenção de resultados sociais e políticos. Ao explicar as versões dessa teoria, Hall e Taylor (2003) distinguem três escolas que vão conceituar não só, a instituição, mas como ela também afeta o comportamento dos indivíduos.

O foco vai centrar nas definições de instituição fornecidas por cada uma das escolas. Na concepção do neoinstitucionalismo histórico, a instituição se define como procedimento.

De modo global, como os procedimentos, protocolos, normas e convenções oficiais e oficiosas inerentes à estrutura organizacional da comunidade política ou da economia política. Isso se estende das regras de uma ordem constitucional ou dos procedimentos habituais de funcionamento de uma organização até às convenções que governam o comportamento dos sindicatos ou as relações entre bancos e empresas. Em geral, esses teóricos têm a tendência a associar as instituições às organizações e às regras ou convenções editadas pelas organizações formais. (HALL E TAYLOR, 2003, p.196).

Já o neoinstitucionalismo da escolha racional, que teve sua origem no Congresso dos Estados Unidos, a instituição surge somente em caso de ganhos reais.

Essa formulação pressupõe que os atores criam a instituição de modo a realizar esse valor, o que os teóricos conceituam no mais das vezes como um ganho obtido pela cooperação. Assim, o processo de criação de instituições é geralmente centrado na noção de acordo voluntário entre os atores interessados. Se a instituição está submetida a algum processo de seleção competitiva, ela desde logo deve sua sobrevivência ao fato de oferecer mais benefícios aos atores interessados do que as formas institucionais concorrentes. (HALL e TAYLOR, 2003, p.206).

Por último, o neoinstitucionalismo sociológico vai ampliar sua visão e incluir os símbolos ao definir a instituição de uma forma global.

Os teóricos dessa escola tendem a definir as instituições de maneira muito mais global do que os pesquisadores em Ciência Política, incluindo não só as regras, procedimentos ou normas formais, mas também os sistemas de símbolos, os esquemas cognitivos e os modelos morais que fornecem “padrões de significação” que guiam a ação humana. (HALL E TAYLOR, 2003, p.209).

Nota-se uma diversidade de significância oferecida por cada uma das escolas, permitindo conclusões diferentes na análise do mundo político e suas instituições e do comportamento relativo aos atores desse mundo político. Segundo Hall & Taylor (2003, p.194), o histórico oferece uma compreensão mais ampla da relação entre instituições e comportamentos baseando-se no enfoque calculista e culturalista, enquanto a escolha

racional se apega à concepção mais precisa baseada na motivação humana. Na realidade, existe a todo o momento uma influência mútua entre a instituição e o comportamento, pois as instituições, além de serem palcos, também se constituem como atores.

Sem negar a importância tanto do contexto social da política quanto das motivações dos atores individuais, o neo-institucionalismo insiste em um papel mais autônomo para as instituições políticas. O Estado não é somente afetado pela sociedade, mas também a afeta (KATZENSTEIN, 1978; KRASNER, 1978; STEPHAN, 1978; SKOCPOL, 1979; NORDLINGER, 1981). A democracia política depende não somente da economia e das condições sociais, mas também do desenho das instituições políticas. A agência burocrática, a comissão legislativa e as cortes de apelação são arenas para as forças sociais contraditórias, mas também são uma coleção de procedimentos e estruturas de operação-padrão que definem e defendem interesses; elas são atores políticos em si. (MARCH & OLSEN, 2008, p.127).

1.5 Estrutura da Dissertação

A dissertação está dividida em cinco seções. A primeira é a introdução; a segunda seção dedica-se a apresentar a localização geográfica da Guiné-Bissau e suas alterações. Apresenta-se também nessa mesma seção, a divisão administrativa do país e seus dados populacionais. Em seguida, são abordados os principais grupos étnicos que compõem o mosaico étnico guineense e apresenta-se um breve conceito do que se entende por etnia. A participação eleitoral, objeto deste estudo, depende muito da participação dos grupos étnicos, incentivados pelos chefes das aldeias ou das etnias, também conhecidos por “régulos”. Por terem papel fundamental na ocupação e na colonização, trata-se ainda nessa seção, do império e do descobrimento. Esse recuo na história da sociedade guineense é importante para a compreensão dos sobressaltos ocorridos antes da aprovação do multipartidarismo. A importância do reino de Kaabu na história democrática é muito presente, mesmo não existindo mais. A unidade na luta pela independência é um critério de voto para os eleitores. Essa seção se dedica a um resgate histórico para fornecer um olhar mais cuidadoso sobre os contextos em que se deram as eleições legislativas e presidenciais e uma análise dos contextos que antecederam as eleições.

Como o fenômeno da participação eleitoral se efetivou na prática em 1994, ano da primeira eleição multipartidária do atual Estado democrático de direito da Guiné-

Bissau, a terceira seção analisa a abertura política do país. Portanto, a abordagem parte do contexto interno social e econômico da Guiné e do conflito interno do Partido Africano Para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) que marcou a transição para o multipartidarismo. Em seguida, a discussão é direcionada para algumas posições teóricas sobre a transição, as quais fornecem uma explicação da trajetória, dos acontecimentos e comportamentos durante o período da transição para a democracia que podem clarificar o caso guineense. Em paralelo à discussão teórica da transição, abordam-se também a democracia e a participação política, por se entender que a participação eleitoral também é uma forma de participação política. O objetivo da terceira seção será olhar em que contexto se deu a abertura política na Guiné-Bissau, com a aprovação da Lei Quadro dos Partidos Políticos em 1991, bem como o contexto em que se deu essa aprovação pela Assembleia Nacional Popular.

A quarta seção aborda o sistema eleitoral. Abre-se a seção apresentando uma discussão sobre os sistemas eleitorais e as tipologias em vigor nas diferentes democracias. Depois, a seção prossegue tratando do sistema partidário, do sistema de governo e do sistema eleitoral da Guiné. Para tanto, destaca-se a Lei n.º 10/2013, que versa sobre a eleição do Presidente da República e da Assembleia Nacional Popular, e é enfatizado em detalhes e separadamente a Constituição da República, por serem os principais dispositivos em que órgãos e atores políticos e sociais se baseiam seus atos.

A quinta seção é a materialização do objetivo da dissertação por meio do mapeamento eleitoral de 1994 a 2014. Serão apresentados os resultados eleitorais para a Assembleia Nacional Popular e para o cargo de Presidente da República, sempre atentos à evolução da taxa de participação, aos dados gerais da população, aos votos nulos, brancos, abstenções e aos votos válidos nas eleições legislativas e aos partidos que mais participaram nas eleições e efetivamente elegeram deputados. Dentro do período estudado, aponta-se dois grandes partidos desde a aprovação do multipartidarismo. As taxas de participação foram enfatizadas em todas as eleições. Ao abordar os resultados presidenciais, serão enfatizados os contextos que antecederam as eleições e o comportamento eleitoral guineense para compreensão da participação eleitoral.

2. GUINÉ-BISSAU: DO IMPÉRIO À COLONIZAÇÃO

2.1 Localização Geográfica da Guiné-Bissau

Um fato muito importante a respeito da localização geográfica da Guiné-Bissau e pouco citado em vários estudos é que, lentamente, uma parte do território é engolida pela água devido ao avanço do mar. Esse fenômeno gera, em certo sentido, diferença nos dados estatísticos que normalmente são coletados, dependendo da época de coleta.

Como explica o historiador Peter Karibe Mendy ao abordar “Povos e Sociedade” no seu estudo intitulado “Colonialismo português em África: a tradição de resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)”,

Periodicamente, uma parte significativa do país é submersa pela maré, ao ponto de a superfície total do território variar de fonte estatística para fonte estatística, dependendo da inclusão ou exclusão das áreas inundadas: 33.637 Km² (Cabral, 1953), 28.000 Km² (Teixeira da Mota, 1954), e 36.125Km² (Anuário Estatístico do Ultramar, 1956). (MENDY, 1994, p.75).

Na atualidade, dados oficiais e sites do governo indicam 36.125 Km², o que significa que foram incluídas as áreas inundadas no cálculo estatístico. Dito isso, fica claro o motivo pelo qual, em alguns casos, trabalhos de pesquisa e documentos variam os valores da superfície territorial da Guiné-Bissau.

A Guiné-Bissau é um país localizado na costa ocidental da África, entre as latitudes 10°19’ norte e 12°20’ norte e as longitudes 13°40’ oeste e 16°43’ oeste. Estabelece fronteira com a República do Senegal ao Norte, República da Guiné-Conakry ao Leste e Sul e o Oceano Atlântico ao Oeste. A população é estimada em menos de dois milhões e meio (2.500.000) de habitantes.

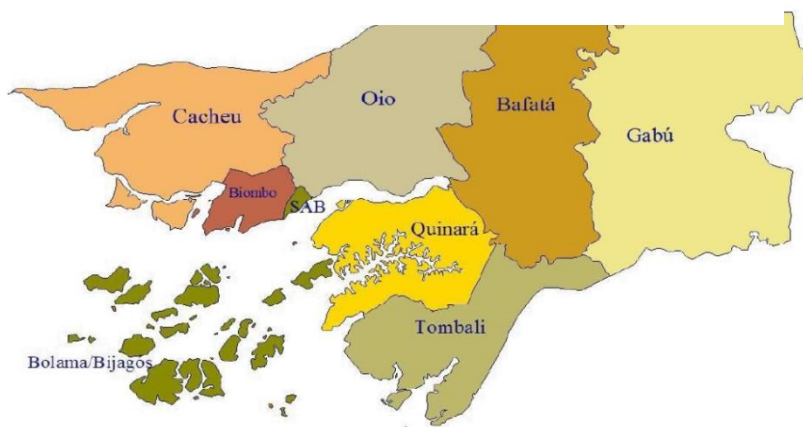
Obras como a de Antonio E. Duarte Silva (1997) sobre “A Independência da Guiné-Bissau e a Descolonização Portuguesa” apontam que a Guiné-Bissau é uma pequena parcela da Costa da Guiné explorada pelos portugueses a partir do século XV, mais precisamente, da região natural entre Senegal e Serra Leoa conhecida por Rios da Guiné do Cabo Verde. A região passou a ser conhecida por Guiné Portuguesa a partir da Conferência de Berlim, quando foram delimitadas as fronteiras e abandonadas

reivindicações territoriais sobre a Gambia e a zona de Casamansa³, também conhecida como colônia rebelde e terrível que resistiu fortemente à ocupação (SILVA, 1997, p.21). A superfície habitável, segundo Augel (2007, p.49) é de 24.800 Km², devido às terras inutilizadas pelas inundações das marés fluviais e pelos alagamentos causados pelas chuvas regulares e periódicas.

Administrativamente, a Guiné-Bissau está dividida em nove regiões, incluído o Setor Autônomo que é a capital Bissau. As regiões que compõem o território nacional: Setor Autônomo de Bissau, Oio, Gabú, Bafatá, Cacheu, Biombo, Tombali, Quinara e Bolama/Bijagós.

Segundo os dados do último censo realizado em 2009, já que o recenseamento é realizado de dez em dez anos, a população de sexo feminino é maior, com 51,6%, e a população de sexo masculino representa 48,4% do total. A região mais populosa é o Setor Autônomo de Bissau (SAB), com 25,10%, seguida da região de Oio com 15%, regiões de Gabú e Bafata com 14% e a região de Cacheu com 13%. A menor população residente se encontra na região de Bolama/Bijagós, com (2%) (32.140 pessoas).

Figura 2: Mapa da Guiné- Bissau



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 2020.

2.2 Dos Grupos Étnicos

Antes de apresentar os principais grupos étnicos que compõem o mosaico social guineense, importa esclarecer que a questão da etnia ou etnicidade sempre constituiu

³ Além de ser uma região muito bonita, com lindas e aprazíveis praias, portanto, própria à exploração turística, o qual é o principal interesse senegalês, além de ser uma potência agrícola, que possui jazidas de petróleo off-shore ali descobertas, fato obviamente ainda desconhecido quando, em 1886, em consequência do tratado de Berlim, a Casamansa foi destinada à França, dentro da área do Senegal, com base na troca da região de Cacine (Augel, 2007, p.66).

tema de muitas discussões entre os estudiosos do país. Como não se pretende aprofundar nas divergências que permeiam o tema, porque não constitui o objetivo deste estudo, parte-se da definição de etnia dada pelo Mamadú Jao, ao abordar a “questão da etnicidade e a origem dos Mancanhas”:

Para nós, um grupo étnico representa, sobretudo, “um grupo humano consolidado, que se criou ao longo do tempo num território determinado e que possui características linguísticas, culturais [...] comuns e relativamente estáveis, assim como a consciência da sua identidade e da diferença em relação a todas as demais formações similares fixadas num nome de designação coletiva (etnónimo)” (JAO, 1995, p.21).

Concordando com Jao (1995), entende-se que o conceito acima apresentado afasta as tentativas acadêmicas, políticas e de qualquer outra ordem que procurem ou já tenham tentado aproximar o fenômeno étnico a uma criação colonial ou dos colonizadores como um instrumento político na estratégia de dividir para reinar. Segundo Jao (1995, p.21), a questão da identidade étnica e a própria etnia não é e nunca foi uma criação espontânea (não se cria de um dia para outro) e isto constitui elemento chave que desqualifica tais “teses”.

Entre os 54 países que compõem o continente africano, a Guiné-Bissau, assim com os demais, distinguem-se pela sua diversidade cultural, devida à presença de vários grupos étnicos desde a Antiguidade, os quais povoaram o território por vários motivos, como por exemplo, melhor condição natural para a agricultura, pescas, migrações internas e externas. Como o território é forte na agricultura e pesca, a diferença é clara entre a população do litoral e do interior.

A população do litoral, muito influenciada pelo contato com o islamismo, é mais forte na produção agrícola propiciada pela vasta terra de lavouras. Dessas terras, destacam-se Balantas e Brâmes (subdivididos em Mandjacos, Mancanhas e Pepel). Já a população do interior é dominada pelos Mandigas e Fulas, e fortes no comércio desde o século passado.

Há muito tempo, várias tentativas têm sido desencadeadas no sentido de quantificar os grupos étnicos da Guiné-Bissau, mas a maior dificuldade encontrada sempre foi a presença de subgrupos dentro dos grandes ou principais grupos étnicos.

Referências da administração colonial como o “Anuário da Guiné Portuguesa⁴” - e outras publicações da época foram importantes documentos utilizados para tal finalidade. Conforme o “Recenseamento Geral da População e Habitação” de 2009, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) da Guiné-Bissau, as principais etnias da população de nacionalidade guineense são: Fula (28,5%), Balanta (22,5%), Mandiga (14,7%), Pepel (9,10%), Mandjaco (8,3%), Beafada (3,50%), Mancanha (3,1%), Bijagós (2,10%), Felupe (1,70%), Mansonca (1,40%), Balata Mane (1,0%), Nalu (0,90%), Saracule (0,50%) e Sosso (0,40%).

Uma nova categoria que aparece no último recenseamento é “Sem Etnia”, com 2,20%. Nesse recenseamento, uma nova realidade se apresenta, pois nos anteriores a etnia Balanta era maioria. Agora a etnia Fula passa a ser a etnia de maior expressão da população guineense. Essa realidade pode alterar-se de acordo com a política de natalidade adotada e a política migratória estabelecida pelos futuros governos.

Seria um árduo trabalho aprofundar uma análise de cada grupo étnico que compõe a população guineense, mas é importante destacar as principais características de alguns dos grupos considerados principais nesse mosaico social. Desse modo, o Anexo 1 apresenta as fotos de cada grupo étnico.

2.2.1 Fula ou Pulo ou Fulbe (Fulanis em Inglês, Peul em Francês)

Os famosos pastores e agricultores situados na zona leste da Guiné-Bissau se distinguem pelos seguintes subgrupos: Fulas-Forro, ou Fulbe-Ribe (nascido livre), Fulas-Pretos ou Fulbe-djabe (fula cativo), e Futa-Fula ou Futa-Fulbe (fulas de Futa Djalón, Futa Toro, Quebo e Boé). Segundo o Recenseamento Geral da População (RGP) de 2009 representa a maioria da população das regiões de Gabu e Bafata com 79,6% e 60,0%.

Na Futa Djalón, que é a cidade de proveniência da hierarquia dessa etnia, inicia-se no “Almami” como o dirigente político e religioso supremo, seguindo-se o alfa como

⁴ O Anuário da Guiné Portuguesa de 1946, publicação do governo da colônia, organizado por Fausto Duarte, afirma que “a população nativa é composta pelas seguintes tribos, umas mais diferente do que as outras: Baiotes, Balantas, Banhuntos, Beafada, Bijagós, Brâmes ou Mancanhas, Cassanga, Felupes, Fulas, Mandigas, Manjacos, Nalus, Papeis e Sôssos” (p.17). De acordo com Censo da População de 1950, v.2, “a população não civilizada” arrola um total de trinta “tribos”, ente as quais cinco subgrupos de Fula, além de categorias de “outros tribos” com total entre 146.398 pessoas (Balanta, cerca de 29% da população total) e 8 pessoas dos Teménés (p.174-175). Ainda hoje, não há um consenso. O número de etnias varia de autor para autor. Alguns computam mais de três dezenas, outros cerca de vinte etnias. Autores nacionais consideram que uma análise mais criteriosa não levaria para além de uma dezena e meia de grupos étnicos em todo o território nacional. (Augel, 2007, p.77).

governador, depois os “Landos” como chefes das diferentes “Missidis” ou grupos de aldeias que compartilhavam uma mesquita. Por último na hierarquia encontram-se os “Djargas” como governadores de aldeias de escravos. É relevante retroceder no tempo para lembrar que este grupo deu sinal de aparecimento na Guiné-Bissau desde século XV (MENDY, 1994, p.88).

Com residência praticamente fixada na Guiné-Bissau, apesar de se espalhar pela África Ocidental, os Fulas tiveram que se submeter às regras dos Mandigas, que dominavam o Kaabu (atual região do Gabu na organização administrativa).

Uma vez em Kaabu, as fulas submeteram-se às leis e exigências dos mandingas, pagando-lhes tributo em gêneros, gado e escravos. Porém, o tratamento que recebiam foi geralmente severo e cruel, sendo sujeitos a pagamentos exorbitantes de todos os tipos e muitas vezes torturados fisicamente. A prolongada indignação e cólera das fulas explodiram em revoltas e rebeliões no século XIX, contribuindo consideravelmente para a destruição do domínio mandinga e a queda do império de Kaabu. (Mendy, 1994, p.88)

Mendy (1994) vai afirmar que por serem famosos pastores e agricultores, foi à procura de melhores pastagens que motivou seus deslocamentos para diferentes regiões, tornando-os, assim, nômades na Guiné-Bissau.

2.2.2 Balantas

Os Balantas representam a maioria da população nas regiões Tombali de Oio com 46,9% e 43,60%. Segunda maioria nas regiões de Quinara com 35,20%, Biombo com 19,4%, Cacheu com 28,8% e Setor Autônomo de Bissau (Capital) com 20,5%.

É um grupo não estratificado e igualitário, mas com um Conselho de Homens Grandes, ou anciãos, que regulam os assuntos das tabancas ou aldeias. Tais Homens Grandes não possuem privilégios econômicos pelo fato de pertencerem ao conselho. Tradicionalmente, para os Balantas a terra pertence à comunidade da tabanca (aldeia) e é distribuída conforme a necessidade das famílias. A terra é dividida em pública (que se encontra à disposição da comunidade) e terras sagradas reservadas para “Aule” ou “Irã” (poderosas forças sobrenaturais). A distinção política entre os Balantas se faz em virtude da idade.

Quanto a organização social estão organizados em “tabancas” ou aldeias compostas por “moranças” ou cercas, ligadas entre si por uma cultura comum em que cada uma das tabancas guarda a sua soberania (MENDY, 1994, p.80).

2.2.3 Mandingas

Dentro desse grupo étnico destacam-se: Bambaras do Mali, Sussus e Djalonkes da Guiné-Conakry, Mendes e Vais da Serra Leoa e Mandinkas do Senegal e Gâmbia. No entanto, a grande maioria é originária da região de Mande, perto de Bamako (capital do atual Estado do Mali). Segundo o Recenseamento Geral da População de 2009 os Mandigas representam a segunda maioria nas regiões de Bafata e Gabu com 22,90% e 14,20%.

Eles são habilidosos agricultores e produtores de cultura de subsistência como arroz, milho, milho moído, mandioca e batata-doce, e de colheitas de exportação como amendoim e algodão. Apresentam-se como um grupo altamente estratificado e rígido de casta, com classes sociais e distinções sociais bem definidos. As famílias mais tradicionais da nobreza são os Sané e Mané, que disputavam o império de Kaabu e pertenciam a uma das três castas da sociedade mandinga, composta pelos Foros (nascidos livres) Nyancho (nascidos livres), nyamalos (ferreiros, músicos profissionais ou contadores de histórias (jalis)) e os escravos chamados de Dyos.

2.2.4 Manjaco, Mancanha e Pepel.

Atualmente eles estão separados e constituem um dos principais grupos étnicos da Guiné-Bissau, mas antigamente era um único grupo com usos e costumes muito próximos. Historicamente este grupo é referenciado desde finais do século XVIII:

As primeiras referências aos Manjaco, enquanto um grupo distinto dos Brames, datam do final do século XVIII. Esta designação foi utilizada originalmente para os grupos de migrantes originários da ilha de Pecixe, sendo depois aplicada a diversas populações da região compreendida entre os rios Cacheu e Mansoa. Os habitantes da ilha de Bissau, por seu turno, passaram a ser referidos como Pepel, reservando-se o termo de Brame ou ainda Mancanha para um grupo que é majoritário na zona de Bula e na ilha de Bolama. (CARVALHO, 1998, p.44).

A sociedade era composta da seguinte subdivisão: Nacine Bacine (reis dos reis), Baxasan e Babucin, conhecidos como Bacine (chefes territoriais) e os de níveis baixos, os Baluk (escravos). Entre as duas últimas castas estão os Bapens (sacerdotes e sacerdotisas), os Bamanas (zeladores dos templos outchai), os metak, nagak, kandjan e namuan (as várias classes de conselheiros dos chefes), badjar (cavadores e agrários), batak (ferreiros), banui (construtores), banbiguet (tecelões), balaz (tocadores de tambor)

e os bandjafo (guerreiros). Em termos políticos, a sociedade estava estruturada em três níveis: central, regional e local. A terra era possuída coletivamente e privadamente, muito embora uma parte fosse propriedade exclusiva do rei. A riqueza se baseava na quantidade de terra, cabeças de gado e no número de esposas. Representam 64,7% da população da região de Biombo.

2.2.4 Beafada

É um grupo altamente estratificado e muito apegado a bens materiais e privilégios. Antes da chegada dos europeus, possuíam boa parte das terras - terras essas concentradas nas mãos dos fidalgos, que cobravam do povo pelo seu uso.

2.2.5 Bijagós

É um grupo étnico muito heterogêneo e pouco conhecido, por ser fechado e habitar as ilhas. Destaca-se por sua característica matriarcal, dado o fato de as mulheres serem mais empoderadas do que os homens, com funções sociais, políticas e religiosas relevantes. Também é um grupo social estratificado e complexo que, com o passar do tempo, passou a contar com um conselho de homens grandes ou chefes eleitos e posse coletiva da terra.

Em um estudo muito recente, realizado em 2009, por um grupo de trabalho constituído por três pesquisadores nativos e com forte apoio do Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (CODESRIA), foi possível enxergar detalhes mais profundos da sociedade Bijagó. O grupo de trabalho não somente revelou os fundamentos das suas origens como vivenciaram desde a infância cada rito da cultura local. Ao se referir à origem e povoamento, os pesquisadores apontam que é um tema ainda por definir, pois a sua história oral encontra-se mal explorada e apresenta-se muito pouco precisa e pouco esclarecedora.

No entanto, as diferentes hipóteses avançadas quanto à sua origem permitem concluir que eles viviam algures no continente e a partir de um dado momento, provavelmente antes do séc. XV altura em que se produziram os primeiros contatos dos europeus com a costa ocidental africana, passou a povoar as ilhas do Arquipélago. O povoamento teria ocorrido em períodos diferentes, sendo que umas ilhas serviram de ponto de partida para a ocupação de outras, à procura de melhores meios de subsistência. (CARDOSO, PEREIRA, CARDOSO, 2009, p.12).

Assim como outros grupos étnicos, os Bijagós possuem uma organização política e geográfica que permite o estabelecimento de relações com outros grupos e entre eles próprios. Essa organização é tida como tradicional, mas respeitada e preservada pelo Estado como forma de garantir a estabilidade e a paz no território nacional.

No sistema político bijagó, a tabanca (crioulo) ou emgba (bijagó) – aldeia ou comunidade rural – constitui a unidade de base. Ela é autônoma e geralmente autossuficiente nas suas atividades sócio-religiosas e económicas, sendo a forma de poder considerada mais fiel à tradição, a que permite a existência de um oronhó (régulo) para cada tabanca (Scantamburlo 1991: 43), com todas as suas prerrogativas. Cada tabanca é propriedade de uma linhagem – djonçon (em crioulo), kuduba (em bijagó) – cujos poderes se podem estender e exercer em outras tabancas. Isto significa que a mesma djonçon pode ser proprietária – dunu di tchon (crioulo) e uam-moto (bijagó) – de várias tabancas nos limites não apenas de uma, mas de várias ilhas. (CARDOSO *et all.*, 2009, p.14).

A propriedade é vista pelos bijagós como algo pertencente a todos, portanto exclui o conceito privado da terra e de outros recursos, distinguindo somente os que pertencem à linhagem daqueles que pertencem à comunidade (CARDOSO, PEREIRA, CARDOSO, 2009, p.15).

Por ser um grupo que preza muito pela coletividade, buscando sempre minimizar as diferenças, constitui um grupo muito original na forma como protege a convivência coletiva:

Na sociedade bijagó rapazes e raparigas, homens, mulheres e velhos gozam de liberdades pessoais e individuais, mas devem sempre respeito aos direitos e deveres coletivos, quer seja ao nível da família iébótake, da classe de idade - kom'mé ou manrass (em bijagó) - a que pertencem, quer ainda ao nível da comunidade (emgba) no geral. A vida dos indivíduos encontra-se regida por regras sociais determinadas pelas condições do grupo, estando, por isso, a coletividade acima de tudo e de todos. (CARDOSO, PEREIRA, CARDOSO, 2009, p.17).

Contudo, a coletividade e os princípios que regem esse tipo de relacionamento e convivência vêm sofrendo mudança devido à modernidade e contatos culturais endógenas e exógenas, como tem acontecido com todos os grupos étnicos africanos. A etnia Bijagós corresponde, dessa forma, a quase 2/3 da população (64,3%).

2.2.6 Felupe

Dentre os grupos étnicos não estratificados, o Felupe também aparece, assim como os Balantas. De característica igualitária, sem hierarquia social possui um conselho de anciões que dirigiam as aldeias ou tabancas antes da chegada dos europeus. Fortes no cultivo de arroz, criação de gado, pesca, caça e extração de vinho de palma. Eles representam a terceira maioria na região de Cacheu com 9,1%.

Cada um dos principais grupos étnicos representa uma língua que é falada dentro do seu meio social ou de convívio. Logo, há Fula falando Fula, Balanta falando Balanta, Mandiga falando Mandinga, Pepel falando Pepel, Mandjaco falando Manjaco, Beafada falando Beafada, Mancanha falando Mancanha, Bijagós falando Bijagós, Felupe falando Felupe, Mansonca falando Mansonca, Nalu falando Nalu. Ocorre que muitos, devido à convivência, acabam assimilando várias línguas de outras etnias.

Entre as principais línguas, a mais falada é o “criolo” e a menos falada é o português. Apesar da língua portuguesa ser a língua oficial da Guiné-Bissau, ela é usada somente dentro do ensino e nos documentos oficiais.

2.3 Do Império ao primeiro contato com os europeus

Quando se faz referência à formação da sociedade guineense no decorrer da história, deve-se atentar ao fato de que ela é anterior à chegada dos colonialistas na África. E isso nos remete ao grande, poderoso e rico império de Mali (atual República do Mali, com capital em Bamako), que remonta do século XIII até o século XVII.

A história da região que hoje corresponde geopoliticamente à Guiné-Bissau quase se confunde com a dos reinos mandigas. Os mandigas, etnia muçulmana, vindos do alto Níger, constituíram o império de Mali e estendiam-se por uma imensa área na parte ocidental interior africana. Um dos últimos imperadores, Kankou Moussa, famoso por seu poder e riqueza, empreendeu uma peregrinação a Meca no início do século XIV, um sinal de sua autoridade e de sua inserção no mundo muçulmano, feito digno de nota dadas as dificuldades de locomoção naquela época longínqua. O império de Mali estava estreitamente ligado ao de kaabú (cuja capital era Kansala), formado justamente a partir da expansão do primeiro. (AUGEL, 2007, p. 51).

A história desse império é poucas vezes citada quando se refere não somente à Guiné-Bissau, mas a outros países pertencentes à África ocidental como Gana, Senegal, Gâmbia, Burkina Faso, Níger e Nigéria.

Os povos que viviam no controle desse poderoso império compartilhavam não somente território, mas também cultura e língua. Entre os povos havia muita troca comercial devido à grandeza do império e dos reinos que o sucederam. A África Ocidental foi um grande centro de comércio no século passado, um desses reinos é o Reino de Kaabú, atual Região de Gabu na organização administrativa recente da Guiné-Bissau.

O conhecimento sobre o Mali é vasto, e na sua vertente política, muito útil para compreender o Kaabu, já que toda a estrutura da “mansaya” (poder político), bem como a hierarquização social malinquê, foi transmitida ao Kaabu que começou por ser um Estado vassalo deste, governado por um “farim”, o Farim Cabo, o qual por sua vez acabou por se autonomizar. A gênese do Kaabu está igualmente associada à epopéia de Tiramakhan Traoré, que teria sido enviado pelo “mansa” (rei, governante) do Mali para conquistar as terras do oeste. (LOPES, 2005, p.12).

Portanto, se temos que tomar um ponto de partida da formação da sociedade guineense, seria injusto começar a partir da chegada do colonizador. Seria uma injustiça ignorar o Reino de Kaabu, que exerceu poderio social, político e cultural mesmo após a chegada dos portugueses, holandeses e ingleses à costa da Guiné, de forma que isso somente ocorreu no século XV. No reino de Kaabu, os nobres, na época conhecidos como “nyantio”, cuja maioria era mandinga⁵, já exerciam influência religiosa sobre as outras classes. O desenvolvimento do reino teve seu ponto mais alto com o aumento do comércio na costa da África, fenômeno bem aproveitado pelo rei para submeter e conquistar outros territórios vizinhos.

O comércio mais forte que sustentou o reino era o de escravos. E mesmo após a chegada dos europeus, o próprio reino serviu de intermediário nas negociações de vendas dos escravos. A história do reino, até seu declínio, comporta quatro etapas diferentes:

⁵ O Mande é uma região do Sudão Ocidental, em torno do alto curso do rio Níger, onde floresceu o Estado do Mali. Nas línguas dessa região o sufixo “nké” (“nquê” na transcrição para o português) ou “nka” representa a ideia de integração e território, “o país de” ou “o povo de”, por exemplo, “mandenka” que, obviamente, está na origem da terminologia “mandinga”, “mandinka”, “mandingue”. Outros exemplos podem ser assinalados para todos os povos mandingas ou influenciados por estes, como, kaabunquê, soninquê, jakaquê, futanquê. Os termos “mandinga” e “malinquê” são usados muitas vezes como sinônimos. (Lopes, 2005, p.11)

Um período pré-mandinga que se estende até ao século XIII, em que prevalecem tradições fundamentalmente bainuk, mas também de outros agrupamentos, tais como os balanta, byafada e brame. Desenvolvem-se técnicas agrícolas, nomeadamente a rizicultura de água salgada, e pratica-se um animismo sem influências islâmicas; - um período de dominação malinquê, cujo início se situa à volta de 1240 com a expedição de Tiramakhan, e que termina com o declínio do Mali nos finais do século XVI, e seu desaparecimento no século XVII, provavelmente por volta de 1650. Este período de crescimento da influência do Farim Kaabu permitiu a constituição dos “nyantio”, o estabelecimento de Kansala como capital, e o desenvolvimento do comércio costeiro e do tráfico de escravos; o Kaabu independente teria o seu apogeu no século XVIII, mais propriamente depois do desaparecimento do Mali, até 1790, coincidindo com o abolicionismo. Torna-se óbvio que a grande importância do Kaabu corresponde ao período em que mais domina o tráfico de escravos; - finalmente, a partir dos fins do século XVIII, princípios do século XIX, esboça-se um declínio muito rápido, com os poderes tributários a ganharem uma autonomia crescente, sobretudo os situados junto à costa. É também o período do levantamento fula, cujas alianças com os colonizadores europeus contribuirão sobremaneira para um recrudescer das lutas intestinas, que vão minar completamente a autoridade do Kaabu-Mansa-Ba, representante de um poder que já tinha sido importante e que passará de marginal a inexistente por volta de 1867, altura em que o assalto final a Kansala permite pôr fim à epopéia kaabunquê. (LOPES, 2005, p.15).

Essas quatro etapas apresentam aquilo que foi o surgimento do reino de Kaabu. Os mesmos grupos se mantiveram ao longo do tempo: Balantas, Biafadas e Brames, Fulas, Mandingas e outros. Quando se olha para a população, nota-se que continuaram, nos dias atuais, com as suas tradições, costumes e hábitos, mas com certa influência religiosa do cristianismo, que penetrou com a colonização. O mapa a seguir reflete a geopolítica do reino de Kaabu.

Em resumo, acredita-se que, em 1446, Nuno Tristão navegou 60 léguas para o sul de Cabo Verde e chegou ao estuário de um rio chamado “rio Grande” onde hoje é a Guiné-Bissau, o que lhe deu a honra de ser o primeiro europeu a visitar esta parte do mundo. Depois de ancorar, partiu com 21 dos seus homens, em dois pequenos barcos, para explorar a área. Quando remavam rio acima, foram saudados por uma saraivada de setas envenenadas vinda das almadias (canoa de guerra) de alguns “nativos hostis” que causaram a morte de 19 membros da expedição, incluindo Nuno Tristão. Os dois sobreviventes, com o resto da tripulação que ficara a guardar a caravela, todos eles jovens, conseguiram escapar e navegar para Portugal. (MENDY, 1994, p.108-109).

Somente em 1588 foi construído um forte em Cacheu como forma de proteger os estrangeiros dos sucessivos ataques da população local, que não enxergava a presença dos portugueses com bons olhos (MENDY, 1994, p.113). Com a presença do forte, o plano de apropriação das terras e controle dos bens e serviços e de pessoas tornou-se mais acessível. Em 29 de dezembro de 1614, o governador português em Cabo Verde, Nicolau de Castilho, nomeou um “feitor e recebedor de fazenda real no rio de São Domingos e portos da Guiné” (MENDY, 1994, p.114).

Com a incapacidade de controlar o comércio devido à presença de outras potências na região, como França, Inglaterra e Holanda, os portugueses fundaram a Companhia de Cacheu e Cabo Verde em 3 de janeiro de 1690, com a finalidade de fornecer escravos para as Índias Espanholas (MENDY, 1994, p.120).

Dado o fracasso da companhia, os portugueses decidiram se estabelecer em Bissau, ação possibilitada pelos missionários franciscanos, que trabalharam fortemente no convencimento do Rei de Bissau, Bacompló Cói. O fracasso da Companhia de Cacheu e Cabo Verde influenciou diretamente a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, em 7 de junho de 1755, com a finalidade de reverter a situação portuguesa em Bissau, fornecendo escravos para o Brasil (MENDY, 1994, p.130).

Convencido em 1694, após ser batizado pelo bispo de Cabo Verde Frei Vitoriano Portuense, o Rei Bacompló Cói autorizou a construção do forte em Bissau (MENDY, 1994, p.122). O forte de Bissau representa o primeiro vestígio da autoridade portuguesa na Ilha de Bissau. Os grumetes⁶ e lançados⁷ (importantes na penetração dos

⁶ Os grumetes eram africanos semidestribalizados, cristãos, civilizados, que falava português ou crioulo. (MENDY, 1994, p.111)

⁷ Os lançados eram portugueses brancos vindos de Cabo Verde, Portugal e Espanha para servirem de intermediários entre os comerciantes portugueses e os clientes africanos. A primeira referência a estes deu-se numa carta da Coroa Portuguesa em 1500. Dentre ele, havia os que tinham penas a cumprir. (MENDY, 1994, p.109).

europeus na África) exerciam fortes influências na cidade, permitindo aos traficantes de escravos explorarem o comércio sem respeitar os decretos portugueses (MENDY, 1994, p121).

O forte passou a capitania dois anos depois em 1696 e, em março do mesmo ano, foi nomeado o capitão-mor de Bissau, que comandava tanto a capitania de Bissau como a de Cacheu. Com isso, aumentaram consideravelmente os choques entre as autoridades. O rei de Bissau continuou estabelecendo o comércio com os estrangeiros, o que não foi bem visto pelo novo capitão-mor de Bissau, que considerava sua autoridade questionada pelas interferências do Rei de Bissau. Entre os vários choques que aconteceram, Mendy (1994, p.126) lembra o de 1700, quando o Rei de Bissau desautorizou, em março daquele ano, os barcos holandeses a pagarem o imposto de 10% estabelecido pela Coroa Portuguesa.

A oposição e as resistências eram frequentes em todas as localidades do território, materializadas por meio de ataques que resultavam na prisão e morte dos oficiais portugueses, como o assassinato do governador Álvaro Tele de Caldeira.

O assassinio, em 1871, da mais alta autoridade da Coroa Portuguesa na Guiné exemplificava, aos olhos dos portugueses, a sua natureza supostamente traiçoeira. O governador Álvaro Tele de Caldeira foi vítima de um tiro a 24 de janeiro de 1871, ato aparentemente provocado pela morte de um grumete por um soldado da guarnição de Cacheu, durante a celebração de um “batuque”. Para escapar à prisão, o grumete assassino fugiu para a vizinha povoação de Cacanda. Quando os portugueses pediram que o chefe local entregasse o fugitivo, ele imediatamente recusou. Este ato de desafio foi fortemente apoiado pelos potentados vizinhos de Churo, Bianga e Bassarel. (MENDY, 1994, p. 143).

Ao longo da ocupação, vários conflitos marcaram o contato entre estrangeiros e as sociedades locais, resultando mais tarde na separação da Guiné de Cabo Verde pelos portugueses, fixando, em 18 de março de 1879, os limites da Província da Guiné, cuja capital passou a ser Bolama (MENDY, 1994, p. 145).

Devido aos sucessivos ataques e perdas sofridas em ambos os lados, vários acordos de paz foram providenciados para diminuir as mortes e construir uma relação de amizade que fosse menos conflituosa entre os estrangeiros e a população local.

O poder local tornou-se fundamental para a conquista do território e para a imposição dos interesses dos portugueses. Em vários acordos assinados estavam incluídos a preservação dos direitos dos chefes locais e pagamentos de um valor mensal

em troca de suspensão da cobrança de imposto sobre os navios europeus. No entanto, a partir desse período começa, na prática, a caminhada rumo à colonização.

Depois de 1879, com o território agora “separado” das Ilhas de Cabo Verde, os desesperados portugueses embarcaram numa estratégia ousada de intervenção nas lutas internas que lavraram para melhorar a sua precária posição. Com acesso fácil a armamento superior e a um número substancial de mercenários africanos ao seu dispor, começaram a mudar a balança do poder militar. Sem espingarda de carregar pela culatra, metralhadora ou artilharia, e em desvantagem não só em termos de poder de fogo, mas também em números de homens, os rebeldes “gentios” foram finalmente conquistados. (MENDY, 1994, 30).

Com a colonização a pleno vapor, a resistência adquire uma nova face. Ela passa a ser passiva na medida em que a compreensão, naquele momento, era de que a derrota não representa submissão e que a resistência à exploração e repressões brutais devia continuar até a expulsão dos invasores do território ocupado.

Do lado português, foi estabelecida a política de colonização (Acto Colonial de 1930) com a Segunda Guerra Mundial em curso, baseada no nacionalismo, promoção da mística imperial, centralização de poderes e inteira subordinação dos interesses das colônias aos da metrópole (SILVA, 1997, p.22).

Esta realidade vai tomar outro rumo com a chegada do Estado Novo e a vitória da democracia ao final da Segunda Guerra Mundial. Cabe lembrar que o Estado Português, devido à política de neutralidade que havia adotado em sua admissão na ONU, foi vetado pelos soviéticos em 1946, decretando seu isolamento no cenário internacional.

Esses eventos internacionais, dentre outros - o aumento dos preços de matéria-prima, a criação do Partido Comunista Português e a descentralização - vão delinear o caminho para que as colônias portuguesas, em especial a Guiné, pudessem reivindicar suas independências - reivindicação que foi possível graças às organizações nacionalistas das colônias, fortemente constituídas pelos estudantes africanos integrantes da oposição à ditadura, reunidos na forma de movimentos estudantis, por exemplo, o Movimento de Unidade Democrática Juvenil (MUDJ) e o Movimento para Paz (SILVA, 1997, p.29).

O escasso número de “assimilados” das várias colônias que, após a II Guerra Mundial, vai estudar para Lisboa e Coimbra, sofre um choque brutal, perante a pobreza do seu colonizador e a brutalidade da ditadura, passando a desenvolver uma atividade febril em dois planos complementares: por um lado a formação ideológica e política e, por outro lado, a afirmação da sua africanidade ou, como dizia Cabral, a luta pela africanização do espírito. (SILVA, 1997, p.30).

Os estudantes africanos que saíram do continente para expandirem sua formação em diversas áreas do conhecimento encontraram um ambiente favorável para sua depuração ideológica e política, pois, além do ambiente internacional ser muito favorável, os estudantes portugueses também estavam envolvidos na luta política e na reivindicação de uma mudança do sistema ditatorial exercido pelo estadista Antonio de Oliveira Salazar. Um dos espaços anticolonialistas ou, pelo menos, onde reinava um sentimento contra a política colonialista na metrópole era a Casa do Estudante do Império, que recebeu grande parte dos intelectuais africanos e ícones da luta pela independência.

A Casa do Estudante do Império (CEI) foi criada em Novembro de 1944 com intuito de enquadrar ideologicamente os jovens oriundos das colônias de acordo com os preceitos do Estado Novo. Possuiu uma delegação em Coimbra, inaugurada em 1945, e uma outra no Porto, surgida em Março de 1959. Na prática, a CEI desenvolveu um intenso trabalho cultural em torno da noção de “identidade africana” funcionando, desta maneira, como um foco de fermentação das futuras elites independentistas. Por ela passaram, entre outros, Mario Pinto de Andrade, Eduardo Mondlane, Pedro Pires, Luís Cília, Rogerio Paulo, Corsino Fortes, Amilcar Cabral ou Pepetela. A delegação da Coimbra foi encerrada em fins de década de cinquenta e nela terão habitado, entre outros, Agostinho Neto e Lucio Lara. A delegação de Lisboa seria encerrada em 1965. (CARDINA, 2008, p. 63).

É nesse quadro de grande movimentação estudantil que o político Amilcar Lopes Cabral⁸ parte para Portugal para estudar e se forma no curso de engenheiro agrônomo, concluído em 22 de fevereiro de 1952. No seu primeiro retorno à Guiné, é nomeado Diretor do Posto Agrícola Experimental. Logo estudou, planejou e executou o recenseamento agrícola e publicou vários artigos no Boletim Cultural Português (SILVA, 1997, p.30).

Teve que deixar a Guiné Portuguesa pelo fato de ter criado uma Associação Desportiva e Recreativa dos Africanos que previa, no seu estatuto, a inscrição de

⁸ Engenheiro agrônomo fundador do Partido Africano Para Independência da Guiné e Cabo Verde.

indígenas, já que na época somente os civilizados podiam participar das associações esportivas.

Esse fato suscitou um sentimento de revolta que deu origem à primeira organização independentista no território nacional, chamada Movimento Para Independência Nacional da Guiné (MING), em 1955, muito influenciado pela evolução política de países vizinhos como o Senegal e a Guiné-Conakry.

Cabral volta em 1956 de Angola e cria o Partido Africano da Independência (PAI), com a finalidade de acabar com o colonialismo português e unir a Guiné e Cabo Verde. No início da sua volta, Cabral viveu na clandestinidade⁹ para evitar repressões por parte do governo português colonial.

Com Gana independente em 1957, representando a primeira colônia da África Negra independente do lado da anglofonia, Marrocos em 1956 e a Guiné-Conakry em 1958 do lado da francofonia, Guiné e Angola do lado da lusofonia, estavam cavalcando à ferro e fogo para firmar as suas independências.

Surge o Movimento de Libertação da Guiné para se juntar ao PAI e desviar a atenção da Polícia Internacional de Defesa de Estado (PIDE/DRS)¹⁰. Estas duas organizações vão trabalhar em parceria até 3 de agosto de 1959, pois dessa data em diante, apesar de pautarem uma luta pacífica para a independência da Guiné e Cabo Verde, também deixariam claro que responderiam a qualquer ato violento do governo colonial.

A data de 3 de agosto se constituiu em uma data importante para o povo guineense por determinar o novo curso da história nas várias lutas e resistências que vinha empreendendo para conquista da liberdade e independência. O diário de um sacerdote franciscano dá um testemunho importante sobre o acontecimento de 20 e 21 de agosto, dentre várias versões que explica o ocorrido.

⁹ Considerava definitivamente comprovado que a natureza fascista do governo português e a condição jurídica da quase totalidade dos africanos da Guiné não podiam deixar-lhes senão uma via para o exercício das atividades políticas: a clandestinidade. Entretanto o PAI, procurando recrutar militantes no incipiente movimento operário, conseguiu, em Abril de 1957, o domínio da lista eleita para direção do único sindicato (corporativo) existente, o Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio e Indústria da Guiné, tática semelhante à de outros movimentos independentistas, em um contexto sindical e social “propício às influências políticas e ideológicas” (Silva, 1997, p.34)

¹⁰ PIDE passou para Direção Geral de Segurança em 1969 com a chamada “primavera marcelista” do projeto político de Marcelo Caetano, que substituiu Antonio de Oliveira Salazar em agosto de 1968 e descentralizou o Estado Novo Português. Salazar foi o estadista nacionalista que liderou o governo Ditatorial de Estado Novo em Portugal até 1969. (Cardina, 2008, p.70)

“Os trabalhadores do porto de Bissau respondem melhor do que quaisquer outros às solicitações dos dirigentes do Partido, que o organizam nos centros urbanos, a começar por Bissau. São os mesmos grevistas de março de 1956 que irão desencadear nova ação de força em 3 de agosto de 1959, agora porém já mais unidos e em muito maior número. Mas os comandos portugueses de 1959 não são os mesmos de 1956. Quando a insurreição desponta nas Oficinas Gerais e se espalha a toda a zona marítima do Cais do Pindjiguiti, a polícia acode ao local de armas carregadas. Os insubordinados dispõem de remos, paus, barras de ferro, pedras e arpões. As duas partes em confronto não cedem, não dialogam. No primeiro reencontro, os dois chefes da polícia Assunção e Dimas são selvaticamente agredidos, depois de terem disparado para o ar; da refrega saem 17 guardas feridos. A polícia perde o autodomínio e começa a atirar a matar em força, sem quaisquer considerações. No fim, há uns 13 a 15 mortos espalhados no Cais de Pindjiguiti; mais cadáveres de marítimos e estivadores são arrastados pelas águas do Geba, não se sabe quantos; alguns moribundos ou gravemente feridos vão falecer no hospital. As vozes de propaganda do PAIGC calculam 50 mortos no “massacre do Pindjiguiti”. Muitos amotinados conseguiram escapar para o Senegal e República da Guiné-Conakry nos próprios barcos em que trabalhavam. (SILVA, 1997, p.36).

A partir de 3 de agosto de 1959, Amílcar Cabral decide sair da clandestinidade e, em uma reunião realizada no dia 19 de setembro de 1959, assume que a luta pela independência dos povos da Guiné e Cabo Verde deveria ganhar outra estratégia. Na reunião realizada nessa data decidiu-se o seguinte: deslocar a ação para o campo, mobilizando os camponeses; preparar-se para a luta armada e transferir parte da direção para o exterior.

Logo se intensificaram as campanhas no interior da Guiné junto aos camponeses, estivadores e marinheiros com finalidade de conseguir mais apoio dos grupos étnicos nas diversas localidades. Com a abertura de uma direção no exterior, Amílcar Cabral conseguiu apoios importantes do Partido Comunista Português e do Partido Comunista da União Soviética, que decidiram vincular-se aos movimentos nacionalistas dos países colonizados (SILVA, 1997, p.39).

Ainda no contexto internacional, visando sempre denunciar as violências e violações dos direitos do colonialismo português, Cabral participa da I Conferência do Povo Africano, como observador, e, na II Conferência, apresenta um relatório sobre o colonialismo português. Também participa da I Conferência dos Estados Africanos Independente promovida pelo então presidente de Gana, Kwame Nkrumah. Em 1960, após várias tentativas de negociação para uma saída pacífica, como a aplicação do

“Plano Khatib”, que propunha conceder tempo a Portugal para que se posicionasse sobre sua saída, não se obteve os resultados esperados.

Em outubro do mesmo ano, o Partido Africano da Independência (PAI), numa reunião no Senegal (país vizinho da Guiné-Bissau), toma algumas decisões e as distribui para as autoridades portuguesas, a ONU e as autoridades africanas. No documento, quatro decisões principais podem ser destacadas: a mudança de sigla de Partido Africano Para Independência (PAI) para Partido Africano Para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC); a aprovação do Programa Maior e Programa Menor do PAIGC (autoria de Cabral); a escolha da bandeira do partido sugerido por Luís Cabral (irmão de Amílcar Cabral) e, por último, a abertura para negociação com vistas a uma desocupação pacífica que, em hipótese negativa, daria início à luta armada (SILVA, 1997, p.43).

Em 1961, coloca-se em prática o plano de “ação direta”, ou seja, dar-se-ia início a sabotagens e boicotes. Somente em 1963, a sangrenta luta armada para independência da Guiné e Cabo Verde, suportada mais pelo lado guineense do que pelo cabo-verdiano teria seu início por meio do ataque ao quartel de Tite, localizado no sul do rio Geba. Foram onze anos de luta fortemente apoiada pelos comunistas e socialistas do lado internacional e total entrega dos guineenses, até que, em 24 de setembro de 1973, o PAIGC proclama unilateralmente a independência, constituindo-se assim a primeira colônia lusófona independente.

Proclamada unilateralmente a 24 de setembro de 1973 por uma assembleia representativa reunida no interior do território, a independência da GB foi logo reconhecida por elevado número de Estados (afro-asiáticos e socialistas), enquanto o governo português, em grande dificuldade perante os seus aliados, a considerava um mero ato de propaganda. Saudada no mês seguinte pela maioria da Assembleia Geral da ONU, através de uma resolução única na história de direito da descolonização, GB foi admitida, por unanimidade, na OUA em 20 de novembro desse ano. O processo de independência completar-se-ia em 17 de setembro de 1974, uma semana depois do reconhecimento de jure por Portugal, com a admissão, por aclamação, na ONU (SILVA, 1997, p.67).

Com o território independente e o país soberano, a primeira Assembleia Constituinte, formada em 1971, aprovou a primeira Constituição e designou os titulares dos principais órgãos do Estado, entre os quais o Conselho do Estado e Conselho dos

Comissários do Estado, cujo Presidente era Luís Cabral, tendo João Bernardo Vieira como primeiro ministro, ambos combatentes pela liberdade da pátria.

Além de aprovar a primeira constituição do novo Estado Africano que acabara de nascer, ao proclamar a independência, a assembleia estabeleceu medidas que reforçaram a ação do PAIGC no combate aos portugueses. Nessa perspectiva, estavam assim fixadas as bases para o funcionamento do sistema democrático, em um documento com força de lei que o partido nomeou de “Bases para criação da 1ª Assembleia Nacional Popular na Guiné”, no Estado da Guiné-Bissau, em meio a um ambiente hostil, já que os estrangeiros não haviam desistido ainda da luta.

O objetivo do partido, com a instituição da assembleia, era uma forma de resposta e demonstração para a comunidade internacional da capacidade de gestão interna por meio da separação do Partido com o Estado, visando obter o reconhecimento do partido pela comunidade internacional.

O voto, nessa primeira eleição, teve peso menor na representatividade. A lista era única e não era nominal: o eleitor só tinha que depositar um papel assinalando “sim” ou “não” e os candidatos pertenciam ao PAIGC. O resultado da eleição foi publicado fora da Guiné-Bissau, na Argélia, em 6 de novembro de 1972, em uma conferência da Organização das Nações Unidas (ONU), e definitivamente na Argélia em 8 de janeiro de 1973 (Silva, 1997, p.118). Doze dias depois, Amílcar Cabral é assassinado a tiros na vizinha República da Guiné-Conakry, sob conspiração da Polícia Internacional da Defesa do Estado (PIDE)¹¹.

Naquele momento, o então general português António Sebastião Ribeiro de Spínola, presidente de Portugal, alegou que a ordem não era para matar e sim capturar o Secretário Geral vivo. Até os dias atuais, trata-se um crime a ser resolvido, já que a cumplicidade pesa sobre várias pessoas e instituições.

Diferentemente de outras colônias, a Guiné-Bissau contribuiu muito para a questão dos direitos dos povos colonizados em escala global. Primeiramente porque o partido encarou a luta pela independência não somente por via armada, mas com resistência política e cultural, efetivamente diferenciada de Cabo Verde e Angola, influenciando, assim, os outros países da lusofonia e da África. Em segundo lugar, porque a primeira constituição aprovada pela primeira assembleia mostra que a Guiné-

¹¹ Polícia Internacional para Defesa do Estado, também conhecida sob a sigla PIDE, tinha como finalidade reprimir os opositores do Estado em Portugal e nas colônias portuguesas entre 1945 a 1969 (Decreto-Lei n.º 35 046 de 22 de outubro de 1945).

Bissau foi criada como um Estado Constitucional. Ao se constituir como um Estado independente, a Guiné vai passar por vários crivos políticos marcados pelas divergências internas do PAIGC, nas quais o Estado sacrificou vários quadros do partido.

A insatisfação de partidários com a política do partido, que privilegiava mais cabo-verdianos do que guineenses, levou ao primeiro golpe militar, derrubando o então presidente Luís Cabral. O golpe foi realizado em 14 de outubro de 1980 por um grupo militar chamado “Movimento Reajustador”, que o justificou como forma de preservar a unidade nacional, provocando, ao mesmo tempo, a separação da Guiné de Cabo Verde.

Esse resgate histórico feito anteriormente foi necessário para compreensão do comportamento eleitoral guineense. É a partir desse movimento histórico e desses acontecimentos que marcaram a população guineense antes da aprovação do multipartidarismo em 1991 que os partidos e candidatos se lançam à procura de votos em 1994. Como a maioria da população é jovem, pouca memória se tem da época colonial e do partido único, formulando-se assim, os votos a partir da necessidade de desenvolvimento do país. Na seção seguinte, a ênfase é na abertura política, ou seja, discute sobre a aprovação do multipartidarismo e o contexto que marcou essa transição, resultando na realização da primeira eleição geral multipartidária em 1994. Nesse ano acontece a primeira eleição livre e transparente, marcando desse modo o fim do Estado único e da democracia revolucionária e dando início à democracia representativa, com a presença de vários outros novos partidos. É fundamental, ainda, entender o contexto político conturbado do PAIGC ao aceitar a aprovação do multipartidarismo, pois a formatação dos colégios eleitorais ficou muito favorável aos partidos fortes e grandes, porém desproporcional aos partidos novos e pequenos. Nesse caso, a participação eleitoral fica comprometida, tanto do ponto vista do comparecimento como do ponto de vista da representatividade.

3. A ABERTURA POLÍTICA NA GUINÉ-BISSAU: A TRANSIÇÃO

Abordar a transição na Guiné-Bissau é mergulhar nos “fracassos” da sociedade guineense desde 1994 até os dias atuais. Fracasso que se procura minimizar com a realização de eleição, um processo passível de questionamento devido a várias irregularidades, a começar por descumprimento de calendário eleitoral, que, segundo a lei eleitoral, estabelece a realização das eleições entre outubro a dezembro. Porém, devido aos golpes militares, à falta de recursos e materiais por parte do governo e ao desentendimento entre a elite política, o calendário foi várias vezes descumpridos.

Antes de aprofundar a análise da abertura política da Guiné-Bissau, datada de 1991, com a aprovação pela Assembleia da Lei de Quadro dos Partidos, a Lei nº 2/91, importa ressaltar que a Assembleia de 1973 foi unicamente constituída para cumprir a finalidade de proclamar a Independência, proclamar o Novo Estado e a Constituição do país, que viria a ser alterada pelas assembleias seguintes.

Outra particularidade da assembleia de 1973 é a de que era unipartidária, com a presença exclusiva do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), atual Partido Africano para Independência de Cabo Verde (PAICV), em Cabo Verde. Esta única presença partidária se deve ao contexto da luta pela libertação, anteriormente referido.

Esse contexto passa a ter outro rumo a partir da década de noventa, com a intervenção de vários fenômenos nacionais e internacionais. Como a Guiné-Bissau não é um país isolado no contexto interno e externo, era de se esperar que os eventos internacionais tivessem repercussões sobre os contextos sociais, políticos e econômicos locais. Aliás, o país sempre contou com apoios estrangeiros indispensáveis para a materialização dos objetivos do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que visava libertar o país dos invasores e finalmente desenvolvê-lo. Um desses eventos foi a queda do sistema socialista europeu e a profunda crise econômica mundial. Como o PAIGC havia se beneficiado de vários apoios dos países socialistas, apesar de não se declarar oficialmente socialista, já que não se encontra nada escrito em seu Programa, o país não podia se excluir das consequências turbulentas e amargas que o aguardavam após a independência em 1973.

Para fazer face às necessidades básicas, estabeleceu-se o chamado “Programa de Ajuste Estrutural”, que havia começado em 1983 como forma de reforçar o desenvolvimento liberal e equilibrar a finança pública.

Numa primeira fase, os objetivos principais deste Programa consistiam em corrigir os desequilíbrios financeiros e em superar os obstáculos estruturais ao crescimento. Esta nova orientação traduziu-se concretamente numa liberalização dos preços, numa desvalorização massiva do peso e na adopção de um sistema de câmbio flutuante. (CARDOSO, 1995, p.262)

A partir de 1987, o programa mergulha em um descontrole total entre a produtividade e a política financeira e monetária. Automaticamente, agudizou a inflação e causou atrasos na quitação das dívidas com a comunidade internacional. Esse fato gerou impacto negativo na sociedade, com aumento incontrolável do nível de pobreza e desemprego na Guiné (CARDOSO, 1995. p. 262). Esse era o cenário econômico que antecedeu e acompanhou a transição política.

No contexto político, a transição pode ser vista a partir do direito a voto na Guiné-Bissau. A oposição teve papel importante nesse processo. Composta por várias formações políticas que contribuíram para as opções de exercício do direito de votar e ser votado enquanto cidadão guineense. Esse direito começou a ser pautado na Guiné-Bissau pelo PAIGC a partir de 1988, com a criação de uma comissão alargada.

A primeira medida formal tomada pelo poder no sentido de fazer face ao "vento da mudança" que se anunciava foi a criação, em Junho de 1988, na sequência de uma reunião alargada do Comité central (CC) do PAIGC, de uma Comissão alargada de reflexão. Esta comissão era composta não só por dirigentes do PAIGC, mas igualmente por alguns quadros e técnicos que, embora outrora membros de estruturas políticas ligadas de alguma forma ao PAIGC e continuando a merecer alguma confiança do mesmo, mantinham, porém, por razões várias, alguma distância em relação à nomenclatura. (CARDOSO, 1995, p.266).

Essa iniciativa vai desembocar em um conflito interno do partido, provocando uma forte divisão que foi ultrapassada no Congresso do Partido de 20 de janeiro de 1991.

O Congresso promoveu a unidade entre os divergentes e aprovou-se o multipartidarismo, além de vários outros pacotes de reformas políticas. Entre elas, a reforma da Constituição e eliminação de seu artigo IV, que propunha a

despartidarização das forças armadas e desvinculação da central sindical “União Nacional dos Trabalhadores da Guiné” (UNTG)¹² (CARDOSO, 1995, p. 267).

Em maio de 1991, a assembleia aprovou a Lei Quadro¹³ dos Partidos e retirou o artigo IV da Constituição, que definia o PAIGC como a única força dirigente. Esse ato do Poder Legislativo foi muito importante para os adeptos da liberalização, pois a partir daí a oposição guineense passou a ganhar legalmente força para seu posicionamento, sem receio de perseguição política.

Também foi fundamental para a ala liberal do partido, que vislumbrava uma democracia com vários intervenientes no destino do povo guineense, e não o PAIGC como a força motora do povo como pretendia a ala conservadora.

A Guiné-Bissau ainda está presa a problemas como o de escolher o substituto de Amílcar Lopes Cabral. Em vários escritos (CABRAL, 1979), Amílcar Cabral alertou os camaradas da luta sobre a dificuldade de governar. Silva (2003) afirma que tais camaradas podem ser chamados da “geração dos vitoriosos Combatentes da Liberdade da Pátria (até 1974), e geração trágica dos antigos combatentes desde 1980”. Para o filósofo guineense, estes são os verdadeiros protagonistas dos problemas que o país enfrentou no período da transição política.

Para outros, como Carlos Cardoso, três variáveis explicam o insucesso da transição: o definhamento do Estado, a personalização do poder político e a concentração de poder nas mãos de uma etnia (CARDOSO, 2009, p. 2). Ainda na visão de Cardoso (2009), entre as quatro fases da “abordagem transicional do Dankwart Rustow¹⁴” - quais seja unidade nacional, luta política, primeira transição (ou fase da decisão) e segunda transição (ou habituação) -, a Guiné não chega a concluí-las (CARDOSO, 2009, p.1).

¹² União Nacional dos Trabalhadores da Guiné é importante instituição na consolidação e conquista dos direitos trabalhistas dos guineenses após abertura política, fundada em 18 de maio de 1961 pelo PAIGC liderado por Luís Cabral.

¹³ Recentemente, em 2018, o Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau, conhecido pela sigla UNIOGBIS, propôs um reexame da lei que recomenda a revisão da lei para reforçar a regulamentação das atividades políticas, garantir o acesso das mulheres aos órgãos de direção do partido e às candidaturas às eleições, constitucionalizar as disposições que regem o funcionamento dos partidos e a criação do tribunal constitucional eleitoral. (UNIOGBIS, 2018)

¹⁴ Dankwart Alexander Rustow é conhecido pelo estudo que realizou sobre as diferentes etapas pelas quais um país passa durante a democratização, dentre elas a unidade nacional, a luta política prolongada, a fase da decisão e a fase da habituação. Ele descarta as pré-condições sociais e econômicas necessárias para a democracia.

3.1. Da Teoria Sobre a Transição

Importa antes de dar continuidade a discussão, olhar um pouco para os argumentos da teoria sobre a transição e para alguns aspectos que envolvem a democracia.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, a democracia e o liberalismo aumentaram sua importância a nível global, como aponta Held:

A democracia liberal foi proclamada o agente do “fim da história”: conflitos ideológicos, como já se disse, estariam sendo substituídos pela razão democrática. Um número cada vez maior de lutas políticas é travado em nome da democracia, e um número cada vez maior de países é reformulado segundo moldes democráticos. (HELD, 1991, p.145).

Mas quando se olha para o terceiro continente mais extenso e o segundo mais populoso e diversificado do planeta, a África, a democracia encontra um vasto território a seu dispor, ao mesmo tempo em que enfrenta uma série de dificuldades, disputando território com o autoritarismo.

É esse o caso da Guiné: após um logo período governado sob a égide do autoritarismo, embarca no processo de transição para a democracia na terceira onda democrática (O'Donnell, Schmitter e Whitehead: 1986; Schmitter: 1985; Weffort: 1988), que começou em 1970. Mas é preciso muita prudência e atenção ao abordar a transição no contexto africano, já que vários exemplos de transição na África não resultaram em sistemas democráticos.

O ceticismo em relação ao carácter irreversível dos processos democráticos em África domina um bom número dos espíritos daqueles que se dedicam aos estudos africanos. Chazan chama-nos a atenção para o facto de que "a recente vaga política não deve ser confundida com a democratização" (Chazan 1992), enquanto Toulabor propõe que as transformações políticas devem ser interpretadas simplesmente como "uma transição no sentido de sistemas políticos mais pluralistas" (Toulabor, 1991: 58). Lemarchand vai mais longe concluindo que a liberalização, que é o desmantelamento do regime autoritário, pode acontecer sem democratização (Lemarchand 1992:178). (CARDOSO, 2009. p.3).

Várias causas explicam o insucesso na afirmação da democracia, entre elas: (a) partidos políticos despreparados para organizar as instituições e se adequar ao novo sistema; (b) rivalidade entre as ideologias que desvia o foco na construção de

instituições fortes e capazes de minimizar os efeitos dos males da corrupção e do nepotismo; (c) resistência à alternância no poder que, em muitos casos, resulta no uso da violência, como é o caso da Guiné-Bissau, que conheceu várias interrupções provocadas pelos golpes militares ao longo da sua história de transição. Ao mesmo tempo, essas causas interferem diretamente no comportamento eleitoral e, por sua vez, na participação eleitoral.

Entre estas causas também pode ser citada a transformação abrupta ou a mudança de um sistema para outro sem cumprir o tempo necessário para que ela seja incorporada nas estruturas sociais, transformando-se, assim, numa tarefa muito árdua.

Segundo Moises (1989, p. 48-49), ao abordar a transição no contexto sul-americano, as experiências autoritárias e as dificuldades que as forças políticas enfrentam para dar conta num terreno movediço acabam minando o sucesso da transição.

Ainda na perspectiva da análise sobre o tema, as teorias de transição também podem ajudar na compreensão desses fracassos, particularmente no caso guineense. Uma das teorias, a funcionalista, estabelece que o desenvolvimento econômico e a modernização são fundamentais para que exista um sistema democrático, ou seja, é preciso um elevado nível de rendimento *per capita*, bem-estar e industrialização para que sistema democrático funcione (LIMA E MOREIRA DE SÁ, 2005, p. 128).

Até onde a história permite afirmar, na Guiné havia indústrias sob a tutela do Estado no período da transição. Mas não existia um alto nível de rendimento *per capita*, muito menos de bem-estar. Sob esta ótica teórica, os países mais ricos são vistos como mais democratizados, e como a Guiné encontra-se na lista dos países mais pobres, situado no continente considerado o mais pobre do planeta, dificilmente seria um país democrático.

Entretanto, há contradições: depois de 1960, apareceram alguns poucos exemplos que contrariaram os pré-requisitos dessa teoria, por exemplo, Portugal, Grécia e Espanha, países em que vingou a democracia (LIMA E MOREIRA DE SÁ, 2005, p.128). Após esses exemplos, a base fundamental passou a ser a cultura política de um país. Segundo Almond e Verba (1965) (*apud* LIMA E MOREIRA DE SÁ, 2005, p. 129), o sistema político instituído em um país é uma variável dependente de suas estruturas culturais, isto é, de valores, orientações afetivas, atitudes e crença. Estas Características passam a ser vistas como pré-requisito para se falar em um sistema

democrático. A partir de 1970, os estudos que seguiram analisando os casos de transição a nível global se aproximaram mais dos casos reais sobre a transição e a própria democracia.

No caso guineense, a primeira fase não foi concluída. A luta pelo poder sem acordos políticos que viabilizassem a estabilidade do país no processo de transição nesse país da África Ocidental constitui um dos entraves para a consolidação da democracia.

Sem contar que não se sabe se tal processo nos levará a uma democracia e, caso não aconteça, o que se pode esperar do sistema ou da própria transição? Motivos não faltam para fundamentar tal incerteza, apontada recentemente por Cardoso (2002).

No caso da Guiné-Bissau, e tal como foi analisada por Amílcar Cabral, a camada que assumiu esta missão histórica foi uma facção da pequena burguesia, que não só era consciente dos seus interesses e da sua situação, como também foi capaz de organizar a luta. Esta mesma camada que emergiu ainda na época colonial revelou-se à altura de dirigir o processo político de descolonização, mas foi incapaz de conduzir o país ao desenvolvimento social e económico, ao mesmo tempo em que continua a não dar provas de capacidade para se democratizar e democratizar o país. (CARDOSO, 2002, p. 7).

Portanto, essa disputa de quem deve governar ou quem detém o poder, além de comprometer a conclusão da primeira fase, segundo a teoria de Rustow (1970), também compromete a segunda. Ou seja, as instituições acabam presas aos interesses de uma minoria (no caso guineense e em outros exemplos africanos) que visa unicamente à satisfação dos interesses desse grupo.

Na Guiné-Bissau, o diferencial é que, além da atitude que promovia a democracia ser diferente para o político e para o cidadão, o processo de transição passou a significar ser governado por um governo de transição ou governo militar (autoritarismo disfarçado). O processo não era visto como o estabelecimento de um sistema que ampliasse a participação da maioria no processo decisório ou nos principais canais de decisão.

Já em 1980, vários estudos comparativos em diferentes países ofereciam uma conclusão na mesma linha da argumentação de Rustow ou agregando fatores novos. A contribuição de Samuel Huntington teve grande importância para as análises sobre a transição com a publicação da obra intitulado “*The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century* (1991)”. A partir de Huntington, pode-se concluir que a

transição guineense se encaixa no primeiro modelo - *transformation* -, dado que a transição partiu do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) que, após a independência, representava o Estado e o povo (partido único). Sendo que a opção pela democracia veio do próprio regime autoritário do partido. Do ponto de vista de Rustow (1970), a transição guineense ainda se encontra na primeira fase - luta pelo poder -, como comprovam os sucessivos golpes de Estado, governos militares e governos de transição.

3.2. Do Conceito da Democracia

A Guiné-Bissau não deixa de ser, entretanto, um país democrático, se se considerar que acontecem eleições e o povo escolhe sempre seus representantes. É o que explica Rouquié (1985, p. 20) ao dizer que “atualmente sacraliza-se a democracia, tirante algumas exceções arcaicas, todos os regimes são democráticos, pois falam em nome da soberania do povo e assim se inscrevem na definição jeffersoniana do governo, do povo para o povo”. Ao citar Crick (1968), o autor define a democracia como governo fundado no consentimento da maioria, à condição de que este não seja extorquido ou forçado em consequência da ausência de escolha (ROUQUIÉ, 1985, p. 20). Assim, pode-se instaurar o sistema representativo baseado no acesso à cidadania, competição eleitoral aberta, apuração honesta de escrutínio, mudança de partido no poder de uma forma pacífica. A democracia corresponde a um método com regras definidas e pacíficas que permite aceitar ou recusar os homens chamados a governar. Para tal sistema funcionar é necessário respeito aos direitos civis e às liberdades para que as mudanças dos governantes sejam possíveis e a alternância no poder seja pacífica. Esta concepção constitucional-pluralista da democracia foi muito criticada, pois a sua dimensão liberal se opõe ao conteúdo social de um regime fundado na soberania do povo (ROUQUIÉ, 1985, p. 21).

Partindo destas acepções de democracia, é possível esclarecer o que foi chamado, logo no início desta seção, de “fracassos”, acompanhando Cardoso (2009) e Silva (1994), de “avanços e retrocessos” da transição para a democracia.

Desde 1994, com a realização da primeira eleição, a democracia guineense sofre de uma instabilidade governativa e político-militar, o que é normal do ponto de vista de um sistema pluralista devido à presença de manifestações de liberdade e exercícios de

direito de várias ordens e grupos. Nesse contexto de instabilidade, o respeito à norma e à educação se torna uma ferramenta importante.

A democracia não se acha, pois, inscrita na natureza, nem antropológica nem sociológica; trata-se bem de uma criação cultural. E a tentação da qual fala Aron constitui seu horizonte maldito, a “queda” e “pecado” no sentido bíblico. Por que nas democracias estáveis esta tentação, apesar das crises, consegue ser com tanta frequência evitada? É Montesquieu que nos dá a resposta: “A virtude é o princípio da democracia”. Qual é conteúdo desta força propulsora essencial do governo republicano? “O amor pelas leis e pela pátria”, nos diz ele, lembrando o papel da educação, no seu entender capital, e precisando que a “virtude política consiste numa renúncia a si mesmo que é sempre coisa penosa”. (ROUQUIÉ, 1985, p. 32).

O respeito às normas proporciona o exercício da razão e da reflexão, resultando assim, em uma ampla visão de diferentes ângulos na disputa pelo poder, na ampliação e preservação da liberdade e no respeito aos direitos civis.

Posto isso, define-se a democracia como método pelo qual a maioria exerce o poder de escolha de um grupo de representantes com a finalidade única de proteger os direitos considerados básicos para o exercício da liberdade.

3.3. Da Participação Política

A participação eleitoral é uma das atividades da participação política dentro de uma sociedade organizada por leis e princípios. A participação política está ligada à ideia de soberania popular. É instrumento de legitimação e fortalecimento das instituições democráticas e de ampliação dos direitos de cidadania (AVELAR, 2007, p. 261). Nesse sentido, a sua variação depende muito do contexto histórico, da tradição da cultura política de um país e região e, por último, da situação social dos que participam. Surgiu a partir da organização do estado-nação, atrelada ao conceito de soberania popular.

A participação política emergiu junto com o Estado de soberania popular, à época dos movimentos revolucionários europeus dos séculos XVIII e XIX, no contexto das revoluções industrial e burguesa, um fenômeno que rompeu com a regra secular da correspondência entre posição social e política dos indivíduos. Essa ruptura foi lenta, iniciada com a queda paulatina da aristocracia e a ascensão da burguesia e, mais tarde, incorporou cidadãos da classe trabalhadora. Em alguns casos – mas, raramente –, dava-se a entrada de indivíduos de classe inferiores na política, por iniciativa dos próprios governos conservadores, com objetivo de ampliar a sua base

de apoio e de legitimidade. A consolidação da ideia de que o Estado soberano possibilita ao cidadão, indiferentemente da sua posição social, reivindicar seus direitos de modo a superar sua desigualdade diante de outros que usufruem de privilégios sociais e políticos. (AVELAR, 2007, p.224).

Em uma definição abrangente, Pizzorno (1975) (*apud* Avelar, 2007, p. 264) aponta que a participação é a ação que se desenvolve em solidariedade com outros no âmbito do Estado ou de uma classe, com objetivo de modificar ou conservar a estrutura (e, portanto, os valores) de um sistema de interesses dominantes; de forma sucinta, é a ação de indivíduos e grupos com objetivo de influenciar o processo político.

Segundo Avelar (2007, p.225), sempre haverá dificuldades na sistematização do repertório da participação nas democracias contemporâneas, destacando-se três canais de participação: o canal eleitoral (participação eleitoral e partidária), o canal corporativo (instâncias de categorias e associações de classes para defesa de interesses comuns) e o canal organizacional (organização coletiva no âmbito da sociedade civil: movimentos sociais, subculturas políticas).

A participação pelo canal eleitoral compreende as atividades eleitorais e a dos partidos, que são as instituições especializadas de ligação entre a sociedade e o Estado. São eles que organizam todos os rituais da democracia representativa, como as candidaturas às eleições, de modo que a população ratifique a confiança em seus representantes ou deles se livre. (AVELAR e CINTRA, 2007, p. 226).

Na Guiné-Bissau, a referência que se tem de participação política remonta do final da década de cinquenta, com o surgimento dos movimentos da luta pela independência. É o caso do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde, que começou como movimento e depois se consolidou como partido político. No início da década de sessenta surgiu o maior sindicato do país, a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG), uma importante instituição na consolidação e conquista dos direitos trabalhistas dos guineenses. A partir de 1994, com a liberalização econômica e política, o espaço da participação ampliou-se em quase todas as esferas com o surgimento de vários partidos políticos e sindicatos de classes diferentes.

É a partir desse contexto de transição que vão surgir partidos novos para disputar as eleições legislativas e presidenciais. É também a partir do contexto de instabilidade e de desconfiança que surge o novo sistema eleitoral guineense, que será abordado na

seção seguinte. Em especial, dar-se-á ênfase à lei eleitoral nº 10/2013, que trata da eleição do Presidente da República e da Assembleia Nacional Popular; será destacada também a Constituição da República.

4. SISTEMA ELEITORAL: A LEI ELEITORAL Nº 10/2013 DE 25 DE SETEMBRO

Os sistemas eleitorais são mecanismos importantes na transformação ou conversão dos votos em mandatos dentro de uma democracia. Portanto, tem uma relação intrínseca com a participação eleitoral tanto do ponto de vista de tomada de decisão como do ponto de vista do comparecimento. Dependendo do modelo adotado, o sistema eleitoral pode tornar a participação mais eficiente no sentido de tomada de decisão, assim como pode interferir na formação das maiorias. Cientes dessa importância para o objeto do nosso estudo busca-se discutir, nesta seção, algumas abordagens conceituais e as diferentes tipologias em vigor.

Abordar os sistemas eleitorais faz-se cada vez mais necessário, principalmente quando os olhares estão voltados aos países em via de desenvolvimento e aos que recentemente decidiram enveredar pelo caminho da democracia. Segundo Jairo Marconi Nicolau, ao analisar os sistemas eleitorais, “raramente um eleitor comum conhece as minúcias técnicas do sistema eleitoral em seu país e dificilmente passaria pela cabeça do mesmo de que os procedimentos para escolha de um representante possam ser diferentes do utilizado em seu país” (NICOLAU, 2001, p. 9).

Para a análise dos sistemas eleitorais, tem-se como referência Nicolau (2001) e Tavares (1994); em seguida, será abordado o caso guineense, destacando a Lei nº 10/2013 e a Constituição da República da Guiné-Bissau.

Posta a importância da discussão sobre sistemas eleitorais, importa esclarecer uma dúvida: Qual a distinção entre representação política e sistemas eleitorais?

A representação política é uma relação entre o conjunto dos cidadãos que integram uma comunidade política nacional e os seus representantes, na qual os primeiros, enquanto comitentes e constituintes, autorizam os últimos a tomarem as decisões que obrigam em comum e universalmente a todos, nelas consentindo por antecipação e assumindo, cada uma, todas as consequências normativas derivadas das decisões do corpo de representantes como se as tivesse efetiva e pessoalmente adotado, e na qual, por outro lado, cada um dos representantes se obriga a tornar efetivo, no corpo legislativo, ao mesmo tempo os valores fundamentais e comuns da ordem política daquele conjunto especial de constituintes que, com sua confiança, concorreram para consecução de seu mandato. (TAVARES, 1994, p.33).

Essa relação é importante em uma democracia, já que a partir dela é possível verificar os valores que prezam os constituintes/cidadãos. É dela que depende uma série de decisões, inclusive políticas públicas consideradas essenciais para o cidadão.

Do outro lado, o sistema eleitoral aparece como o mecanismo de efetivação e construção de representação política em relação ao sistema partidário, como explica Tavares (1994):

Sistemas eleitorais são construtos técnico-institucionais legais instrumentalmente subordinados, de um lado, à realização de uma concepção particular de representação política e, de outro, à consecução de propósitos estratégicos específicos, concernentes ao sistema partidário, à competição partidária pela representação parlamentar e pelo governo, à constituição, ao funcionamento, à coerência, à coesão, à estabilidade, à continuidade e à alternância dos governos, ao consenso público e à integração do sistema político. (TAVARES, 1994, p. 17).

Diante dessas distinções, fica evidente o quanto é complexa a compreensão do sistema eleitoral por envolver diferentes atores com interesses divergentes desde a sua origem, seja do representado ou do representante. Também fica clara a presença de uma teoria formal e universal sobre a natureza, funções e propósitos da representação política e uma clara intenção estratégica que dela pretende extrair determinados efeitos sob condições sócio-políticas específicas, *hic et nunc* (TAVARES, 1994, p.17).

Nicolau (2001, p.10) define sistemas eleitorais como o mecanismo responsável pela transformação dos votos dados pelos eleitores no dia da eleição em mandatos (cadeiras no Legislativo ou chefia de Executivo), assinalando que as regras que transformam as preferências eleitorais em mandatos não esgotam as leis eleitorais de uma democracia. Isso reforça a ideia do quanto é profundo o alcance de um sistema eleitoral, que, mal compreendido, além de abalar a democracia, contribui muito para a instabilidade do processo de transição à democracia e para a própria instabilidade do processo eleitoral, social e político.

A partir de concepções acima, pode-se concluir que o motivo para sucessivas instabilidades políticas está na aprovação de um sistema eleitoral injusto em relação à competição partidária pela representação política, injusta para com a coesão e a alternância dos governos, no caso guineense. Isso porque, em 1990, o contexto social e econômico internacional e nacional não sustentaria por muito tempo o regime de partido único, ou seja, a liberação econômica e a aprovação do multipartidarismo foram quase

que impostas em um momento em que o PAIGC enfrentava conflitos internos de liderança.

O sistema eleitoral distingue-se em sentido amplo e em sentido restrito ou específico. No primeiro caso, refere-se “ao conjunto orgânico dos diferentes institutos jurídicos, recursos técnicos e procedimentos que regulam o processo que inicia com a convocação das eleições e termina com a proclamação dos resultados” (TAVARES, 1994, p.34). Em sentido específico ou restrito, o sistema eleitoral compreende apenas “o procedimento técnico com base no qual se realiza a distribuição das cadeiras legislativas”, entre os partidos e entre os candidatos.

Rae (1967) faz uma distinção mais centrada na lei eleitoral e não no sistema eleitoral, o que na realidade é também a pretensão desta seção ao abordar a legislação eleitoral guineense. O autor não deixa de enfatizar a interdependência entre processo eleitoral (*election laws*) e as leis eleitorais no sentido estrito (*electoral laws*) e define a lei eleitoral da seguinte maneira:

Leis eleitorais são aquelas que regulam os processos através dos quais preferências eleitorais são articuladas em votos e estes votos são convertidos em parcelas de autoridade governamental (tipicamente cadeiras parlamentares) distribuídas entre os partidos em competição. (RAE, 1967, p. 14).

Por isso, todo cuidado na escolha política do sistema eleitoral se torna indispensável para garantir maior participação e estabilidade, consideradas fundamentais em uma democracia. Entre os fatores que pesam sobre essa escolha, Tavares (1994) aponta quatro:

Quatro fatores essenciais operam sobre a concepção ou sobre as escolhas políticas concretas de um sistema eleitoral: (1) as peculiaridades da estrutura sócio-política e das instituições da sociedade nacional particular em que o sistema eleitoral será adotado constituem o elemento fundamental de constrangimento na decisão política que o define; (2) a avaliação estratégica da realidade e do desígnio estratégico por parte do instituidor constitui o elemento de mediação subjetiva do qual ocorre aquela decisão; (3) a teoria positiva e normativa da representação política, conscientemente ou não assumida pelo instituidor, constitui o marco que orienta a concepção ou a escolha do sistema eleitoral; e, finalmente, (4) a engenharia institucional e legal constitui o meio técnico capaz de implementá-los. (TAVARES, 1994, p. 34).

Dito de outra forma é preciso ter em conta a cultura social e política para evitar choque e disputas dentro da própria estrutura nacional, e isso é muito importante para o fator estabilidade. O proponente do sistema precisa ter boas intenções e ter ciência de que o interesse nacional deve se sobrepor ao interesse de pequenos grupos, para que a representação política corresponda aos anseios nacionais. As leis são atos políticos e não são indiferentes quanto aos seus efeitos e aos diversos interesses em que se divide a sociedade (TAVARES, 1994, p.34).

4.1. Tipologias do Sistema Eleitoral

É comum estabelecer comparações entre sistemas eleitorais baseados em funções ou cargos do tipo eletivo. O fato de ter-se a figura de um primeiro ministro em vários sistemas não é suficiente para considerar os sistemas como semelhantes. Na realidade, a diferença entre um sistema eleitoral e outro se baseia fundamentalmente na forma como os representantes são eleitos para o exercício de mandatos por um determinado tempo. Apesar de existirem diversas tipologias usadas para classificar os sistemas eleitorais, o consenso entre os especialistas é de uma agregação em duas grandes “macro famílias”: a representação majoritária e a representação proporcional (NICOLAU, 2001, p. 10).

Tavares (1994), no seu estudo sobre sistemas eleitorais, refere-se aos dois grandes sistemas como princípios ou teorias normativas formais:

Das observações precedentes decorre uma importante implicação. Consideradas enquanto princípios ou teorias normativas formais, representação majoritária e representação proporcional são duas alternativas polares, ou extremas, que se excluem antiteticamente. Entretanto, examinados enquanto sistemas eleitorais específicos e concretos, e em particular do ponto de vista das fórmulas eleitorais segundo as quais esses últimos funcionam, representação majoritária e representação proporcional desdobram-se em um universo tendencial e ilimitado, quanto ao número e à variedade, tendem a desvanecer-se, na realidade empírica e na percepção, como resultado da multiplicação de pequenas diferenças, de grau. (TAVARES, 1994, p. 49).

Além dessas duas “macro famílias”, Nicolau (2001, p.58) e Tavares (1994, p.99) distinguem outro tipo de sistema, chamado de mistos. O sistema eleitoral misto corresponde fundamentalmente à combinação das características dos sistemas majoritário e proporcional.

Os quadros abaixo apresentam um panorama das tipologias¹⁵ e de como se subdivide cada sistema eleitoral.

Quadro 1 - Sistema Eleitoral Majoritário

Majoritário	Maioria Simples	Bangladesh - Canadá
		Estados Unidos - Índia
		Malavi - Nepal
		Paquistão - Reino Unido
		Zâmbia
	Dois Turnos	França - Mali
	Voto Alternativo	Austrália
	Voto em Bloco	Tailândia

Fonte: Nicolau (2001, p.12)

Quadro 2 - Sistema Eleitoral Misto

Mistos	Combinação	Coréia Do Sul - Equador
		Japão - Rússia
		Taiwan - Ucrânia
	Correção	Alemanha - Bolívia
		Hungria - Itália
		México - Nova Zelândia
		Venezuela

Fonte: Nicolau (2001, p.12)

Quadro 3 - Sistema Eleitoral Proporcional

Proporcionais	Proporcional de Lista	África do Sul - Argentina
		Áustria - Bélgica
		Brasil - Bulgária
		Chile - Colômbia
		Costa Rica - Dinamarca
		Espanha - Finlândia
		Grécia - Holanda
		Israel - Madagáscar
		Moçambique - Noruega
		Paraguai - Peru
		Polônia - Portugal

¹⁵ Nicolau (2001, p.11): Cada autor que se dedica ao estudo dos sistemas eleitorais cria uma tipologia singular. Alguns procuram dispor todos os sistemas possíveis em termos lógicos, ainda que não tenham sido experimentados em qualquer eleição (Newland, 1982; e Dummett, 1984). Outros procuram incluir todos os sistemas eleitorais já testados em alguma eleição (Tavares, 1994). A classificação dos sistemas eleitorais que aparece neste trabalho segue, com pequenas variações, a proposta por Blais e Massicotte (1996a) e se guia por dois princípios básicos: a) inclusão apenas dos sistemas eleitorais em operação atualmente em alguns países democráticos; b) análise dos sistemas eleitorais por sua mecânica e lógica interna, e não por seus efeitos menos ou mais proporcionais - por isso não classifiquei os sistemas mistos de correção como proporcionais, e o sistema de voto único não transferível e misto de combinação como semiproportionais.

		República Tcheca - Suécia
		Suíça – Turquia
		Uruguai
	Voto Único Transferível	Irlanda

Fonte: Nicolau (2001, p.12)

4.1.1 Sistema Eleitoral Majoritário

O sistema eleitoral majoritário é um sistema usado em vários países em diferentes continentes, entre eles a Guiné-Bissau, para eleger os representantes do Poder Executivo. Este sistema procura garantir a eleição daqueles que receberem o maior contingente de votos dos eleitores dentro de uma circunscrição, colégio ou distrito eleitoral – definido como o território sob cuja jurisdição os votos dos eleitores são convertidos em assentos parlamentares, com inteira independência e abstração dos votos emitidos em outros territórios; elegem-se o partido ou os candidatos que obtiverem os maiores volumes de votos, até que seja efetivamente assumida toda a representação parlamentar que cabe à circunscrição, perdendo toda a sua eficácia e sendo desprezados ou expropriados os votos nos demais partidos e candidatos (Nicolau, 2001; Tavares, 1994). Em seguida, serão apresentadas as particularidades de cada fórmula política do sistema majoritário.

4.1.2 Sistema Majoritário: Maioria Simples

Esse sistema de maioria simples¹⁶ é um dos mais consagrados no conjunto do sistema majoritário pela simplicidade da sua fórmula, em que é eleito o candidato que obtiver mais votos entre todos os concorrentes.

Entre os sistemas eleitorais majoritários, a fórmula política consagrada nas democracias representativas e constitucionais que se instituíram segundo a tradição ocidental é a eleição por pluralidade, ou a maioria simples, distritos uninominais e em um único turno, na qual o eleitor detém igualmente um voto uninominal, adotada em particular, mas não exclusivamente, pela grande maioria dos países de origem anglo-saxônica. (TAVARES, 1994, p. 69).

¹⁶ Segundo Nicolau (2001, p.15), existe uma variedade de expressões em inglês para designar este sistema: *first past the post* (FPTP), *plurality*, *relative majority*, *single member single plurality*. Apesar de o termo “pluralidade” aparecer nos dicionários da língua portuguesa e de ter sido utilizado no tratado de Tavares (1994), optou-se por nomeá-lo de “maioria simples” por considerá-lo mais intuitivo e mais abrangente.

Uma das características desse sistema é a distorção produzida entre a votação e a representação parlamentar. É um sistema que revelou capacidade de criação de governos com base parlamentar unipartidária, facilitando o controle dos eleitores sobre o governo.

4.1.3 Sistema Majoritário: de Dois Turnos

Nesse sistema é obrigatório o candidato atingir a maioria absoluta para se eleger, do contrário realiza-se o segundo turno. É o caso da Guiné-Bissau para eleições presidenciais, que elege no segundo turno o candidato que obtiver 50% mais um voto válido se, no primeiro turno, nenhum dos candidatos conseguirem a maioria absoluta. No caso francês e maliano, o sistema de dois turnos também é usado nas eleições parlamentares, com algumas diferenças básicas. No primeiro, podem concorrer no segundo pleito os candidatos que tiveram mais de 12,5% do total dos eleitores inscritos, pois há possibilidade de mais de dois candidatos concorrerem no segundo turno, enquanto que no Mali, o modelo é do voto em bloco partidário; não obtendo 50% dos votos, realiza-se o segundo turno com os dois candidatos ou lista dos mais votados (NICOLAU, 2001, p.21).

Duas vantagens destacam-se no sistema de dois turnos. A primeira refere-se à maior representatividade dos eleitos, já que são necessários pelo menos 50% dos votos, nos casos em que forem dois candidatos para o segundo turno; a segunda vantagem refere-se à sub-representação dos partidos extremistas, já que estes são poucos adeptos a realização de alianças.

Segundo Tavares (1994), há cinco tipos de escrutínio de dois turnos:

Competem no segundo turno todos os partidos e candidatos, quer tenham ou não concorrido ao primeiro turno, elegendo-se aquele que obtiver a maioria simples ou relativa. 2. –Alternativamente, essa fórmula pode ser adotada acrescentando uma única restrição: concorrem ao segundo turno todos os candidatos que competiram no primeiro. 3. Contudo, a fórmula realmente consagrada é aquela adotada para a eleição de Assembleia Nacional na Quinta República francesa que, combinando maioria no primeiro turno e pluralidade no segundo, permite a competição, neste último, de todos os partidos que concorreram no primeiro turno, excluídos, entretanto, conforme a legislação eleitoral de 1958, os candidatos que não obtiveram 5% dos votos no primeiro turno e, de acordo com a lei eleitoral de 1966, aqueles que não lograram votos em

número igual ou superior a 10% dos eleitores inscritos na circunscrição e, finalmente, desde 1976, aqueles que não alcançaram 12,5% dos votos no primeiro turno. 4. Concorrem no segundo turno apenas os dois candidatos mais votados no primeiro, elegendo-se aquele que tiver logrado a maioria absoluta dos votos. 5. É necessário, finalmente, fazer referência à eleição presidencial em segundo turno pelo congresso, nos casos em que nenhum candidato tenha logrado maioria absoluta nas eleições populares diretas. (TAVARES, 1994, p. 77).

Tavares (1994, p.77) destaca ainda que a quarta fórmula propicia a coesão e a coerência ideológica dos partidos, a fidelidade ideológica partidária do eleitor e, além disso, concilia autoidentidade.

Com relação à capacidade de decisão sobre a eleição do presidente, esta fica para o segundo turno, com as minorias que, apesar de não possuírem condições de governar, podem assegurar a eleição de um dos dois grandes partidos. Esta capacidade lhes permite negociar a participação no governo e no programa de governo.

4.1.4 Sistema Majoritário: Voto Alternativo ou Preferencial

Esse sistema, usado na Austrália, permite que os representantes sejam eleitos com a maioria absoluta (Tavares, 1994; Nicolau, 2001). O sistema de voto alternativo realiza em um único turno os efeitos da eleição de dois turnos, resultando em uma variedade de escolhas dos eleitores. Tavares (1994) explica como este sistema funciona:

O eleitor vota num candidato, mas indica na mesma cédula uma segunda, terceira ou quarta preferência, como alternativa, até esgotar o número de candidatos, para a eventualidade de que o candidato que prefere com preferência não logre a maioria absoluta. Se, na primeira preferência, nenhum candidato obtém a maioria absoluta, elimina-se o candidato menos votado, alocando aos respectivos candidatos as segundas preferências registradas nos votos dados àquele. Vencerá as eleições aquele que tiver obtido, por este meio, a maioria absoluta. Se, ainda assim, nenhum a tiver obtido, repete-se a operação, excluindo o segundo candidato menos votado e transferindo seus votos aos candidatos que neles tiverem obtido a preferência subsequente, e assim sucessivamente, até que a maioria absoluta tenha sido conquistada por um candidato. (TAVARES, 1994, p. 84)

4.1.5 Sistema Eleitoral Misto

O sistema eleitoral misto vem ganhando espaço, mas até o final dos anos 1980 não era muito utilizado. Esta crescente adesão deve-se ao fato de alguns países adotarem

ao mesmo tempo o modelo majoritário e proporcional. O sistema misto utiliza ao mesmo tempo o modelo majoritário e proporcional em eleições para o mesmo cargo (NICOLAU, 2001, p. 59).

O conceito de sistema eleitoral misto depende de vários elementos que compõem o sistema eleitoral de um país. O caráter compósito e único é resultado da combinação de diversos elementos, variando de acordo com a estrutura e efeito dos mesmos (TAVARES, 1994, 99). Entre estes elementos, quatro são essenciais e universais por marcarem presença em todo sistema eleitoral: a magnitude da circunscrição ou distrito eleitoral, a estrutura do boletim de voto, o procedimento de votação e a fórmula de conversão de voto em cadeira legislativa ou qualquer outro posto público eletivo (TAVARES, 1994, p.99).

Na mesma direção, Tavares (1994, p.100) também nos fornece uma definição do sistema misto eleitoral. E aponta que, quando se tem um sistema eleitoral com circunscrição eleitoral de magnitudes diferentes, existem tipos diferentes de boletim de votos, possibilitando diversas combinações que podem ser identificadas como sistema misto no seu sentido amplo. No sentido estrito, o autor se aproxima da definição do Nicolau, destacando o sistema alemão e o francês.

Entretanto, num sentido estrito, aqui adotado, são identificados como mistos aqueles sistemas que combinam ou empregam alternativamente métodos majoritários e métodos proporcionais: o sistema de eleição proporcional personalizado, atualmente adotado pela República Federal da Alemanha, e o sistema de listas associadas, empregado para regular as eleições parlamentares francesas de 1951, realizam respectivamente a primeira e a segunda modalidade. (TAVARES, 1994, p. 100).

Este sistema se subdivide em sistema de combinação e em sistema de correção. No primeiro, cada sistema possui um percentual de cadeiras alocadas segundo o modelo proporcional ou majoritário e o número de votos de cada eleitor, podendo ser um ou dois. Por exemplo, no Equador, 16% de representantes são eleitos pelo sistema proporcional, enquanto na Rússia esse percentual é de 50% (Nicolau, 2001, p.60).

Já o sistema misto de correção, como o próprio nome diz, serve ao propósito de corrigir distorções possíveis na relação voto/cadeiras do sistema majoritário. Esse modelo é usado na Alemanha, Bolívia, México, Nova Zelândia e Venezuela, em que a correção assim funciona:

- a) Calculam-se as cadeiras recebidas pelos partidos no âmbito nacional (Bolívia) pelo sistema proporcional; b) diminuem-se desse total as cadeiras conquistadas pelos partidos nas eleições majoritário-districtais; c) a diferença entre (a) e (b) é compensada pelos candidatos apresentados nas listas partidárias. (NICOLAU, 2001, p. 62).

Para determinar o grau de correção e de proporcionalidade, instituiu-se a cláusula de exclusão, identificada como elemento não universal e não essencial. Por exemplo: no México, é de 2%; Alemanha e Nova Zelândia, 5%; na Hungria, se o partido coligar é de 10% e se for sozinho é de 5%.

4.1.6 Sistema Eleitoral Proporcional

No sistema eleitoral proporcional, entre as preocupações fundamentais está a de assegurar que a diversidade de opinião esteja refletida no parlamento. A garantia de equidade matemática entre os votos dos eleitores e a representação parlamentar é o que mais se destaca (NICOLAU, 2001, p. 31).

Nesse sistema, é notável e característica a garantia da correspondência entre votos e cadeiras recebidas pelos partidos em uma eleição. Tavares (1994) fornece uma definição mais detalhada desse sistema:

No limite, a representação proporcional é aquela em que o sistema eleitoral assegura, para cada um dos diferentes partidos, uma participação percentual na totalidade da representação parlamentar e, por via de consequência, na constituição do governo (se o sistema de governo for parlamentar) ou pelo menos no controle sobre ele (se o sistema de governo for presidencial), igual à sua participação percentual na distribuição da preferência, materializada em voto, do corpo eleitoral. (TAVARES, 1994, p. 123).

Estabelecidas as definições se entender como varia o sistema eleitoral proporcional, mas antes de prosseguir importa lembrar que o grau de proporcionalidade com que este sistema distribui a representação entre os partidos depende da fórmula eleitoral (que converte votos em assentos legislativos) e da magnitude dos distritos (número de representantes que cada distrito pode eleger) (TAVARES, 1994, p. 123).

4.1.7 Sistema Proporcional: Voto Único Transferível

O sistema de voto único transferível teve como embrião o sistema proposto por Thomas Hare, jurista que defendia a representação de opiniões individuais, excluindo,

nesse caso, a representação partidária ou comunitária. Tal modelo teve apoios importantes, como o de John Stuart Mill na obra “O Governo Representativo”, de 1861, como forma de viabilizar o governo representativo moderno (NICOLAU, 2001, p. 32).

Entre as vantagens do Sistema de Voto Transferível STV¹⁷, há que se destacar que os eleitores têm a possibilidade de votar em candidatos de diferentes partidos e ordenar os candidatos de acordo com a sua preferência, além controlar a natureza da transferência, ou seja, o eleitor especifica para quem o voto deve ser transferido.

Como explica Tavares (1994, p.148), “o voto único transferível é um voto pessoal e único: pessoal porque é decidido pelo eleitor, e não pelo partido, e único porque é atribuído a um único candidato que constitui a primeira preferência do eleitor”.

Nesse sentido, torna-se claro o objetivo do STV:

Como fica claro pelo processo utilizado para distribuir as cadeiras, a preocupação maior dos defensores do STV não é garantir uma proximidade aritmética entre os votos recebidos pelos partidos nas eleições e a representação parlamentar destes. Para eles, o principal objetivo é assegurar que as opiniões relevantes da sociedade estejam proporcionalmente retratadas no Congresso, já que em muitos casos elas perpassam os diversos partidos existentes. Justamente por isso, o STV é mais um sistema de representação de opinião do que de partidos. (NICOLAU, 2001, p. 34).

A apuração dos votos é realizada da seguinte forma: calcula-se uma quota em cada distrito ou circunscrição e o candidato que atingir a quota automaticamente está eleito; do contrário, processa-se a transferência de voto, obedecendo a dois procedimentos: 1) os votos excedentes do candidato eleito são transferidos para outros nomes de uma forma proporcional à segunda preferência; 2) se não for eleito nenhum dos candidatos de acordo com as preferências, o candidato com menor preferência é eliminado e seus votos transferidos para outros candidatos (NICOLAU, 2001, 34).

4.1.8 Sistema Proporcional: de Lista

O sistema proporcional de lista tem como princípio básico permitir que o sistema eleitoral propicie a representação das opiniões da sociedade expressa através dos partidos políticos.

Uma referência desse sistema é do proposto pelo advogado belga Victor D’hondt. A Bélgica foi o primeiro país a adotar a representação proporcional de lista

¹⁷ Sistema de Voto Transferível

para eleição de deputados em 1899. O ato teve outra influência, que foi a realização da Conferência Internacional sobre Representação Proporcional em 1885 em Antuérpia. Depois disso, outros países da Europa seguiram a Bélgica e adotaram o sistema proporcional de lista (NICOLAU, 2001, p. 35).

No sistema proporcional, o número de cadeiras ou a magnitude de um distrito ou circunscrição faz toda a diferença, pois quanto maior o número de cadeiras, mais proporcional será o resultado. Seu funcionamento é baseado na apresentação de lista fechada de candidatos pelos partidos e os votos são contados e distribuídos entre os partidos de acordo com o percentual de votos recebido (NICOLAU, 2001, p.37).

Os seguintes elementos tornam complexo o funcionamento desse modelo de representação proporcional: a fórmula eleitoral para distribuição de cadeiras (maiores médias e maiores sobras¹⁸), a existência de mais de um nível para alocação das cadeiras (nacional ou local), cláusula de exclusão (número mínimo de votos para obter representação), as regras para seleção dos candidatos de cada lista (lista aberta, fechada, livre e sistema de lista flexível) e a possibilidade de partidos realizarem coligação (que favorece muito os partidos pequenos em sua maioria) (NICOLAU, 2001, p. 37).

Além de criticado por dar mais importância à questão da representatividade do que à composição de governo, o sistema proporcional é muito criticado pelo tipo de distrito ou circunscrição eleitoral, pois exige mais de um representante por distrito, interferindo na proximidade dos eleitores com os candidatos. Assim, o eleitor se perde no controle dos candidatos e fica sem saber quem deve ser absolvido, concedendo-lhe a reeleição, e quem deve ser punido pela má atuação (NICOLAU, 2001, p. 57).

4.2 Do Sistema Político

As democracias contemporâneas têm-se apresentado criativas nas formas de governos; entre elas, temos o parlamentarismo, o presidencialismo e o modelo híbrido denominado de semipresidencialismo, este último em vigor na Guiné-Bissau. Não constituem mais surpresas as variações desses sistemas nas democracias novas, mas as características que os distinguem continuam inalteráveis ao longo do tempo e se definem por mútua exclusão.

Assim como os sistemas eleitorais são divididos em majoritários e proporcionais, os sistemas políticos democráticos são classificados

¹⁸ Cf. Tavares, 1994, p.123.

como presidencialistas ou parlamentaristas. No entanto, esta última distinção é mais difícil de derivar da primeira. Não há dúvida de que os sistemas presidencialistas e parlamentaristas podem ser definidos por mútua exclusão; um sistema presidencialista é não parlamentarista e o inverso é também verdade. Mas a distribuição dos casos concretos nessas duas categorias leva a contrastes marcantes. A razão é que, de um lado, os sistemas presidencialistas, em sua maioria, são definidos de forma inadequada; de outro lado, os sistemas parlamentaristas diferem de tal modo entre si que a denominação comum passa a ser enganosa. (SARTORI, 1996, p. 97).

Portanto, o sistema presidencialista é um sistema de governo em que: a) há um presidente, ao mesmo tempo chefe do governo e chefe de Estado; b) o presidente é escolhido em eleição popular; c) seu mandato, bem como os dos parlamentares, é prefixado, não podendo o presidente, exceto na hipótese do *impeachment*, ser demitido pelo voto parlamentar, nem o legislativo ser dissolvido pelo presidente; d) a equipe de governo (o ministério) é designada pelo presidente e é responsável perante ele, não perante o legislativo (CINTRA, 2007, p. 37; SARTORI, 1996, p. 99).

O sistema parlamentarista, cujas características são bem diferentes do presidencialismo, apresenta-se como um sistema em que: a) o governo tem legitimação indireta. Ele surge não da votação popular, mas da assembleia, em geral da sua maioria, formada por partido singular ou por uma coalizão de partidos; b) o governo sobrevive enquanto conta com a confiança da maioria da assembleia, perante a qual é responsável; faltando a confiança, o governo cai; c) a assembleia pode ser dissolvida antes do término da legislatura, convocando-se novas eleições; d) além da chefia do governo, existe a chefia do Estado – pelo presidente ou pelo monarca – que exerce as funções simbólicas e cerimoniais (CINTRA, 2007, p. 41; SARTORI, 1996, p. 114-117).

Por último temos o semipresidencialismo, o terceiro modelo, denominado de híbrido ou misto por reunir um pouco de cada um dos sistemas.

Vimos que tanto o presidencialismo como o parlamentarismo pode falhar, especialmente nas suas formas puras. A partir desses dois extremos somos levados a buscar uma solução “mista”: uma modalidade de organização política que se situe entre os dois e se inspire em ambos. Esta forma mista passou a ser conhecida — significativamente, creio — como semipresidencialismo. Embora não devamos interpretar essa denominação de modo muito literal, ela sugere que nosso sistema misto será mais bem concebido e compreendido do ponto de vista do presidencialismo, não do parlamentarismo — porque o argumento flui com maior consistência de

cima para baixo do que da base parlamentar para cima. (SARTORI, 1996, p. 135).

Segundo Sartori (1996, p.136), a característica que precisa ter qualquer sistema semipresidencialista é uma configuração dupla de autoridade, duas cabeças, ou seja, uma diarquia: o presidente, chefe do Estado, e o primeiro-ministro, chefe do governo. É um sistema que apareceu na França em 1958, em plena crise da guerra da Argélia. Mas segundo Cintra (2007, p.47) e Sartori (1996, p.140), o semipresidencialismo foi inventado, de fato, na Alemanha, durante o período conhecido como a República do Weimar (1919-1933).

Ao abordar a questão da maioria dividida no semipresidencialismo, ou seja, a maioria que elege o presidente é diferente da maioria que controla o parlamento, Sartori (1996, p.137) questiona se há diferença entre o presidencialismo e semipresidencialismo, apontando três possíveis respostas:

A primeira é que não há nenhuma diferença: nos dois sistemas uma maioria dividida conduz inevitavelmente ao conflito e ao impasse. No sistema presidencialista, o conflito dá-se entre o presidente e o congresso; no semipresidencialista, entre o presidente e o premier apoiado pelo parlamento. A segunda resposta, sugerida por Vedel e Duverger, é que o semipresidencialismo não é uma síntese dos sistemas parlamentarista e presidencialista, mas uma alternância entre fases parlamentar e presidencial (Duverger, 1980, p. 186). Nesta interpretação, o sistema francês é presidencialista quando há uma consonância entre a maioria do presidente e a do parlamento; parlamentarista, quando há uma dissonância. (SARTORI, 1996, p. 138).

O fato é que o autor discorda das duas primeiras interpretações, apontando o semipresidencialismo como sistema misto ao lado dos dois sistemas de governo, contrapondo-se à ideia de Duverger:

Minha interpretação, portanto, é que o semipresidencialismo francês se desenvolveu em um autêntico sistema misto, baseado numa estrutura de dupla autoridade flexível – isto é, um poder executivo bicéfalo, cuja cabeça principal muda (oscila) à medida que mudam as combinações das maiorias. Com uma maioria unificada, o presidente predomina de forma decisiva sobre o primeiro-ministro e a norma aplicada é a da prática constitucional. Inversa e alternativamente, com uma maioria dividida, quem predomina é o primeiro-ministro, apoiado pela sua própria maioria parlamentar, devido ao fato de que a constituição formal (o que ela expressa em sua forma escrita) sustenta

sua intenção de governar com base nos direitos que tem. (SARTORI, 1996, p.139).

Posta sua discordância, Sartori (1996, p.147) apresenta sua definição do que seja o sistema semipresidencialista, afirmando que uma forma mista nunca é tão simples quanto uma forma pura, e procura um caminho intermediário entre a falta e o excesso de definição para demarcar o semipresidencialismo quando as seguintes propriedades ou características puderem ser aplicadas conjuntamente:

- a) o chefe de Estado (presidente) é eleito por votação popular - de forma direta ou indireta -, com um mandato determinado; b) o chefe do Estado compartilha o poder com um primeiro-ministro, em uma estrutura dupla de autoridade com os três seguintes critérios de definição: b.1) embora independente do parlamento, o presidente não tem o direito de governar sozinho ou diretamente, e, portanto, sua vontade deve ser canalizada e processada pelo seu governo; b.2) inversamente, o primeiro-ministro e seu gabinete independem do presidente, na medida em que dependem do parlamento; estão sujeitos de confiança e/ou não-confiança parlamentar, pelo que precisam do apoio da maioria do parlamento; b.3) a estrutura dupla de autoridade do semipresidencialismo permite diferentes equilíbrios e a oscilação da prevalência de poder dentro do Executivo, estritamente sob a condição de que subsista a autonomia potencial de cada componente do Executivo. (SARTORI, 1996, p.147).

Para Sartori (1996, p.152), o semipresidencialismo é melhor do que o presidencialismo. Primeiramente porque o sistema semipresidencialista lida melhor com a maioria dividida do que o sistema presidencialista; o segundo motivo baseia-se na questão da prudência, significando que seria prudente sair do presidencialismo para o semipresidencialismo do que para outro sistema de organização política (SARTORI, 1996, p.152). Importa ressaltar também que, segundo o autor, o semipresidencialismo, mesmo sendo uma alternativa, não deixa de ser um sistema frágil, devido à prevalente ameaça do problema da maioria dividida.

Em seguida, aborda-se o sistema político da Guiné-Bissau, explorando a Constituição da República de 1996 e a lei eleitoral Guineense nº 10/2013, de 25 de setembro.

4.3 Sistema Político da Guiné-Bissau: Constituição da República da Guiné-Bissau

Ao analisar o sistema político, levam-se em conta três aspectos indispensáveis: o Sistema Eleitoral, o Sistema de Partido e o Sistema de Governo. Nesse item, aborda-se o sistema político da Guiné-Bissau, constituído recentemente como democracia semipresidencialista.

O sistema eleitoral da Guiné-Bissau é definido como sistema de representação proporcional, baseado no método de Hondt para eleição do Legislativo, e majoritário de dois turnos para eleição do presidente da República.

O sistema partidário da Guiné-Bissau é o multipartidarismo, com presença de mais de dois partidos. Aliás, por ser um sistema multipartidário, a proliferação de partidos políticos tem sido muito criticada, pois com o fenômeno da dispersão de votos muitos partidos acabam não participando do Legislativo.

O sistema de governo adotado na Guiné-Bissau é o semipresidencialista. O presidente da República é eleito por meio do sufrágio direto, secreto e universal, assim como Assembleia Nacional Popular. O presidente da República tem poderes expressos na Constituição - entre eles, o de dissolver a assembleia, nomear o primeiro ministro, exonerar e nomear membros de governo e presidir o conselho de ministros quando entender. O governo nomeia o Procurador Geral da República, Embaixadores e Chefe do Estado Maior das Forças Armadas e promulga leis, decretos-leis, indulta ou comuta pena. Portanto, não é uma simples figura representativa. Porém, o presidente não pode escolher alguns ministros (finanças, de defesa, educação, cultura, esporte, etc.), nem interferir nas competências do primeiro-ministro, ou seja, ele preside, mas não governa.

As legislações que definem as regras políticas do país são a Constituição e a Legislação Eleitoral, no sentido formal, técnico e procedimental.

A Constituição dispensa dez artigos para o cargo de presidente da República no seu capítulo II (artigo 62º a 72º). No título sobre organização política, deixa claro que são órgãos da soberania o Presidente da República, a Assembleia Nacional Popular, o Governo e os Tribunais (artigo 59º). Este artigo demarca uma diferenciação com o sistema presidencialista, em que comumente são órgãos da soberania a Assembleia, o Governo e o Judiciário.

O artigo 64º fixa que o presidente é eleito por maioria absoluta dos votos validamente expressos; se nenhum dos candidatos obtiver a maioria absoluta, no prazo

de 21 dias realizar-se-á um novo escrutínio, ao qual só se podem apresentar os dois concorrentes mais votados. Eleito o presidente, o mandato tem a duração de cinco anos, não podendo candidatar-se a um terceiro mandato consecutivo nem nos próximos cinco anos que sucederem o término do mandato (GUINÉ-BISSAU, 1996).

A Constituição também deixa claro que, na ausência do presidente da República, quem assume é o presidente da Assembleia Popular, mesmo em caso de morte ou impedimento. O presidente responde pelo crime no exercício da função perante o Supremo Tribunal da Justiça (GUINÉ-BISSAU, 1996).

O segundo órgão da soberania é a Assembleia Nacional Popular, eleita por quatro anos, que se inicia com a proclamação dos resultados (GUINÉ-BISSAU, 1996). A Lei Magna dispensou dezenove artigos para esse órgão de suma importância para a estabilidade e desenvolvimento da Guiné-Bissau.

O terceiro órgão da soberania é o Governo, com oito artigos no total, do 96º ao 104º. Tem a responsabilidade de conduzir a política geral do país através do primeiro-ministro, ministros e secretários de Estado, mantendo o presidente informado sobre a política externa e interna (GUINÉ-BISSAU, 1996).

É da responsabilidade e compete ao governo organizar e dirigir a execução das atividades políticas, econômicas, culturais, científicas, sociais, de defesa e segurança, de acordo com o seu programa, preparar o Plano de Desenvolvimento Nacional, o Orçamento Geral do Estado e assegurar a sua execução; nomear e propor a nomeação dos cargos civis e militares, entre outros estabelecidos no art. 100º da Constituição da Guiné-Bissau. Essas e outras responsabilidades são realizadas no Conselho de Ministros, onde o Governo exerce a competência legislativa. O Governo é politicamente responsável perante o presidente da República e a Assembleia Nacional Popular.

O quarto órgão da soberania é o Judiciário, ao qual são reservados seis artigos da Constituição, de 119º a 125º, com a responsabilidade de administrar a justiça guineense. A instância máxima é o Supremo Tribunal da Justiça, composto por juízes empossados pelo presidente da República. A gestão e a disciplina desse órgão são de responsabilidade do Conselho Superior da Magistratura Judicial, composto por um representante do Supremo Tribunal de Justiça, demais tribunais e Assembleia Nacional Popular.

O Ministério Público aparece no último artigo (125º) do Poder Judiciário, com responsabilidade de fiscalizar a legalidade, representar o interesse público e social. Ele é

titular da ação penal e tem como responsável máximo o Procurador Geral da República, nomeado pelo presidente da República, assim como em outros sistemas.

É importante ressaltar estes quatro órgãos da soberania guineense não somente pela função que desempenham no Estado e na sua democracia, mas pela relevância deles no processo eleitoral, tanto para o cargo de Presidente da República como para os cargos do Legislativo. Logo, a participação eleitoral depende muito de como estes órgãos se comportam antes, durante e após o processo eleitoral.

4.3.1 Lei Eleitoral nº 10/2013 de 25 de Setembro

A democracia guineense, por ser jovem, foi muito marcada por conflitos político-militares que provocaram alterações significativas nas instituições e no modo de relacionamento entre as próprias instituições. Essas alterações também vão ser sentidas em todo o país ou, mais especificamente, nas normas vigentes em todo o território nacional.

As normas são atualizadas muitas vezes em função dos contextos políticos, como é o caso da lei eleitoral para Presidente da República e Assembleia Nacional Popular, regulado pela Lei nº 3/1998 de 23 de abril e alterada devido aos acontecimentos (golpe de estado) de 12 de abril de 2012.

Como o objetivo desta pesquisa é analisar a participação eleitoral para os cargos de Presidente e do Legislativo, a ênfase será no que este instrumento legal fornece acerca desse tipo de eleição. De acordo com a Constituição, uma lei específica trataria do tema, neste caso é a Lei nº 10/2013, que regulamenta o estabelecido na Lei Magna.

Para o cargo de Presidente, a Lei nº 10/2013, no seu art. 98º, fixa cinco anos de mandato e estabelece o regime de eleição no art. 101º: o Presidente da República é eleito por lista uninominal, segundo o sistema maioritário de dois turnos. É eleito o candidato que obtiver 50% mais um voto válido; todavia, se nenhum dos candidatos obtiver mais da metade dos votos validamente expressos, realiza-se o segundo turno no prazo de 21 dias (art. 111º).

Para os cargos do Legislativo, a Lei nº 10/2013 fixa, no seu art. 113º, que a Assembleia Nacional Popular é composta por 102 deputados eleitos para um mandato de quatro anos. Logo em seguida, estabelece a geografia¹⁹ eleitoral, fixando 29 círculos ou colégios eleitorais, sendo 27 nacionais e dois no exterior (chamado também de

¹⁹ Cf. Projeto de Apoio aos Ciclos Eleitorais nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste - ProPALOP/TL (2010-2012).

“círculo emigração”, incluído nele a Europa e a África) (GUINÉ-BISSAU, 2013). Cada círculo possui número limitado de deputados, distribuídos por círculos eleitorais.

Os deputados são eleitos por listas plurinominais de partidos ou coligação de partidos, apresentadas por cada colégio eleitoral, sendo um voto singular por lista (GUINÉ-BISSAU, 2013). A conversão dos votos em mandatos é feita a partir da regra do método da representação proporcional de Hondt.

É válido esclarecer que a região dentro da geografia eleitoral corresponde à somatória dos círculos eleitorais e não à somatória de todos os votos emitidos nas regiões, ou seja, quando se diz que a região de Cacheu elegeu 14 deputados, está se referindo que os círculos de Bigene/ Bula elegeram 5 deputados, Caió/Canchungo, 5 deputados, e Cacheu/São Domingos, 4 deputados, e a soma resulta no total de 14 deputados (SILVA, 2003, p. 242).

No tocante ao financiamento eleitoral, a lei estabelece, no art. 46º, que a campanha eleitoral dos candidatos pode ser feita através das contribuições do Estado, partidos congêneres, voluntária de eleitores, dos próprios candidatos e dos partidos políticos, e produto da atividade da campanha eleitoral. Já no artigo seguinte (47º), diz respeito ao financiamento do Estado, dizendo que este, de acordo com a sua disponibilidade, determina uma verba de apoio à campanha dos candidatos às eleições.

Houve um tempo em que todo o processo eleitoral, do recenseamento à proclamação do resultado, esteve sob responsabilidade da Comissão Nacional de Eleição, mas com as mudanças sucessivas de governo e na própria legislação, ocorreram algumas alterações importantes na distribuição de responsabilidades, envolvendo no processo o governo e o Instituto Nacional de Estatísticas (INE).

4.3.2 Da Estrutura e Processo Eleitoral às Discrepâncias dos Votos e Colégios Eleitorais

Faz parte do processo eleitoral guineense a Comissão Nacional de Eleição (CNE), como órgão independente e permanente, tendo por função a superintendência, organização e gestão do processo eleitoral. Segundo a Lei nº12/2013, a CNE é única responsável pelas eleições presidenciais, legislativas e autárquicas (municipais). Dentro da geografia eleitoral, a CNE conta com as Comissões Regionais de Eleição instaladas em todas as oito regiões, situando-se sua sede principal em Bissau.

O Gabinete Técnico de Apoio ao Processo Eleitoral (GTAPE) é um órgão que goza de autonomia administrativa, integrado no Ministério da Administração Territorial, Reforma Administrativa, Função Pública e Trabalho, com a responsabilidade de executar o recenseamento eleitoral. Por motivos técnicos e financeiros, essa função está sendo exercida pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

O Instituto Nacional de Estatística (INE) passou a fazer parte dessa grande estrutura eleitoral devido à incapacidade técnica e financeira do Gabinete Técnico de Apoio ao Processo Eleitoral (GTAPE). O INE possui recursos próprios e, ao realizar o recenseamento, repassa os dados para a Comissão Nacional de Eleição e para o Gabinete Técnico de Apoio ao Processo Eleitoral.

Em uma situação de normalidade política e institucional, o recenseamento acontece entre os meses de janeiro e fevereiro de cada ano e, no estrangeiro, até o mês março. As eleições presidenciais e legislativas devem acontecer entre os dias 23 de outubro e 25 de novembro do ano de término do mandato presidencial.

Algumas discrepâncias são visíveis na distribuição (art. 115º da lei eleitoral) dos deputados para cada círculo eleitoral ou colégio eleitoral. Trata-se de uma urgência na correção do próprio sistema eleitoral Bissau-guineense. Silva (2003, p.241) vai apontar essa discrepância como “desajustamento que ameaça a justiça eleitoral”. Dentre os sistemas eleitorais existentes, há sempre uma necessidade de equilibrar o peso do voto dos eleitores de colégios diferentes, isto é, não pode o voto de cidadão do círculo A, por exemplo, eleger dois deputados ou delegados e o voto do cidadão do círculo B eleger um deputado ou delegado. Em uma situação de normalidade, o correto é que o voto de ambos os eleitores de círculos diferentes tenha o mesmo peso, ou seja, que os votos deles possam eleger o mesmo número de deputados.

A realidade guineense na distribuição dos deputados não respeita requisitos tais como a potencialidade eleitoral de cada círculo ou colégio eleitoral devido à necessidade de atualizar a geografia eleitoral anualmente procurando minimizar os efeitos do desequilíbrio populacional.

Considerado como exemplo o círculo eleitoral 8 e o círculo eleitoral 15 (Quadro 2): ambos elegem o mesmo número de deputados, ou seja, um total de 4 deputados cada. Segundo Silva (2003. p. 242), na eleição legislativa de 1999, o círculo 8, com 21.386 votos, elegeu os 4 deputados e o círculo 15, com 10.432, também elegeu 4 deputados. Essa desigualdade de peso do voto é também possível de se verificar nas

eleições legislativas seguintes, em 2004, 2008, 2014. Outros círculos ou colégios como 28 e 17, também se encontram na mesma situação. Portanto, há uma necessidade urgente de vários ajustes, como aponta Silva (2003).

Eu não sei quem de direito tem a competência para fazer os ajustes requeridos, aliás, ajustamentos que já deveriam ter sido feitos antes das eleições de 1999 se o período de 1998-1999 não fosse um tempo de tragédia nacional plenamente concretizada. Será da responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística? Ou do Ministério da Administração Interna? Pelo que se pode imaginar, não se trata apenas de atualizar mapas sobre a localização da população, nem se trata tão só de atualizar o recenseamento eleitoral para fixar o número de eleitores com vista, por exemplo, a garantir transparência e desencorajar tentações fraudulentas. Se se faz tudo isso - localizar exatamente os aglomerados populacionais e atualizar as inscrições dos eleitores -, mesmo assim, ainda não ficaria resolvido o problema do acima referidos desajustamentos, essas discrepâncias que têm a ver com a atualização em cada círculo eleitoral da relação entre o número de deputados e o número de habitantes ou de eleitores inscritos. Faltaria ainda atualizar a distribuição dos assentos parlamentares seguindo a proporção: 1 deputado por cada / 10.000 habitantes ou algo equivalente (tomando, por exemplo, o universo dos eleitores inscritos) - o que dá os 100 deputados para a estimativa de um milhão de habitantes ou, então, 5000 – 5400 cidadãos com capacidade eleitoral ativa (isto é, com mais de 18 anos de idade) para cada assento parlamentar atribuído. (SILVA, 2003, p. 245).

Nesse sentido, enquanto os ajustes não acontecem, os partidos tradicionais, como PAIGC e PRS, entre 1994 e 2014 foram partidos mais privilegiados, elegendo um maior número de deputados para a Assembleia Nacional. Outra consequência do desajustamento é que os partidos pequenos, desfavorecidos com a dispersão de votos, ficam fora da Assembleia Nacional.

Dado o embasamento teórico sobre sistemas eleitorais, em especial o sistema guineense, nossa próxima seção se dedica à apresentação dos resultados eleitorais para o cargo de residente da República e para a Assembleia Nacional Popular, enfatizando os contextos que antecederam as eleições pela importância que possuem na sua realização. Nessa seção, ficarão mais claras, com a apresentação dos votos obtidos pelos partidos nas eleições legislativas e pelos votos obtidos pelos candidatos nas eleições presidenciais, as divergências provocadas pelo desajustamento.

5. AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS E PRESIDENCIAIS DE 1994 A 2014

Esta seção tem como objetivo apresentar e analisar os resultados eleitorais das eleições legislativas e presidenciais na Guiné-Bissau. Além da análise dos resultados, também serão abordados os contextos que antecederam as eleições, fortemente marcadas por conflitos político-militares desde 1994, ano da realização da primeira eleição multipartidária. Dar-se-á ênfase às taxas de participação em cada eleição, ao fenômeno da dispersão para a eleição legislativa e para as eleições presidenciais, bem como às bases do comportamento eleitoral que influenciam no voto e no comparecimento dos eleitores.

O mapeamento eleitoral apresentado nesta seção expõe de forma cronológica as eleições legislativas e presidenciais de 1994 até 2014. A escolha desse período deve-se ao fato de que o estudo tem como objetivo principal a análise da participação eleitoral como forma de consolidação da democracia após a aprovação do multipartidarismo e do semipresidencialismo na República da Guiné-Bissau. O multipartidarismo foi aprovado em 1991, mas a primeira eleição multipartidária aconteceu em 1994. Escolheu-se o ano de 2014 porque, no momento da execução da pesquisa, estava em curso a eleição legislativa e presidencial de 2019.

Foi incluída na cronologia a eleição presidencial de 2012, anulada pela Comissão Nacional de Eleição (CNE) devido ao golpe militar de 12 de abril de 2012, que destituiu do poder o candidato a presidente e então chefe do executivo Carlos Gomes Junior, nomeado primeiro-ministro em 2008.

Em 2004 foi realizada a eleição legislativa e em 2005 a eleição presidencial considerada pela Comissão Nacional de Eleição Geral de 2004. O mesmo aconteceu com a eleição geral de 2008, que teve a eleição presidencial realizada em 2009. Essas alterações violam a lei eleitoral nº 10/2013, que orienta a realização das eleições no mesmo ano, mas devido à instabilidade político-militar do país, com frequência as eleições têm acontecido em anos diferentes.

A democracia guineense foi marcada, desde 1991, pelas disputas de poder que prejudicaram muito a participação eleitoral. Essas disputas aumentaram a instabilidade política resultando nos golpes militares, os quais tiveram maior reflexo nas eleições presidenciais do que nas eleições legislativas. A exceção é do período de 2008 a 2014, devido à anulação da eleição presidencial de 2012 por motivo do golpe militar de 12 de

abril de 2012 já referido, mantendo, assim, os deputados eleitos em 2008 até a eleição legislativa de 2014.

O golpe de Estado foi, entre muitos outros problemas, motivo de instabilidade política e governativa, aparecendo como instrumento para a interrupção dos mandatos eletivos, principalmente presidenciais, o que resultou em vários chefes de Estado interinos e de transição de 1999 a 2014. Entre os chefes de Estado interinos, quatro foram do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC): Malam Bacai Sanhá (1999 a 2000), Raimundo Pereira (2009 e 2012) e Manuel Sirifo Nhamadjo (2012 a 2014); dois foram militares: Verissimo Correia Seabra (2003) e Mamadú Turé Kuruma (2012); e um foi empresário: Henrique Pereira Rosa (2003 a 2005). O golpe destituiu vários presidentes eleitos democraticamente de 1994 até 2014, sendo dois do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) - João Bernardo Vieira, eleito em 1994 e 2005 - e um do Partido da Renovação (PRS) - Kumba Yala, eleito em 2003. A eleição geral de 1999 foi realizada na sequência da guerra civil (golpe de Estado) que se estendeu de 7 de junho de 1997 a 1998, interrompendo o mandato do presidente João Bernardo Vieira, eleito em 1994. A eleição presidencial de 2005 foi realizada devido ao golpe militar de 2003, que destituiu o Presidente Kumba Yala, eleito em 1999. A eleição presidencial de 2012, anulada pela Comissão Nacional de Eleição, foi realizada devido à morte do Presidente Malam Bacai Sanhá, eleito em 2009.

Apesar dessas disputas, a participação ou o comparecimento, objeto do presente estudo, continuou aumentando ao longo do tempo. Em 2009, diminuiu devido ao assassinato do presidente João Bernardo Vieira, eleito em 2005, e do General Batista Tagme Na Waie, em forma de protesto contra os golpes de Estado. Em 2012, diminuiu devido à desconfiança dos candidatos, principalmente da oposição, no processo eleitoral, havendo um incentivo ao não comparecimento. O quadro 4 apresenta em detalhes a porcentagem de participação nas eleições legislativa e presidencial.

Quadro 4 - Participação e Comparecimento. Eleição de 1994 a 2014

Participação /Comparecimento 1994 a 2014						
Ano	Legislativa	% de Part.	Presidencial			
			1º	% de Part.	2º	% de Part.
1994	355.992	88,90%	357.417	89,30%	326,615	81,60%
1999	403,79	82,28%	420,728	80,36%	361,609	71,90%
2004	460,254	76,20%	-	-	-	-
2005	-	-	471,843	87,60%	422,978	78,60%
2008	486,873	82,00%	-	-	-	-
2009	-	-	356,34	60,00%	362,736	61,10%
2012	-	-	326,399	55,00%	-	-
2014	686.876	88,57%	689.325	88,89%	606.536	78,21%

Fonte: Comissão Nacional de Eleição. Elaboração do Autor, 2020.

5.1 Dos Dados Populacionais e Votos

Na tabela de “Dados Gerais Populacionais” foram apresentados dados da população e de eleitores por ano da eleição legislativa. As mesmas informações foram usadas para as eleições presidenciais pela Comissão Nacional de Eleições.

Na tabela 1, os dados da população e de eleitores foram levantados de acordo com o ano eleitoral. Os dados da população de 1994 a 2008 foram obtidos a partir do censo de 1991 e os dados da população de 2009 a 2014 obteve-se a partir do censo de 2009. Esta diferença ocorre porque o recenseamento geral da população é feito de dez em dez anos.

É possível constatar que, de 1994 até 2008, a população acima de 18 anos apresentou algumas diferenças com relação ao total de eleitores (recenseados ou inscritos para cada eleição). Essa diferença se deve à falta de atualização das informações de competência do Instituto Nacional de Estatística (INE), Gabinete Técnico de Apoio ao Processo Eleitoral (GTAPE) e dos cadernos eleitorais, que são atualizadas pela Comissão Nacional de Eleição. Também não é feita regularmente a atualização dos mapas de localização da população pelo Ministério da Administração Interna. As diferenças são mais visíveis em 2004, na eleição legislativa, em que a população acima de 18 anos foi de 522.357 e o total de eleitores foi de 602.424, e na legislativa de 2008, em que a população acima de 18 anos foi de 522.357 e os eleitores foram 593.739.

Tabela 1 - Dados Gerais Populacionais.

População e Eleitores da Guiné-Bissau 1994-2014			
Ano	Total da População	Total da População Acima de 18 Anos	Total de Eleitores
1994	979.203	518.204	400.417
1999	979.203	522.357	523.507
2004	979.203	522.357	602.424
2005	979.203	522.357	471.843
2008	979.203	522.357	593.739
2009	1.449.230	832.221	362.736
2012	1.449.230	832.221	593.271
2014	1.520.830	832.221	775.508

Fonte: Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau. Elaboração do Autor (2020)

Na tabela 2, apresenta-se os votos nas eleições legislativas de 1994 a 2014. É perceptível o aumento dos votos, o que pode ser interpretado como aumento da participação no processo eleitoral. Esse aumento vai acontecer a partir da eleição legislativa de 2004.

A eleição legislativa de 2014 foi a que mais registrou votos nulos, com um total de 35.947, e a que mais teve votos brancos (64.405). Mas também foi a eleição com maior número de votos válidos registrados, com um total de 586.524.

Tabela 2 - Votos Eleições Legislativas - 1994-2014

Votos nas Eleições Legislativas 1994 – 2014					
Ano	Total de Votos	Votos Nulos	Branco	Abstenções	Votos Válidos
1994	400.417	12.389	52.635	44.425	290.968
1999	523.507	14.649	55.757	92.717	360.384
2004	602.424	10.420	19.682	143.385	428.937
2008	593.739	12.023	15.712	106.866	459.138
2014	775.508	35.947	64.405	88.632	586.524

Fonte: Elaboração do Autor (2020) a partir dos dados da Comissão Nacional de Eleição.

A tabela 3 apresenta a comparação do total dos partidos que concorreram às eleições legislativas com os partidos que efetivamente elegeram deputados de 1994 até

2014, a partir do total de partidos políticos legalmente existentes na Guiné-Bissau. Com exceção da eleição legislativa de 1999, verificou-se uma concentração de deputados em um número muito pequeno de partidos políticos.

Na eleição legislativa de 1994, participaram 14 partidos políticos e somente 5 elegeram deputados; em 2004, participaram 15 e somente 5 elegeram deputados; em 2008, em que o número de partidos concorrentes foi mais alto, somente 5 partidos elegeram deputados; em 2014, participaram 15 e elegeram deputados somente 5.

Já na eleição legislativa de 1999, mais da metade (oito partidos dos treze) dos partidos concorrentes conseguiram eleger deputados. Esse fato foi provocado pela guerra de 1997 a 1998, que destituiu do poder o então General e Presidente João Bernardo Vieira, eleito em 1994. Com a queda do Presidente Vieira, também o Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) perdeu votos, em vários colégios, para o Partido da Renovação Social (PRS), que venceu a eleição legislativa e presidencial, apoiando seu fundador e candidato Dr. Kumba Yalá.

Tabela 3 - Partidos Políticos e Eleição Legislativa

Partidos Políticos E Eleições Legislativas			
Ano\Partido	Total de Partidos	Partidos Concorrentes	Nº De Partidos que Elegeram Deputados
1994	49	14	5
1999	49	13	8
2004	49	15	5
2008	49	21	5
2014	49	15	5

Fonte: Comissão Nacional de Eleição. Elaboração do Autor (2020).

5.2 Os dois maiores Partidos Políticos: PAIGS e PRS

Antes de adentrar nos detalhes de cada eleição legislativa, é importante frisar que o Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e o Partido da Renovação Social (PRS) são dois maiores partidos que vão disputar os votos e as cadeiras da Assembleia entre o período de 1994 a 2014. Participaram em todas as eleições legislativas e presidenciais. –O Partido Unido Social Democrático (PUSD) também participou em todas as eleições dentro do período analisado, mas só elegeu

deputados em uma eleição. No quadro seguinte, serão apresentados os três partidos que participaram em todas as eleições legislativas entre o período de 1994 a 2014.

Quadro 5 - Partidos com a maior participação nas Legislativas.

Partidos que participaram em todas as eleições legislativas 1994-2014										
Partido/Ano	ANO	DEPUT.	ANO	DEPUT.	ANO	DEPUT.	ANO	DEPUT.	ANO	DEPUT.
PAIGC	1994	62	1999	24	2004	45	2008	67	2014	57
PRS	1994	12	1999	38	2004	35	2008	28	2014	41
PUSD	1994	0	1999	0	2004	17	2008	0	2014	0

Fonte: Elaboração do Autor (2020) a partir dos dados da Comissão Nacional de Eleição.

Por serem os dois maiores partidos dentro do período em que se propõe analisar a participação eleitoral, será apresentada uma breve história de cada um dos partidos. Outros partidos participaram e elegeram deputados, como é o caso do RGB em 1994 (19 deputados) e 1999 (29 deputados), mas apenas em uma ou duas eleições - diferentemente dos três elencados no quadro acima, os quais mantiveram regularidade, elegendo ou não deputados, como é o caso do Partido Unido Social Democrático (PUSD).

5.2.1 Do PAIGC (Partido Independentista)

O Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde, também conhecido pela sigla PAIGC, foi criado em 19 de setembro de 1956, inicialmente como um movimento pacífico, mais tarde enveredou-se para a via armada devido à resistência de Portugal em retirar as tropas na antiga colônia da Guiné Portuguesa, atual Guiné-Bissau e Cabo Verde. Liderado por Amílcar Lopes Cabral, o partido lutou por onze anos contra as tropas portuguesas, até 1973, ano em que proclamou a independência, imediatamente reconhecida sem precedentes pela Assembleia Geral da ONU (Resolução 93-7). A partir de 1973, o partido passou a ser o único representante do povo da Guiné até a aprovação do multipartidarismo, que se deu por meio de uma alteração na Constituição, com a aprovação da lei quadro dos partidos políticos em 1991. Com aprovação do multipartidarismo, o PAIGC passou a disputar eleições legislativas e presidenciais com vários outros partidos, entre os quais o Partido da Renovação Social (PRS).

5.2.2 Do PRS (Partido dos Renovadores)

O Partido da Renovação Social foi fundado em 14 de janeiro de 1992, após a aprovação, pela Guiné-Bissau, ao multipartidarismo, com forte apelo aos valores da democracia universal e baseado no liberalismo econômico e político. Participou da sua criação Kumba Yalá Kobde Nhanca, que se tornou o maior líder da história do partido. Com muitas dificuldades de recursos, participou da primeira eleição legislativa e presidencial em 1994, conquistando 12 cadeiras. Na eleição presidencial do mesmo ano, o partido apoiou seu maior líder e disputou a segunda volta da eleição presidencial de 1994, vencida pelo candidato João Bernardo Vieira, suportado pelo PAIGC. Na segunda participação, em 1999/2000, elegeu 38 deputados, vencendo a eleição legislativa e, apoiando seu grande líder Kumba Yala, venceu a eleição de 1999 contra o candidato do PAIGC, Malam Bacai Sanha. Desde a sua criação, participou de todas as eleições legislativas e presidenciais.

5.3. Das Eleições Legislativas - 1994 a 2014

Nas tabelas seguintes, serão apresentados com mais detalhes o total dos votos, a porcentagem dos votos e o número de deputados eleitos pelos partidos que concorreram nas eleições legislativas de 1994 até 2014, com a porcentagem da participação eleitoral em cada eleição. Com esses dados, pretende-se demonstrar que, apesar da instabilidade e dos sucessivos golpes, a participação, em termos de comparecimento, continua expressando valores altos.

Como o modelo de sistema de partidos da Guiné-Bissau é multipartidário, na eleição legislativa o cidadão ou cidadã vota em uma lista plurinominal de partidos ou coligação de partidos. No caso da coligação, os partidos podem apresentar listas próprias nos colégios em que a coligação não concorre. Os eleitores passam a conhecer os nomes dos candidatos a deputados durante a campanha eleitoral.

Segundo a lei eleitoral de nº 10/2013, no seu artigo 121º, as listas propostas à eleição legislativa devem conter a indicação de candidatos em número igual ao dos mandatos atribuídos ao respectivo colégio eleitoral, devendo existir, nas listas uninominais, três candidatos suplentes. A ordenação dos candidatos obedece à declaração de candidatura.

O partido vencedor da eleição legislativa propõe nome ao presidente da República para nomeação do chefe do Executivo (primeiro-ministro). Segundo a

Constituição da República, no seu artigo 98º, o primeiro-ministro é nomeado pelo presidente da República tendo em conta os resultados eleitorais e ouvidos os partidos políticos representados na Assembleia Nacional Popular, que possui 102 deputados no total.

A eleição legislativa de 3 de julho de 1994 (Tabela 4) foi primeira eleição livre, democrática e multipartidária. Ela se apresentou expondo injustiças e irregularidades, como se pode constatar na tabela 4, em que os votos recebidos por partidos não correspondem ao número dos deputados eleitos. Em termos de participação, esse fato muda pouco a realidade, mas em termos de peso dos votos dos eleitores, altera muito. Segundo Silva (2003), os resultados da Legislativa de 1994 deixaram uma leve perturbação inicial:

É verdade que tais resultados esquisitos deixaram no ar uma leve perturbação inicial, uma vaga sensação de que o sistema eleitoral podia estar avariado. Em vez dos prometidos resultados proporcionais, o sistema acabaria por produzir uma proporcionalidade completamente atípica. Mas como as interrogações não foram muitas, o debate nem se quer chegou a começar. E foi assim que tudo ficou na mesma como se nada de anormal tivesse acontecido. (SILVA, 2003, p. 23)

Os resultados estranhos a que se refere são os 7.475 votos da Frente de Luta para Independência Nacional (FLING), que elegeu um deputado, enquanto que os 15.411 votos do Partido da Convergência Democrática (PCD) e os 8.286 votos do Partido Unido Social Democrática (PUSD) não elegeram nenhum deputado. Esse resultado produzido pelo sistema claramente deturpa a participação eleitoral. E serve, em certa medida, para desestímulo ao comparecimento dos eleitores, já que os votos, de certa forma, apresentam potencialidade diferente para eleger um representante.

Ao abordar a suposta tese de metamorfose do sistema eleitoral (em que o sistema proporcional funcionou como majoritário), defendido pelo Partido da Convergência Democrática (PCD) para explicar a derrota, Silva (2003, p.25) afirma que “os resultados correspondem a um sistema proporcional imperfeito ou distorcido, representando uma grave distorção da prometida proporcionalidade”. E aponta a teoria mais plausível para a realidade eleitoral da Legislativa de 1994 e 1999, defendida por técnicos eleitorais: a de dispersão de votos.

Portanto, para alguns dos nossos quadros técnicos a explicação para o insucesso não apenas do PCD, mas em geral de todos os pequenos partidos, ficou baseada na teoria da dispersão, isto é, no fato de os votos dos pequenos partidos se terem dispersado por muitos círculos eleitorais. Essa teoria faz depender a eficácia dos votos do grau da sua concentração, da sua maior ou menor densidade em determinados círculos eleitorais. Ou seja: da concentração dos votos num círculo ou apenas alguns círculos eleitorais potencia-se o seu efeito de tal modo que o valor nominal do voto emitido se aproxima assim do seu valor real. Quer isto dizer que a concentração local dos votos - isto é, a preferência localizada dos eleitores por um determinado partido ou o investimento político localizado feito por um determinado partido - foi premiada, enquanto que a dispersão da base eleitoral de determinados partidos foi castigada pelo sistema eleitoral. (SILVA, 2003, p. 26).

Sendo assim, a dispersão passou a ser a maior opositora da participação eleitoral e dos partidos pequenos e médios pelo fato de receberem votos em círculos dispersos. Por causa da dispersão, alguns votos produzem mais-valia, enquanto que outros votos geram apenas menos-valia (SILVA, 2003, p.29).

Participaram quatorze partido e somente cinco elegeram deputados. Dentre eles, figuram o Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), com 62 deputados; a Resistência da Guiné-Bissau/Movimento Bafatá (RGB/MB), com 19 deputados; o Partido da Renovação Social (PRS), com 12 deputados; a União para Mudança²⁰ (UM), com 6 deputados,- e a Frente da Libertação da Guiné (FLING) com 1 deputado. Os nove partidos políticos restantes não elegeram nenhum deputado.

Nessa eleição, o PAIGC se inscreveu em todos os colégios eleitorais e elegeu deputados nos 27 colégios. O PRS se inscreveu somente em nove colégios - coincidentemente, nos colégios de maioria da etnia Balanta, à qual pertence o líder do partido.

²⁰ UNIAO PARA MUDANÇA: coalisão entre: Partido Democrático pelo Progresso (PDP), Frente Democrática (FD), Frente Democrática Social (FDS), Liga de Proteção Ecológica (LIPE), Movimento pela Unidade e Democracia (MUDE) e Partido de Renovação e Desenvolvimento (PRD). Partidos que contestaram a eleição legislativa de 1994 e a de 2004.

Tabela 4 - Eleição Legislativa de 1994

Partido/Ano		1994		
Partido	Total de Votos	% de Votos	Deputados por Partido	
PAIGC	134.982	37,92%	62	
RGB/MB	57.566	16,17%	19	
PRS	29.957	8,42%	12	
UM	36.797	10,34%	6	
FD	0	0,00%	0	
FDS	0	0,00%	0	
LIPE	0	0,00%	0	
MUDE	0	0,00%	0	
PDP	0	0,00%	0	
PRD	0	0,00%	0	
FLING	7.475	2,10%	1	
PCD	15.411	4,33%	0	
PUSD	8.286	2,33%	0	
FCG/SD	494	0,14%	0	

Fonte: Comissão Nacional de Eleição, 1994.

A participação eleitoral na eleição para Assembleia Popular de 1994 foi de 88,90% e, em certos casos, foi muito influenciada pelo grupo ao qual o líder do partido pertence ou do grupo étnico majoritário do partido. É o caso do PRS na eleição legislativa de 1994:

Em 1994, o PRS só concorreu em 9 círculos eleitorais, fazendo coincidir a geografia de seu voto com a geografia das principais comunidades de guineenses de etnia balanta – Catió, Buba/Empada, Fulacunda/Tite, Bissorã, Mansoa/Nhacra, Bambadinca/Xitole, Bigene/Bula, Santa Luzia/Pluba/Antula..., Penha/Bairro Militar/Brá/Plaque... – talvez com a “segurança” de que nesses círculos selecionados, tal como viria realmente a acontecer, egeria deputados por força da convocada solidariedade étnica. (SILVA, 2003, p.352).

O PAIGC também foi preferência da etnia “Papel” por causa do candidato João Bernardo Vieira. A preferência étnica é presente na sociedade guineense e interfere na participação eleitoral com mais frequência nas eleições presidenciais pelo fato de o voto ser direto no candidato. No caso das eleições legislativas, depende muito do líder atual do partido.

Referir-se à pertença étnica por um ou por outro partido político é uma coisa que pertence ao mundo dos fatos empiricamente observados – numa sociedade que é multiétnica, portanto, multicultural -, nada que seja verdadeiramente especulativo, tanto mais que não se faz, a partir desse fato, nenhum juízo de valor acerca do chamado tribalismo. A verdadeira novidade é que a característica étnica, nomeadamente a pertença étnica do líder, parece estar a assumir-se como uma variável política cuja importância eleitoral espera por uma confirmação mais consistente. (SILVA, 2003, p 353).

A eleição legislativa de 29 de novembro 1999 foi antecedida por uma grave crise política entre o Parlamento, o Governo e o Presidente da República. A crise resultou em uma tragédia nacional (guerra civil) que só terminou em 1998. Nesse ano, era para acontecer eleição legislativa, que só se realizou em 1999, com o fim da guerra.

O que se esperava é que, nessa segunda legislatura, a injustiça eleitoral produzida pelo sistema eleitoral de 1994, acrescida do fenómeno da dispersão de votos, fosse entrar na pauta dos poderes legislativo, executivo e judiciário. Pelo contrário, o partido vencedor da eleição legislativa e presidencial, no caso, o Partido da Renovação Social (PRS), passou a reclamar da falta da maioria absoluta parlamentar para governar, como aponta Silva (2003).

Direi ainda mais duas palavras a propósito não da maioria absoluta mas da sua falta, isto é, da falta da maioria absoluta que o PRS diz ter sentido- entre 1999 a 2002. Notei que, desde os finais de 2002, o PRS anda a queixar-se da falta da maioria absoluta parlamentar, atribuindo a esse “déficit” as dificuldades de sua bastante atribulada governação. Que o PRS, ou qualquer outro partido, queira ganhar as próximas eleições gerais com maioria absoluta é algo com o qual se pode discordar, mas não é por isso que uma tal pretensão deixa de ser legítima. Mas já não parece corresponder à realidade dos fatos o partido vencedor das eleições de 1999 queixar-se da falta de maioria absoluta para governar. (SILVA, 2003, p. 48).

. A injustiça eleitoral ocorrida nas eleições de 1994, não entrou na pauta das eleições de 1999 à 2002, e nem mesmo os partidos políticos que foram mais prejudicados com essa injustiça moveram ações para impedir que os mesmos erros acontecessem nas eleições seguintes. Os votos dos eleitores continuaram com pesos diferentes em vários colégios eleitorais. Tanto os partidos políticos com mandatos como os partidos políticos sem mandato centralizaram o foco da discussão na instabilidade

governativa, marcada pelas sucessivas demissões de governos por parte do presidente eleito Kumba Yala.

Na eleição legislativa de 1999, treze partidos políticos concorreram para ocupar as cadeiras que compõem o Parlamento. Somente oito elegeram deputados: União Para Mudança (UM), 3 deputados; Frente Democrática Social (FDS), 1; Aliança Democrática (AD), 3 deputados; Resistência da Guiné-Bissau (RGB), 29 deputados; Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), 24 deputados; Partido Social Democrata (PSD), 3 deputados; União Nacional para Democracia e Progresso (UNDP), 1 deputado, e Partido da Renovação Social (PRS), 38 deputados.

Os outros cinco partidos não elegerem porque obtiveram votos em círculos diferentes, assim como na legislativa de 1994. Sendo assim a, com o fenômeno da dispersão dos votos, a possibilidade de eleger deputados, para os partidos novos e pequenos, fica cada vez mais difícil.

Como nessa eleição o PAIGC não se elegeu em nove colégios, abriu-se a oportunidade para partidos pequenos e médios. É o caso da Aliança Democrática (AD), do Partido Social Democrata (PSD) e da União Nacional para Democracia e Progresso (UNDP). Somente o Partido de Renovação e Progresso (PRP) não elegeu entre os novos partidos na legislativa de 1999. Por isso, foi pouco notada a interferência da dispersão de votos.

No entanto, entre os partidos que concorreram em 1994 e voltaram a participar na legislativa de 1999, somente dois conseguiram bons resultados. O Partido da Renovação Social (PRS) que, em 1994, tinha 12 deputados, na legislativa de 1999 passou para 38 deputados (26 a mais) e a Resistência da Guiné-Bissau (RGB), que tinha 19 deputados, passou para 29 na legislativa de 1999.

Apesar da instabilidade que se verificou, a taxa de participação eleitoral manteve-se alta, marcando 82,28%, e a fragmentação foi menor, se comparada com a legislativa de 1994.

Tabela 5 – Eleição Legislativa de 1999

Partido \ Ano	1999		
Partido	Total de Votos	% de Votos	Deputados por Partido
UM	27976	7,76%	3
FCG-SD	3262	0,90%	0
LIPE	11496	3,18%	0
PUSD	4712	1,30%	0
FDS	9094	2,52%	1
AD	17651	4,89%	3
RGB	70435	19,54%	29
PAIGC	64215	17,81%	24
PSD	19919	5,52%	3
UNDP	14440	4,00%	1
FLING	7756	2,15%	0
PRP	3692	1,02%	0
PRS	105736	29,33%	38

Fonte: Comissão Nacional de Eleição, 1999.

Com a instabilidade governativa instalada devido a vários governos demitidos e a uma tentativa de golpe fracassada, o presidente da República Kumba Yala, eleito em 1999, dissolveu a Assembleia em novembro de 2002, alegando crise política insustentável. A dissolução da Assembleia gerou uma revolta nos partidos políticos e nas Forças Armadas, o que resultou no golpe de Estado em setembro 2003, instalando-se, assim, um governo de transição para realização da eleição legislativa de 2004 (Tabela 6).

A eleição legislativa de 2004 foi antecedida desse conturbado momento e sem as devidas correções no sistema eleitoral. Participaram quinze partidos políticos e somente cinco elegeram deputados. Entre os partidos que conseguiram eleger deputados destacam-se Aliança Popular Unida (APU), com 1 deputado; Partido da Renovação Social (PRS), com 35 deputados; União Eleitoral (UE), com 2 deputados; Partido Unido Social Democrático (PUSD), com 17 deputados, e Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), com 45 deputados. Os dez restantes não elegeram deputados. Com 45 deputados eleitos, o PAIGC ganha a eleição e volta ao poder com o desafio de compartilhá-lo com os partidos da oposição.

Ao compararmos a legislativa de 1999 com a legislativa de 2004, verifica-se que os partidos novos se duplicaram e, pelo mesmo problema da dispersão de votos, somente dois elegeram deputados: Aliança Popular Unida²¹ (APU), com um deputado, e União Eleitoral²² (UE), com dois deputados. Os restantes, seis partidos especificamente, Partido Socialista da Guiné-Bissau (PS-GB), Manifesto do Povo (MANIFESTO), PLATAFORMA²³, Partido Democrático Socialista (PDS), Movimento Democrático Guineense (MDG) e Partido da União Nacional (PUN), não elegeram deputado.

O partido mais prejudicado em relação à perda de deputados na legislativa de 2004 foi a Resistência Guiné-Bissau (RGB), que perdeu uma parcela de deputados para o PAIGC e outra parcela para Partido Unido Social Democrático (PUSD). Aliás, foi somente nessa eleição que o PUSD conseguiu eleger deputados, apesar de ter participado em todas as legislativas. O Partido da Renovação Social perdeu somente três deputados. Do ponto de vista da dispersão, os partidos prejudicados foram PLATAFORMA, com 4,83% dos votos; PDS, com 2,05%; RGB, com 1,85%; UM, com 2,01% e PUN, com 1,46% - todos acima do 1,36% do APU, que elegeu 1 deputado. A taxa de participação da eleição legislativa de 2004 foi 76,20%, mesmo com as dificuldades impostas pelo sistema através da desproporcionalidade e da instabilidade provocada pelos golpes de Estado.

²¹ ALINÇA POPULAR UNIDA é uma coalisão dos seguintes partidos: Partido Popular da Guiné (PPG) e Aliança Socialista da Guiné (ASG)

²² UNIÃO ELEITORAL representa a coalisão dos seguintes partidos: Partido Social Democrata (PSD), Liga da Guiné Para Proteção Ecológica (LIPE), Partido do Progresso e Renovação (PPR), os quais contestaram a eleição de 2004.

²³ PLATAFORMA é a coalisão dos seguintes partidos: Resistência da Guiné-Bissau Movimento Bâ-fatá (RGB-MB), Frente Democrática (FD), Frente Social Democrática (FDS), Frente para Libertação e Independência da Guiné (FLING), Partido Democrático de Convergência (PCD) e solidariedade e Partido Trabalhista (PST)

Tabela 6 - Eleição Legislativa de 2004

Partido \ Ano	2004		
Partido	Total de Votos	% de Votos	Deputados por Partido
PS-GB	1166	0,27%	0
APU	5817	1,36%	1
MANIFESTO	3402	0,79%	0
UNDP	5042	1,18%	0
PRS	113656	26,50%	35
PLATAFORMA	20700	4,83%	0
PDS	8789	2,05%	0
UE	18354	4,28%	2
PUSD	75485	17,60%	17
RGB	7918	1,85%	0
MDG	4202	0,98%	0
PAIGC	145316	33,88%	45
FCG-SD	4209	0,98%	0
UM	8621	2,01%	0
PUN	6260	1,46%	0

Fonte: Comissão Nacional de Eleição, 2004.

O golpe militar que ocorreu em setembro de 2003 não só desestabilizou o Governo, a Assembleia e a Presidência da República, mas também a própria Forças Armadas da Guiné-Bissau. Devido ao caos instalado e às sucessivas trocas do primeiro-ministro por parte do presidente João Bernardo Vieira, eleito em 2005, houve uma tentativa fracassada de golpe em 2008, consumada em 2009 com a morte do chefe do Estado Maior, General Tagme Na Waie, e do próprio presidente Vieira.

A eleição legislativa de 2008 foi realizada nesse contexto de desconfiança e de instabilidade para que se pudesse cumprir a Constituição, que estabelece quatro anos para cada mandato dos deputados. Além de ser considerada a eleição com mais partidos políticos desde a abertura democrática (multipartidarismo), também é considerada a eleição com maior participação de novos partidos.

A proliferação de partidos políticos pode ser compreendida ao se tratar de segmentos da população guineense, que não se sentem representados pelos partidos

existentes, e desde que não prejudique a participação eleitoral e a representatividade, segundo Silva (2003:66).

Participaram dessa eleição legislativa 21 partidos políticos, entre os quais 11 novos partidos, e somente 5 elegeram deputados: o PAIGC (67 deputados), o PRS (28 deputados), o Partido Republicano da Independência para Desenvolvimento (PRID, 3 deputados), o Partido da Nova Democracia (PND, 1 deputado) e a Aliança Democrática (AD, 1 deputado). A Aliança Democrática²⁴ foi o único partido que escapou do fenômeno da dispersão dos votos por conseguir concentração de votos em um único colégio eleitoral, na região de Bafatá. Com 1,38% dos votos, superou os 2,74% do Partido dos Trabalhadores da Guiné-Bissau (PT), 1,68% do PRID, 1,54% do Partido para Democracia, Desenvolvimento e Cidadania (PADEC) e 1,55% do PSD, todos afetados pela dispersão de votos em círculos diferentes.

Dos 11 novos partidos, somente o PRID e o PND elegeram deputados; os restantes, nomeadamente o Partido dos Trabalhadores da Guiné-Bissau (PT), o Partido para Desenvolvimento e Cidadania (PADEC), AFP, Partido Centro-Democrático (CD), Partido Popular Democrático (PPD), Partido Para Progresso (PP), Partido Democrático Guineense (PDG), União dos Partidos Guineense (UPG) e Partido de Reconciliação Nacional (PRN), não conseguiram eleger deputados.

A participação eleitoral na eleição legislativa de 2008 foi de 82,00%.

²⁴ A Aliança Democrática representou a coalisão entre o Partido da Convergência Democrática (PCD) e a Frente Democrática (FD), os quais contestaram a eleição legislativa de 2008.

Tabela 7 - Eleição legislativa de 2008.

Partido \ Ano		2008	
Partido	Total de Votos	% de Votos	Deputados por Partido
PAIGC	227350	49,52%	67
PRS	115755	25,21%	28
PRID	34341	7,48%	3
PND	10726	2,34%	1
PT	12600	2,74%	0
PUSD	7700	1,68%	0
AD	6321	1,38%	1
PADEC	7076	1,54%	0
PSD	7096	1,55%	0
AFP	5869	1,28%	0
CD	5438	1,18%	0
PPD	5353	1,17%	0
PP	3095	0,67%	0
PDG	2291	0,50%	0
UPG	2809	0,61%	0
PDS	1697	0,37%	0
UNDP	1328	0,29%	0
PRN	783	0,17%	0
PS-GB	639	0,14%	0
MDG	638	0,14%	0
LIPE	233	0,05%	0

Fonte: Comissão Nacional de Eleição, 2008.

Com o golpe de Estado em 2009, não foi realizada a eleição legislativa, já que Assembleia acabara de ser eleita em 2008. Segundo a Constituição, no seu art. 71º, o presidente da Assembleia interinamente substitui o presidente da República. Assim aconteceu até abril de 2012, ano em que um novo golpe de Estado destituiu o presidente da Assembleia, que estava interinamente no lugar do falecido presidente da República Malam Bacai Sanhá, eleito em setembro de 2009. Devido a esse clima de instabilidade, a eleição presidencial, que estava no segundo turno, foi anulada e formada logo em seguida por um governo de transição, cuja finalidade era a de organização da eleição legislativa e presidencial de 2014.

Em 13 de abril de 2014 foi realizada a eleição legislativa, com quinze partidos concorrentes.

Nessa legislativa concorreram 15 partidos políticos e somente o Movimento Patriótico (MP) concorreu como partido novo. O Partido da Convergência Democrática (PCD), após um longo período ausente (desde 1994), elege pela primeira vez na história do partido 2 deputados com 3,37% dos votos, porcentagem inferior aos 4,87% dos votos do Partido da Nova Democracia (PND), que elegeu 1 deputado.

Com relação aos partidos grandes, o Partido da Renovação Social, que em 2008 elegeu 28 deputados, na eleição de 2014 subiu para 41 deputados (13 deputados a mais). O Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), enquanto partido vencedor, elegeu 57 deputados (10 a menos que em 2008).

Assim como nas eleições anteriores, a dispersão prejudicou vários partidos políticos que, com milhares de votos recebidos, ficaram sem eleger deputados, entre os quais o Partido Republicano da Independência para Desenvolvimento (PRID), com 3,06% dos votos, e a União dos Partidos Guineense (UPG), com 1,86%. Já a União Para Mudança (UM), com 1,84% dos votos elegeu um deputado, por conseguir concentração de votos na região de Cacheu.

A participação eleitoral foi de 88,57%, a segunda mais alta após a da eleição legislativa de 1994, que foi de 88,90%.

Tabela 8 – Eleição Legislativa de 2014

Partido \ Ano	2014		
Partido	Total de Votos	% de Votos	Deputados por Partido
PSGB	3.480	0,59%	0
FDS	1.710	0,29%	0
PUSD	4.048	0,69%	0
UPG	10.919	1,86%	0
PRN	7.903	1,35%	0
UM	10.803	1,84%	1
PRS	180.432	30,76%	41
PCD	19.757	3,37%	2
RGB	9.502	1,62%	0
PSD	2.302	0,39%	0
PAIGC	281.408	47,98%	57
PND	28.581	4,87%	1
MP	4.101	0,70%	0
PT	3.659	0,62%	0
PRID	17.919	3,06%	0

Fonte: Comissão Nacional de Eleição, 2014.

5.4. Das Eleições Presidenciais - 1994 a 2014

Para o cargo do Presidente da República, o eleitor vota no candidato apoiado por um partido político ou no candidato sem apoio de um partido político (“candidatos independentes”). Por esse motivo, aparecem nomes dos candidatos nos resultados e nas tabelas, diferentemente das eleições legislativas, em que aparecem siglas partidárias. É considerado vencedor o candidato com 50% mais um dos votos. Se nenhum dos candidatos concorrentes conseguirem mais de 50% dos votos, deve-se realizar o segundo turno. No segundo turno, concorrem somente os dois mais votados do primeiro turno.

A candidatura pode ser apresentada por partidos políticos ou coligação de partidos políticos. A legislação também permite que um mínimo de cinco mil eleitores residentes em cinco regiões das nove existentes possa apresentar uma candidatura (candidato independente). No caso de o partido apresentar a candidatura, o candidato passa a ser apoiado pelo partido; do contrário, passa a ser candidato independente. Por isso, o Supremo Tribunal da Justiça fixa os nomes dos candidatos acompanhados dos partidos que os apoiam.

Na eleição presidencial, a dispersão não vai interferir tanto quanto na eleição legislativa, porque os candidatos apoiados ou não por partidos ou coligação de partidos buscam o voto a nível nacional nas nove regiões, ou seja, nos 27 círculos ou colégios eleitorais que compõem o território nacional e nos dois círculos ou colégios eleitorais no exterior (círculo emigração).

5.4.1 Do Comportamento Eleitoral

Do ponto de vista do nosso objeto de estudo, é importante uma abordagem do comportamento do eleitorado guineense para compreensão da participação ou comparecimento nas eleições. O comportamento eleitoral é um parâmetro indispensável para análise da participação eleitoral. Por isso, a análise que se apresenta aqui se aplica às eleições legislativas e às presidenciais também.

Em uma análise mais detida, percebe-se que somente as eleições de 2009 e 2012 têm as taxas de participação baixas, se comparadas com as outras eleições presidenciais. Esse comparecimento à urna ou alta taxa de participação eleitoral nas eleições legislativas e presidenciais pode ser interpretada como a permanência, em trinta anos de

independência, na identidade coletiva da população guineense, da convicção de que o voto é uma ação social que devem assumir (Sangreman et al., 2006, p.5).

Além da alta taxa de participação, outros elementos são importantes para a análise do comportamento eleitoral guineense, como a composição etária da população que podia votar nas primeiras eleições presidenciais multipartidárias. A maioria dessa população tinha cinco anos de idade no ano em que terminou a guerra da independência; a esperança de vida era de 44,7 anos (IDH, 2005) e a maioria tinha pouca referência histórica da época da luta, frisada sempre nas campanhas (Carlos *et al.*, 2006).

A identidade da sociedade guineense é outro fator que permite uma análise do comportamento eleitoral ou da participação eleitoral:

A divisão do território na fronteira Norte, que passou a considerar Casamance como parte do Senegal, em 1886, a invasão fula e a guerra que levou ao fim do Reino do Gabu - veja-se Niane, D.T. (1989), Pélissier, R. (1989), Mendy, P.K. (1994), Lopes, C.(1999) - estão ainda presentes na memória coletiva suficientemente para que as clivagens entre vencidos e vencedores tenham peso na hora de votar. Como afirma Lopes, C. (1999), “O Kaabú... resulta de uma herança de séculos e não de uma dezena de anos, é um elemento fundamental para interpretar as interações dos diferentes grupos (étnicos, sociais, de classes) na Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance”. Nóbrega, A (2005) escreve que Ansumane Mané, enquanto chefe militar vitorioso, depois da guerra civil de 1998/99, não visitou nem uma única tabanca fula, querendo assim dizer que a derrota dos Mandingas e dos seus aliados estava ainda presente na sua memória. (SANGREMAN *et al.*, 2006, p.7).

Ainda dentro do fator identidade, a luta armada e as clivagens étnicas também são fortes fatores para a compreensão do comportamento eleitoral guineense. Com relação à luta armada, o PAIGC havia estabelecido três objetivos: 1 - a independência, 2 - o desenvolvimento e 3 - a unidade nacional, mas nem todos compartilhavam desses objetivos.

Desses objetivos, o 3º remete diretamente para a identidade nacional. Amílcar Cabral em 1969 considerava: “qualquer que seja o grupo étnico é fácil levar as pessoas a considerar que somos um povo, uma nação...” “o que subsistia de tribalismo foi destruído pela luta armada que conduzimos.” “Só os oportunistas políticos são tribalistas” (Cabral, A., 1974). Note-se que outros membros da direção do PAIGC não tinham a mesma visão das clivagens étnicas. Manuel dos Santos afirmava: “A luta armada de libertação nacional, ao promover certo grau de unidade das populações da Guiné em volta de um objetivo

comum - a luta contra o colonialismo português -, criou importantes laços de solidariedade e interdependência entre os diferentes grupos, mas, contrariamente ao que muita gente afirma, não realizou a unidade nacional, nem engendrou a Nação guineense. Construiu, sim, as suas bases, os seus fundamentos, os alicerces da Nação e criou as condições necessárias, mas não suficientes ao seu aparecimento.” (SANGREMAN *et al.*, 2006, p.7)

Portanto, do ponto de vista das clivagens étnicas, a decisão de comparecer e em que partido ou candidato votar ainda é tomada pelos anciões, ritualistas régulos e líderes religiosos, interferindo assim, diretamente na participação eleitoral. No entanto, esta tese não é bem aceita por alguns autores, como Fafali Koudawo²⁵.

O segundo objetivo - desenvolvimento - estabelecido pelo PAIGC, constitui uma referência, após a aprovação do multipartidarismo, para a compreensão do comportamento eleitoral. Muitos candidatos e partidos usam das suas capacidades financeiras e dos bens que possuem como forma de afirmar que o PAIGC não conseguiu desenvolver o país após a independência e eles podem agora fornecer:

O objetivo que nos parece decisivo para as escolhas eleitorais na definição daquilo “por que lutamos” é o desenvolvimento. As promessas de alcance de níveis de vida melhores foram uma constante nos textos de Amílcar Cabral, bem como nos discursos de todos os níveis de poder depois da independência... O falhanço do objetivo genérico do desenvolvimento, sentido por qualquer elemento da população face ao acesso a bens de consumo corrente, estado da saúde, educação, estradas, conflitos, etc., torna-se um dos principais critérios de escolha de partidos ou candidatos presidenciais.” (SANGREMAN *et al.*, 2006, p.9).

É na base dessa demonstração de poderio financeiro que os candidatos e partidos saem em busca dos votos, muito apoiados também nas constantes acusações de incapacidade de unir o país, mergulhado na pobreza, no desemprego e desestruturado.

A importância da compreensão do comportamento eleitoral guineense ajuda a clarificar outra questão muito relevante ao analisar a participação eleitoral, que é a volatilidade eleitoral guineense. Referida por Sangreman *et al.* (2006, p.10) ao analisar as eleições presidenciais de 94, 99 e -2005, a volatilidade é baixa quando se analisam as eleições legislativas guineenses devido ao fator partido, e aumenta para eleições presidenciais devido à diminuição da fidelidade ao candidato. Esse aumento de

²⁵ É doutor em Ciência Política e foi reitor da Universidade Colinas de Boé (Guiné-Bissau) e diretor do Jornal Kansaré. Koudawo publicou vários trabalhos importantes nas áreas da política e da educação.

volatilidade provocada pela diminuição de fidelidade aos candidatos vai se verificar nas eleições presidenciais de 2009, 2012 (anulada) e 2014, justificado pelo comportamento eleitoral fortemente fundamentado na capacidade do candidato unir e desenvolver o país.

Posto os fundamentos do comportamento eleitoral guineense para a compreensão da participação eleitoral, adentra na exposição dos resultados eleitorais presidenciais. Durante a análise, será dada ênfase aos resultados obtidos por cada candidato, principalmente os candidatos mais votados que disputaram o segundo turno. Todas as eleições multipartidárias presidenciais passaram para o segundo turno, o que demonstra o quanto a volatilidade é alta nas eleições presidenciais.

A história multipartidária da Guiné-Bissau é marcada por fortes conflitos antes e após a sua aprovação. Por isso, a importância da compreensão do contexto que antecede as eleições torna-se crucial para a compreensão do comportamento eleitoral e da participação eleitoral como forma de consolidação da democracia. A eleição presidencial de 1994 foi a primeira eleição democrática realizada após a entrada em vigor do multipartidarismo.

O contexto político, social e econômico anterior a sua realização era, em todos os sentidos, desfavorável, como aponta Sangreman *et al.* (2006, p.13) que diz haver diferença entre uma classe dirigente vivendo num luxo ostensivo e a população desprovida dos elementares bens de primeira necessidade era inaceitável num país que tinha efetuado inúmeros sacrifícios na luta pela libertação nacional. No mesmo ano (1980), a Assembleia tinha aprovado o texto da nova Constituição em um clima de insegurança e ódio entre os atores políticos. Essa instabilidade resultou no golpe militar liderado por João Bernardo Vieira, que ocupava a função de Comissário Principal, equiparada à de um primeiro-ministro, em 12 de novembro de 1980, aprofundando a crise no PAIGC. Apesar de mal resolvida, a crise provocada pelo golpe, o partido decidiu levar em frente o projeto de democratizar o país até que, em 1991, o multipartidarismo entra em vigor e realiza-se a primeira eleição em 1994.

Dessa eleição, participaram candidatos, em sua maioria, apoiados por um partido político, e eram, em sua maior parte, antigos militantes do PAIGC, RGB/MB e FLING. Como os candidatos João Bernardo Vieira e Kumba Yala foram apoiados por partidos fortes, nomeadamente PAIGC e PRS, conseguiram mais votos entres os oito candidatos, no primeiro turno: Vieira teve 46,2% e Yala, 21,88%.

A grandeza do PAIGC está ligada à trajetória e à história da Guiné-Bissau na luta pela independência e por ser o partido que organizou a massa popular durante a época colonial. O PRS ficou forte e conhecido por meio do seu fundador e líder Kumba Yala, que teve sua trajetória iniciada no PAIGC, do qual saiu para fundar seu próprio partido, em 1992, devido a conflitos internos.

Como os candidatos não conseguiram a porcentagem estabelecida pela lei eleitoral de 50% mais um, os dois candidatos mais votados no primeiro turno disputaram o segundo turno. Foi eleito o candidato João B. Vieira com 49,32% dos votos, correspondendo a 161.083, por contar com 18.506 votos a mais do que no primeiro turno. O candidato Kumba Yala, com 17.382 votos a menos, ficou na segunda posição com 45,52% de votos, que correspondem a 148.664 votos (Comissão Nacional de Eleição, 1994). Apesar do contexto difícil, a participação eleitoral no primeiro turno foi de 89,30% e no segundo turno ficou em 81,60%.

A eleição presidencial de 1999 ocorreu após a guerra civil de 1998, que interrompeu o mandato do presidente eleito em 1994. Em 1997, a Guiné-Bissau entrou na União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA)²⁶ como uma das formas de conseguir estabilidade monetária. Passou, então, a usar a moeda regional FRANCO CFA (Comunidade Financeira Africana), abdicando, assim, da moeda nacional PESO. Foi uma decisão arriscada que, um ano depois, já deixava sentir efeitos econômicos negativos por falta de medidas macroeconômicas, descapitalizando por completo a economia do país. Do ponto de vista político, a crise interna do PAIGC se estendeu até às instituições do Estado, gerando um desconforto social e militar.

Podemos afirmar que a inquietação generalizada e o sentimento de o país estar num impasse político contribuíram para acelerar a eclosão da revolta militar. A configuração das forças políticas e militares anti-Nino Vieira logo no início do levantamento de 7 de Junho de 1998 demonstram que o eclodir da guerra, menos de um mês depois do fim do VI Congresso do PAIGC, foi uma sequência natural da guerra de palavras travada nesta contenda política para uma guerra violenta provocada pelo impasse que constitui o seu desfecho político. Por outro lado, a constatação de que existe uma ligação íntima entre a crise política do PAIGC e a crise no seio das Forças Armadas levava a crer que os problemas delicados que estes últimos enfrentavam, fossem discutidos e resolvidos pela classe política no poder. O facto de não terem sido abordados os problemas dos militares durante o VI

²⁶ Fazem parte da UEMOA os seguintes países da África Ocidental: Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo. Todos usam como moeda nacional o Franco CFA.

Congresso do PAIGC só fez aumentar o clima de inquietação dentro desta instituição, sendo este um dos factores preponderantes que levaram à rebelião militar. (SANGREMAN *et al.*, 2006, p.15)

Esse contexto de instabilidade e conflito influenciou muito a participação eleitoral em 1999, porque era mais uma oportunidade que os eleitores enxergavam de assumir um protagonismo para a materialização da grande vontade de se desenvolver. No primeiro turno, a taxa de participação foi de 80,36%, enquanto no segundo turno foi de 71,90%.

Os dois candidatos mais votados entre os doze concorrentes foram Kumba Yala (PRS), com 38,81% dos votos, e Malam Bacai Sanha (PAIGC), com 23,37% dos votos. A Comissão Nacional de Eleição declarou como vencedor o candidato Kumba Yalá, após a realização do segundo turno, em que este conseguiu 251.193 dos votos válidos contra 97.967 de votos no segundo colocado, Malam Bacai Sanha.

A vitória do candidato Kumba Yala e do Partido para a Renovação Social (PRS) deu início a um novo ciclo neste país, que depressa ficou marcado pelo agudizar da crise económica e social, pela perda de credibilidade da Guiné-Bissau ao nível internacional, pelo declínio das instituições, pela desresponsabilização das autoridades, pelo desrespeito pela Constituição e pela crise entre a Presidência e os órgãos da Justiça e a Assembleia. (SANGREMAN *et al.*, 2006, p.20).

A eleição presidencial de 2005 foi antecedida por sucessivas instabilidades provocadas pelo presidente eleito em 1999, com a demissão de quatro primeiros-ministros nomeados por ele mesmo e a dissolução da Assembleia em 2002. Insatisfeitos com a situação nacional, os militares assumiram o poder por meio de um golpe militar em 2003, nomeando mais tarde o empresário Henrique Pereira Rosa como presidente interino para realização da eleição presidencial em 2005. Nesse contexto de crise político-militar, em 2004 foi realizada a eleição legislativa, vencida pelo PAIGC e, na tentativa de um acordo fracassado, o General Veríssimo Seabra, que liderou o golpe de 2003, foi assassinado por militares que tinham participado da missão de paz na Libéria²⁷ no âmbito da CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental) e da ONU.

Na eleição presidencial de 2005 concorreram treze candidatos. Os dois mais votados, que participaram do segundo turno, foram Malam Bacai Sanha, com 35,45%

²⁷ A Libéria fica localizada na África Ocidental e estava em guerra civil entre 1999 e 2003.

dos votos, e João B. Vieira, com 28,87%. O candidato João B. Vieira concorreu como candidato independente devido à divergência com o partido após seu regresso do exílio político em Portugal, iniciado em 1998. O PAIGC decidiu, então, apoiar o candidato Malam Bacai Sanha, também antigo combatente e veterano do partido. O terceiro mais votado em 2005 foi Kumba Yala, deposto pelo golpe militar em 2003, com 25% dos votos.

Do segundo turno participaram os dois candidatos que teoricamente eram rivais: João B. Vieira possuía muita influência dentro do PAIGC, mas disputou votos com o candidato Malam Bacai Sanha, oficialmente candidato apoiado pelo partido. Saiu vencedor o candidato independente, com 52,35% dos votos contra 47,65% do candidato apoiado pelo PAIGC. A taxa de participação eleitoral na eleição presidencial foi de 87,60% no primeiro turno e 78,60% no segundo turno, mantidos os critérios de volatilidade alta.

Em decorrência da permanente instabilidade política, social, econômica e militar, uma realidade já era dada como certa: a de que a realização das eleições não era suficiente para atingir os objetivos de desenvolvimento e progresso. Do ponto de vista econômico, mesmo com a ajuda do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI) por meio do Programa de Ajuste Estrutural, que visava diminuir as despesas para poder pagar as dívidas, a situação interna não favorecia.

Durante a implementação do PAE (Programa de Ajuste Estrutural), verificaram-se poucas mudanças estruturais ao nível estatal. Houve, no entanto, uma degradação da qualidade administrativa já que desde 1987 os salários reais anuais dos funcionários públicos diminuíram em cerca de 20%³⁸. Esta situação acelerou a saída dos melhores funcionários públicos para empresas privadas ou para o estrangeiro. Segundo Van Maanen, outra hipótese seguida por alguns foi a utilização das horas de serviço para se dedicarem a atividades corruptas. A perda real de poder de compra aliada à deterioração das condições da situação econômica contribuíram para mergulhar a administração pública no anarquismo e na paralisação. (SANGREMAN *et al.*, 2006, p.23).

Do ponto de vista político, ficam cada vez mais distantes e difíceis as possibilidades de se chegar a um acordo entre os atores políticos, que incluem os líderes partidários, partidos da oposição e o partido no poder. As consequências de uma transição de regime de partido único para multipartidarismo, entre elas as acusações de

sabotagens do projeto da unidade nacional e de desenvolvimento, se prolongaram ao longo do tempo e influenciaram as eleições seguintes.

Em 28 de junho de 2009 foi realizada uma eleição presidencial antecipada, devido ao golpe militar que assassinou o presidente eleito em 2005 e o então general das Forças Armadas Tagme Na Wai. Respeitando a Constituição, o Presidente da Assembleia assumiu como interino e organizou a eleição, diferentemente dos golpes anteriores, em que os militares nomeavam os presidentes interinos.

Nessa eleição, concorreram treze candidatos, entre os quais Malam Bacai Sanha, que obteve 39,59% dos votos, e Kumba Yala, com 29,42% dos votos, limitando, dessa forma, a disputa no segundo turno aos dois candidatos que haviam sido o segundo e o terceiro mais votados em 2005. O candidato Henrique Pereira Rosa, que foi presidente de transição em 2003, após o golpe militar, ficou na terceira posição, com 24,19% dos votos, obtidos como candidato independente. O segundo turno foi vencido pelo candidato apoiado pelo Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), Malam Bacai Sanha, com 63,31% dos votos, contra 36,69% dos votos do candidato Kumba Yala, apoiado pelo Partido da Renovação Social (PRS). A taxa de participação eleitoral em 2009 foi de 60% no primeiro turno e 61% no segundo turno.

O presidente eleito em 2009, apesar de ser apoiado pelo PAIGC - partido com a maioria parlamentar -, teve muita dificuldade em estabilizar o país, devido aos golpes militares e à gestão pública ineficiente. Outros fatores que contribuíram para essa crescente dificuldade foram o caos na Força Armada, as disputas por cargos no governo dentro do próprio PAIGC e o estado da saúde do presidente Malam Bacai Sanha. Em janeiro de 2012, em um comunicado muito curto, o governo participou a morte do presidente Malam Bacai Sanha sem divulgar sua causa, assumindo, com isso, o poder o presidente da Assembleia, com o objetivo de realizar a eleição presidencial antecipada no mesmo ano.

A eleição presidencial realizada em 18 de março de 2012 participaram onze candidatos, entre os quais o então primeiro-ministro, chefe do Executivo, Carlos Gomes Junior, que alegou ter abdicado do cargo para participar da eleição presidencial. Publicado o resultado, Carlos Gomes Junior aparece com 48,97% dos votos - o mais votado no primeiro turno - contra 23,36% dos votos para Kumba Yala, segundo mais votado. Em terceiro lugar ficou Manuel Serifo Nhamadjo, na qualidade de candidato independente, obtendo 15,74% dos votos.

Esse resultado não foi bem visto pelos candidatos derrotados no primeiro turno, o que gerou um clima de instabilidade e tensão entre os candidatos, culminando, no golpe militar que destituiu o presidente da Assembleia e o próprio governo. Por isso, a Comissão Nacional de Eleição considerou nulo o resultado do primeiro turno e o processo eleitoral em geral. Já a taxa de participação no primeiro turno foi de 55,00%, a mais baixa desde o início do multipartidarismo.

Como forma de ultrapassar a crise política, o comando militar nomeou o terceiro mais votado do primeiro turno da eleição presidencial antecipada, candidato Manuel Sirifo Nhamadjo, como presidente interino. Esse liderou um governo provisório que tinha entre suas principais finalidades a realização de eleições legislativa e presidencial em 2014.

Aproximadamente dois anos depois, em 13 de abril de 2014, foi realizada a eleição presidencial com treze candidatos concorrendo ao cargo de Presidente da República. No primeiro turno, saíram como mais votados os candidatos José Mario Vaz (PAIGC), com 40,89% dos votos, e Nuno Gomes Nabiam (Candidato Independente) com 24,79% e o candidato Paulo Fernando Gomes, com 10,40%, ficou na terceira posição.

Conforme a lei eleitoral nº 10/2013, no seu artigo 111º, o segundo turno acontece no prazo de 21 dias após a publicação do resultado do primeiro turno. Em 18 de maio de 2014 ocorreu o segundo turno, em que o candidato José Mario Vaz venceu, com 61,90% dos votos, o candidato Nuno Gomes Nabiam, com 38,10% dos votos. Nas tabelas 9 e 10 abaixo, apresenta-se todas as eleições presidenciais²⁸.

²⁸ A Comissão Nacional de Eleição e o Supremo Tribunal de Justiça não disponibilizam a lista dos partidos que apoiaram os candidatos nas eleições presidenciais nos canais digitais. A última atualização de tal lista foi realizada em junho de 2012, ficando de fora a eleição de 2014.

Tabela 9 - Eleições Presidenciais de 1994 a 2005

Candidatos	1994					1999					2005				
	Partido	1º	% Voto	2º	% Voto	Partido	1º	% Voto	2º	% Voto	Partido	1º	% Voto	2º	% Voto
Joao Bernardo Vieira	PAIGC	142.577	46,2%	161.083	49,32%	-	-	-	-	-	INDEP	128.918	28,87%	216.167	52,35%
Kumba Yala	PRS	67.518	21,88%	148.664	45,52%	PRS	143.996	38,81%	251.193	72,00%	PRS	111.606	25,00%	-	-
Domingos Fernandes Gomes	RGB/MB	53.825	17,44%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carlos Domingos Gomes	PCD	15.645	5,70%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
François Kankola Mendys	FLING	8.655	2,80%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Victor Saude Maria	PUSD	6.388	2,07%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Antonieta Rosa Gomes	FCG/SD	5.509	1,79%	-	-	-	2.986	0,80%	-	-	-	1.642	0,37%	-	-
Malam Bacai Sanhá	-	-	-	-	-	PAIGC	83.724	23,37%	97.678	28,00%	PAIGC	158.276	35,45%	196.759	47,65%
Salvador Tchongo	-	-	-	-	-	RGB-MB	6.937	1,87%	-	-	-	-	-	-	-
Faustino Fodut Imbali	-	-	-	-	-	INDEP	30.484	8,22%	-	-	PMP	2.330	0,52%	-	-
Joaquim Baldé	-	-	-	-	-	PSD	8.623	2,32%	-	-	-	-	-	-	-
Bubacar Rachid Djaló	UM	8.506	2,76%	-	-	LIPE	12.026	3,24%	-	-	-	-	-	-	-
Abubacar Baldé	-	-	-	-	-	PNUD	20.192	5,44%	-	-	-	-	-	-	-
Jose Catengul Mendes	-	-	-	-	-	FLING	5.311	1,43%	-	-	-	-	-	-	-
Joao Tatis Sá	-	-	-	-	-	INDEP	24.117	6,50%	-	-	PPG	1.378	0,31%	-	-
Fernando Gomes	-	-	-	-	-	INDEP	26.049	7,02%	-	-	-	-	-	-	-
Mamadu Uri Balde	-	-	-	-	-	PRP	3.580	0,96%	-	-	-	-	-	-	-
Francisco Jose Fadul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	PUSD	12.733	2,85%	-	-
Aregado Mantenque Té	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	PT	9.000	2,02%	-	-
Mamadu Iaia Djaló	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	INDEP	7.112	1,59%	-	-
Mario Lopes Da Rosa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	INDEP	4.863	1,09%	-	-
Idrissa Djaló	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	PUN	3.604	0,81%	-	-
Adelino Mano Queita	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	INDEP	2.816	0,63%	-	-
Paulino Empossa Ié	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	INDEP	2.215	0,50%	-	-

Fonte: Comissão Nacional de Eleição e Base das Eleições Africanas (2012). Elaboração do Autor (2020). *INDEP – Candidato Independente.

Tabela 10 - Eleições Presidenciais de 2009 a 2014

Candidatos	2009					2012					2014				
	Partido	1º	% Voto	2º	% Votos	Partido	1º	% Votos	2º	% Votos	Partido	1º	% Votos	2º	% Votos
Baciro Dabo	INDEP	0	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Francisca Vaz Turpin	UPG	1219	0,36%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serifo Baldé	PDSSG-PJ	1794	0,53%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pedro Infanda	INDEP	0	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aregado Mantenque Té	PT	1736	0,51%	-	-	PT	3.300	1,04%	-	-	S/i	7.269	1,15%	-	-
Malam Bacai Sanhá	PAIGC	133786	39,59%	222.259	63,31%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Henrique Pereira Rosa	INDEP	81751	24,19%	-	-	-	17.070	5,40%	-	-	-	-	-	-	-
Luis Nancassa	INDEP	1195	0,35%	-	-	-	-	-	-	-	S/i	7.012	1,11%	-	-
Kumba Yalá	PRS	99428	29,42%	129.973	36,69%	PRS	73.842	23,36%	0	0,00%	-	-	-	-	-
João Cardoso	INDEP	4115	1,22%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mamadu Iaia Djaló	PND	10495	3,11%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paulo Mendonça	INDEP	949	0,28%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ibraima Djaló	INDEP	1489	0,44%	-	-	-	-	-	-	-	S/i	19.497	3,10%	-	-
Baciro Dja	-	-	-	-	-	INDEP	10.298	3,26%	-	-	-	-	-	-	-
Manuel Serifo Nhamadjo	-	-	-	-	-	INDEP	49.767	15,74%	-	-	-	-	-	-	-
Vicente Fernandes	-	-	-	-	-	AD	4.396	1,39%	-	-	-	-	-	-	-
Serifo Baldé	-	-	-	-	-	PDSS-PJ	1.463	0,46%	-	-	-	-	-	-	-
Carlos Gomes Júnior	-	-	-	-	-	PAIGC	154.797	48,97%	0	0,00%	-	-	-	-	-
Abel Iamede Incada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	S/i	43.890	6,97%	-	-
Paulo Fernando Gomes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	S/i	65.490	10,40%	-	-
Jose Mario Vaz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	PAIGC	257.572	40,89%	364.394	61,90%
Jorge Malú	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	S/i	6.125	0,97%	-	-
Antonio Afonso Té	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	S/i	18.808	2,99%	-	-

Nuno Gomes Nabiam	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	INDEP	156.163	24,79%	224.089	38,10%
Helder J. Vaz G. Lopes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	S/i	8.888	1,41%	-	-
Mamadu Iaia Djaló	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	S/i	28.535	4,53%	-	-
Domingos Quadé	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	S/i	8.607	1,37%	-	-
Cirilo A. R. Oliveira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	S/i	2.070	0,33%	-	-

Fonte: Comissão Nacional de Eleição e Base das Eleições Africanas (2012). Elaboração do Autor (2020). *INDEP – Candidato Independente; S/i – Sem Informação.

O que se pode observar, diante dos dados e dos contextos que antecederam as eleições tanto legislativas como presidenciais, é que todas as eleições multipartidárias foram marcadas por conflitos político-militares. Esses conflitos, em certo nível, diminuíram a capacidade de as instituições esboçarem respostas para os problemas de unidade nacional e desenvolvimento. O Estado de Direito e as instituições democráticas na Guiné-Bissau, embora existam formalmente, funcionam com dificuldade e estão sob ameaça constante, quer das Forças Armadas, quer dos movimentos políticos (SANGREMAN *et al.*, 2006, p.33). Há uma necessidade urgente de separação dos problemas do partido e dos problemas do Estado - neste caso, nos referimos à interdependência entre as crises internas do PAIGC e as crises das Forças Armadas. Até o momento (1994-2014), somente a participação eleitoral está exercendo o papel de manter a democracia viva na Guiné-Bissau, como comprova o aumento da taxa de participação nas eleições legislativas e presidenciais.

O comportamento eleitoral guineense possui bases (a luta pela independência, as etnias, o desenvolvimento e a paz) que é possível considerar como premissas indispensáveis tanto para a captação dos votos por parte dos partidos e candidatos como para a compreensão da participação eleitoral. O presidente João Bernardo Vieira foi eleito mesmo se apresentando como candidato independente em 2005, porque carregava consigo as premissas de antigo combatente e devido a sua capacidade de manter o equilíbrio entre as etnias e a paz, porém ele perdia, assim como os outros candidatos, na premissa do desenvolvimento, por ter ficado muito tempo no poder e o país ter continuado subdesenvolvido. Quanto ao critério étnico, Kumba Yalá é outro concorrente forte.

Quanto ao critério étnico, os analistas guineenses atribuem a Kumba Yalá a maior capacidade de mobilizar o eleitorado segundo esse critério, exceto no que respeita à pequena etnia papel, fiel ao voto em Nino Vieira. Mas se considerarmos que nenhuma etnia na Guiné-Bissau perfaz 50 % da população, esse critério tem importância, mas não é decisivo. De qualquer forma, o candidato Kumba Yalá é dos três aqueles cujos votos podem ser explicados em parte pelo desejo da sua etnia balanta ter alguém próximo no poder. (SANGREMAN *et al.*, 2006, p.35).

No critério da paz, o que pesa para o eleitorado é a capacidade dos candidatos e partidos no poder de lidar com as Forças Armadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se procura analisar, ao longo desta dissertação, é o quanto a participação eleitoral é indispensável para uma democracia sólida. Mas para que essa consolidação não seja abalada por qualquer fator, seja interno ou externo, é necessária a combinação de vários atores e fatores, entre os quais a atuação de um povo consciente do seu dever e de partidos e candidatos capazes de encarar o desafio da construção de uma sociedade minimamente capaz de assegurar a resolução e satisfação dos principais problemas e necessidades básicas da população.

Para compreensão da participação eleitoral na Guiné-Bissau, entende-se ser indispensável a compreensão e o conhecimento da sociedade guineense. Daí a necessidade de se apresentar o território que pertenceu ao antigo império do Mali, responsável pela organização e controle dos povos e pelo relacionamento deste com o mundo exterior no século passado. Também foram abordadas a composição e estrutura social dos grupos étnicos, que permaneceram os mesmos ao longo do tempo, destacando proximidades entres alguns deles, como “Manjaco, Mancanha e Papel”, enquanto outros marcaram sempre suas diferenças, como é o caso dos Fulos e Mandingas e Balantas. Essas questões são bases fundamentais para compreensão das resistências à ocupação e à colonização.

Deu-se ainda igual importância ao período da transição, cujo momento principal foi aprovação de uma reforma, pela Assembleia, da lei dos partidos políticos, revogando assim o artigo 4º da Constituição que estabelecia o PAIGC como o único partido e representante legal do povo da Guiné-Bissau.

Foi importante explicar o sistema político e de governo da Guiné como parte de nosso exercício de compreensão, e assim o fizemos, dedicando uma seção da dissertação à discussão teórica dos diferentes tipos de sistemas eleitorais. Postas tais discussões, direcionou-se o foco da dissertação à análise da lei eleitoral nº 10/2013 de 25 de setembro, que trata da eleição do presidente e da Assembleia Nacional Popular, de acordo com Constituição da República.

Esses elementos permitiram que fosse possível chegar aos resultados eleitorais das eleições legislativas e presidenciais. Ao expor os resultados das eleições legislativas e presidenciais de 1994 a 2014, concluiu-se que a participação eleitoral é alta e vem em uma onda crescente após a aprovação do multipartidarismo em 1991 e posterior realização da primeira eleição multipartidária em 1994.

Apesar dessa crescente participação eleitoral, isto não permite afirmar que a democracia está consolidada na Guiné-Bissau. Muitos fatores interferem na participação eleitoral, a começar pela falta de planejamento do processo, desde o recenseamento até a votação. Como a participação não se resume somente ao ato de votar, os eleitores, após a eleição, continuam com dificuldade de participar dos canais de decisão. Notadamente, esta dificuldade está ligada à falta de espaço na agenda dos poderes para a discussão do mecanismo de participação da sociedade. Há uma carência enorme da legislação no sentido de ampliar a participação, principalmente dos jovens e das mulheres, nos processos decisórios.

Quanto aos resultados eleitorais, não há como negar que os partidos pequenos são muito prejudicados e, principalmente, os eleitores que votam nesses partidos na esperança de se sentirem representados na Assembleia Nacional Popular. Produzir votos com potencialidade diferente é uma injustiça que precisa ser resolvida para que os efeitos da participação eleitoral possam produzir resultados mais justos. Mas como o PAIGC e o PRS, na qualidade de partidos mais fortes, continuam beneficiando-se dela, dificilmente vai entrar na agenda do Legislativo tal discussão, já que os dois partidos têm-se revezado no poder, ainda que o PAIGC tenha ganhado mais vezes eleições legislativas e presidenciais.

Com referência aos resultados eleitorais das presidenciais, dependem muito das premissas ou critérios que influenciam o comportamento eleitoral guineense. Portanto, qualquer candidato passará pelos mesmos critérios enquanto a realidade permanecer a mesma. Portanto, enquanto a instabilidade governativa, a falta de reforma das forças de defesa e segurança, a pobreza, o desemprego permanecer, os votos serão direcionado para o candidato que melhor apresentar requisitos de unidade e desenvolvimento.

A manutenção das altas taxas de participação da população nas eleições legislativas e presidenciais, no período estudado (1994 a 2014), aponta para o papel importante que o comportamento eleitoral teve na consolidação da democracia na Guiné- Bissau. Mesmo com os inúmeros conflitos político-militares que aconteceram nesse período, a população continuou dando respostas positivas para a democracia guineense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUGEL, P. M.. O desafio do escombro: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond, 2007 (422 p.).
- Cardoso, Carlos. A formação da Elite Política Na Guiné-Bissau. Centro do Estudo Africano. Lisboa, 2002.
- BARTELS, Larry. “The Study of Electoral Behavior,” Leighley, J. (ed) The Oxford Handbook of American Elections and Political Behavior.
- Bases de Dados das Eleições Africanas. Disponível em:
<<http://africanelections.tripod.com/gw.html>>. Acesso em: 24 de março de 2020.
- Cotteret, Jean-Marie et Emerit, Claude. (1973), Les Systèmes Électoraux. Paris, Presses Universitaires de France.
- CARREIRÃO, Yan e RENNO, Lucio (2018), “Presidential Voting: Partisanship, Economy, Ideology,” in: Ames, Barry. Routledge Handbook of Brazilian Politics.
- BORBA, J. Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. Sociedade e Estado (UnB. Impresso), v.27, p.263-288, 2012. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922012000200004
- DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: _____. Os anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BRADY, H., VERBA, S. AND SCHLOZMAN, K. Beyond Ses: A Resource Model of Political Participation The American Political Science Review, Vol. 89, No. 2 (Jun., 1995), pp. 271-294. Disponível em:
https://www.jstor.org/stable/2082425?seq=1#page_scan_tab_contents
- DAGNINO, E., Oliveira, A., Panfichi, A., Disputa pela construção democrática na América Latina. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2006.
- DAHL, R.A. Poliarquia: participação e oposição. São Paulo: EDUSP, 1997.
- Della Porta, D., Greco, M., Szakolezai, A. Identità, riconoscimento, scambio: saggi in onore di Alessandro Pizzoro. Milano: Laterza, 2000.
- DIABATE, M. Pedagogia convergente, transculturalidade e alteridade: o Tamasheq na convergência com o francês no território africano: o caso do Mali. Curitiba: CRV, 2017.
- DIANI, M. Green Network: a structural analysis of the Italian Environmental Movement. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1995.
- DJALÓ, M. Processo da ocupação da Guiné-Bissau: um olhar sociológico peça de dominação. Florianópolis, Revista Mosaico Social, Ano 3, n. 3, p. 1-7, 2006.

- FIGUEIREDO, Marcus. (1991). A Decisão do Voto. São Paulo: Editora Sumare/ANPOCS (Caps. 1, 2, 3 - parte I).
- GUINÉ-BISSAU. Instituto Nacional de Estatística. Característica Sociocultural. Recenseamento Geral da população e Habitação. INE, 2009.
- GURZA LAVALLE, A. Participação (des)igualdade política e democracia. In: Miguel, L. F. (Org.). Desigualdades e democracia - O debate da teoria política. 1.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2016, v., p. 171-202.
- Held, David. A democracia, o Estado-Nação e o Sistema Global. Lua Nova N° 23. 1991.
- HUNTINGTON, Samuel - The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century. Norman: University of Oklahoma Press, 1991, p. 45.
- LINZ, Juan & STEPAN, Alfred - Problems of Democratic Transition and Consolidation – Southern Europe, South America and Post- Communist Europe. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1996.
- LIMA, P. B., Sá. M. T. As teorias da transição para a democracia e o caso português. Relações internacionais. Lisboa, setembro de 2005.
- LOPES, C. O Kaabu e os seus vizinhos: uma leitura espacial e histórica explicativa de conflitos. Afro-Ásia [en línea] 2005, [Fecha de consulta: 23 de enero de 2019] Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articuloa?id=77003201>> ISSN 0002-0591
- MARCH, G. J. e Olsen, P. J. Neo-institucionalismo: fatores organizacionais na vida política. Revista Sociologia Política, v.16, n.31, p.121-142,2008.
- LUCIA, A. & Octávio, C. A. Sistema Político Brasileiro: uma introdução/ organizadores: [2.ed.]. – Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora UNESP, 2007. 496p.-; 19,5x26 cm.
- MANDELA, N. Julgamento de Rivonia. Discurso do Líder Sul Africano Nelson Mandela Na Suprema Corte Pretoria. Pretoria, 20 de abril de 1964 (África do Sul).
- MENDY, P. Karibe. Colonialismo português em África: a tradução de resistência na Guiné-Bissau (1879-1959). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, 1994.
- CARDINA, M. A tradição da contestação. Resistência estudantil em Coimbra no Marcelismo. Coimbra: Ângelus Novus, 2008, 256 pp.
- NICOLAU, J. M.. Sistemas Eleitorais: uma introdução. 3.ed.-Rio de janeiro: Editora FGV, 2001.80p. Coleção FGV Prática
- NOHLEN, D. (1981). Sistemas Electorales del Mundo. Traducción de Ramon García Catarelo. Madrid, Centro de Estudio Constitucionales (1978).

O'DONNELL, Guillermo & SCHMITTER, Philippe – Transition from Authoritarian Rule. Tentative Conclusions about Uncertain Democracies, p. 57.

PATEMAN, C. Participação e teoria democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PIZZORNO, A. Introduccion al estudio de la participación política. In: Pizzorno, Kaplan, Castells. Participación y cambio social em la problemática contemporânea. S.l.: Siap-Planteos, 1975. O texto foi inicialmente publicado em Quaderni di Sociologia, v.15, n3-4, jul.-dez., 1966.

PORTAL DO GOVERNO DA GUINÉ-BISSAU. Bissau. Disponível em: <http://www.gov.gw/index.php?option=com_content&view=article&id=393&Itemid=1804&lang=pt>. Acesso em: 24 jul. 17.

PRZWORSKI, A. Como e onde se Bloqueiam as Transições para a Democracia? In: Moises, Jose Álvaro, Albuquerque, Jose Augusto Guilhon (Orgs). Dilemas da Consolidação Da Democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

RAE, W. D. (1967), The Political Consequences of Electoral Laws. New Haven and London, Yale University Press.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. Constituição (1996). Constituição da República da Guiné-Bissau: Promulgada a 4 de dezembro de 1996. Bissau. Assembleia Nacional Popular. 36 p. (Serie legislação Guineense).

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. Bissau. Legislação Eleitoral (2013). Lei eleitoral nº 10/2013 de 25 de setembro de 2013. Dispõe sobre eleição para o cargo de Presidente da República e Assembleia Nacional Popular. Promulgada a 20 de setembro de 2013. Assembleia Nacional Popular. Bissau, p. 22-88.

RUSTOW, D. Transitions to Democracy: Towards a Dynamic Model, in Comparative Politics, Abril de 1970, pp. 337-363.

SANGREMAN, C. [ET al.]. A evolução política recente na Guiné-Bissau: as eleições presidenciais de 2006, os conflitos, o desenvolvimento, a sociedade civil. Lisboa: ISEG. CESA, 2006. - 72 p. - Documentos de trabalho: CESA. (70).

SANTOS, S. B. (org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SARTORI, G. Engenharia Constitucional / Giovanni Sartori; trad. De Sergio Bath. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996. 230p.

SCHMITTER, Philippe - Portugal: do Autoritarismo à Democracia. Lisboa: ICS, 1999, pp. 373-74. A ocorrência deste vasto conjunto de transições para a democracia, concentrada no tempo, esteve na base do conceito de «Terceira Vaga da Democracia».

SILVA, D. E. A. A independência da Guiné-Bissau e a descolonização portuguesa. Porto: Afrontamento, 1997. - 442 p.

SILVA, D. F. (2003). Guiné-Bissau: Páginas de História Política, rumos da democracia. Bissau: Firquidja editora.

SIMÕES, L. Etnografia, Arte e Cultura dos Indígenas da Guiné. Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa. Bissau (Guiné-Bissau). 1935.

SIQUEIRA, P. Tecnologia e Recenseamento Eleitoral: Experiências em Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Guiné-Bissau, p. 139, 2012. ProPALOP/TL (2010-2012).

HUNTINGTON, Samuel – The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century. Norman: University of Oklahoma Press, 1991.

SILVÉRIO, V. R. Síntese da coleção História Geral da África: século XVI ao século XX / coordenação de Valter Roberto Silvério e autoria de Maria Corina Rocha e Muryatan Santana Barbosa. Brasília: UNESCO, MEC, UFSCar, 2013.

SIQUEIRA, P. Tecnologia e Recenseamento Eleitoral: Experiências em Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. 2012, p. 139.

NORRIS, P. Political Activism: New Challenges, New Opportunities. In: BOIX &

STOKES, D. The Oxford Handbook of Comparative Politics. Oxford University Press, 2007, p. 628-652. Disponível em:
<<http://ksghome.harvard.edu/~pnorris/Acrobat/Boix&stokes-chap26.pdf>>

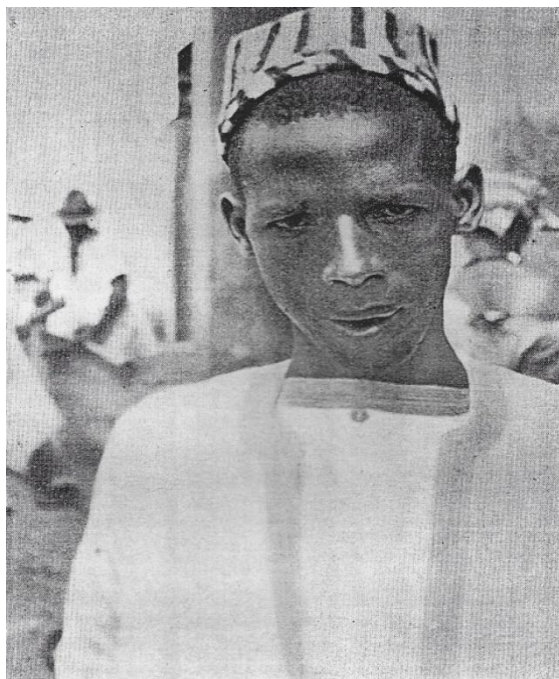
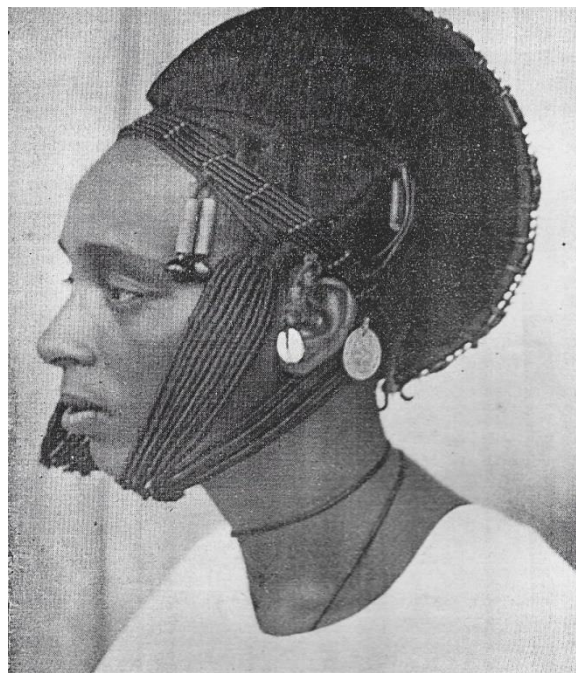
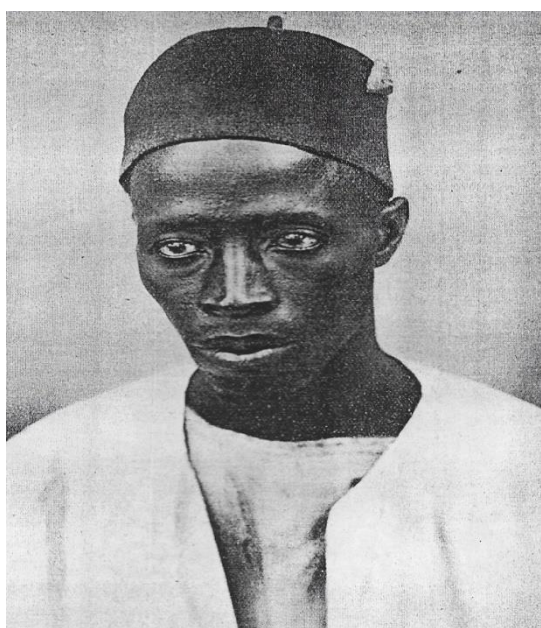
SOUZA, M. C. C. (1985). A democracia populista, 1945-1964: bases e limites. In:

ROUQUIÉ; LAMOUNIER, B.; SCHVARZER, J. (Orgs.). Como renascem as democracias. São Paulo: Brasiliense. p. 73-103.

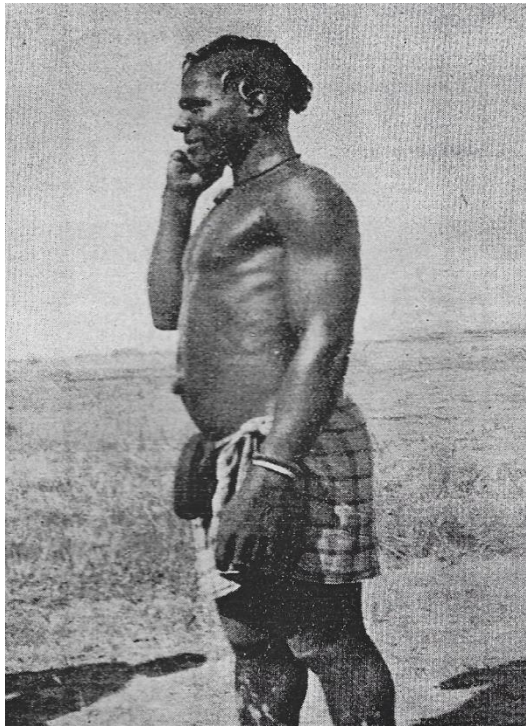
TAVARES, G. A. J. Sistemas Eleitorais nas democracias Contemporâneas: Teoria, Instituições, Estratégias. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

TOCQUEVILLE, A. De la Démocratie em Amérique, 2 tomo, Paris, Garnier-Flammarion, Reed.1981.

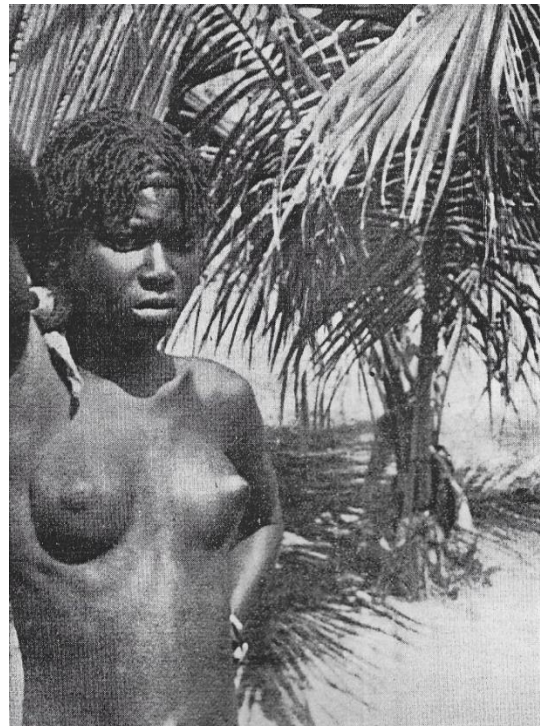
VAN DETH, J. Voting and the expanding repertoire of participation. In: FISHER, J. *et al.* The Routledge Handbook of Elections, Voting Behavior and Public Opinion, Routledge, London and New Yor, 2018.

Anexo 1- Fotos dos Principais Grupos Étnicos da Guiné-Bissau.**Futa-Fula****Fonte:** Landerset Simões, 1935**Fonte:** Landerset Simões, 1935**Fonte:** Landerset Simões, 1935**Fonte:** Landerset Simões, 1935

Balanta

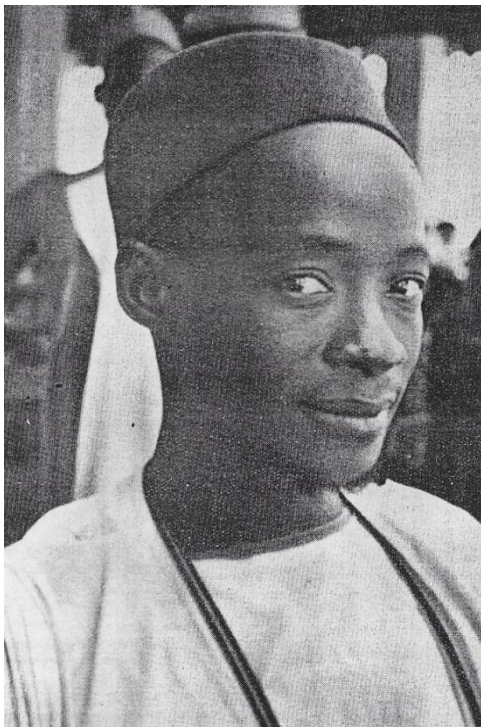


Fonte: Landerset Simões, 1935

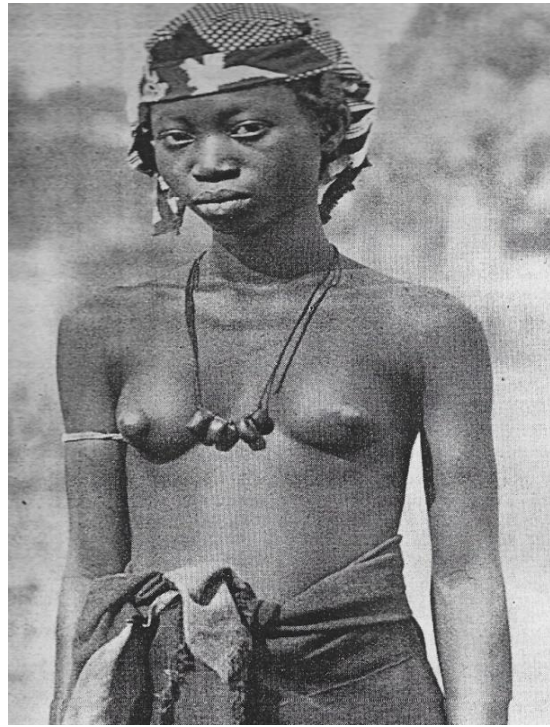


Fonte: Landerset Simões, 1935

Mandinga



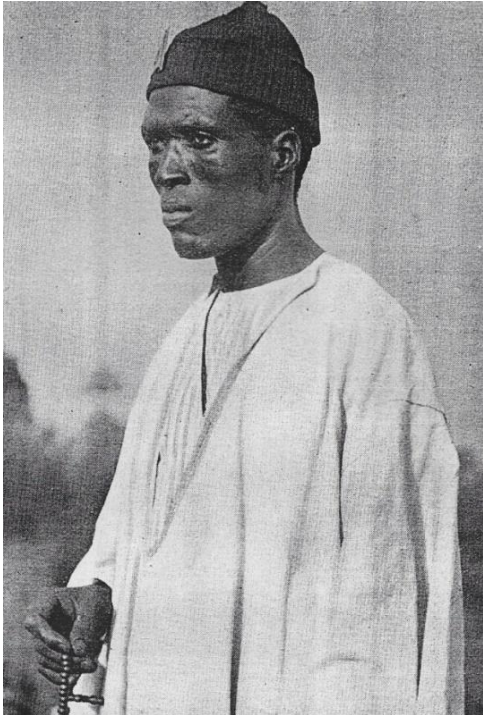
Fonte: Landerset Simões, 1935



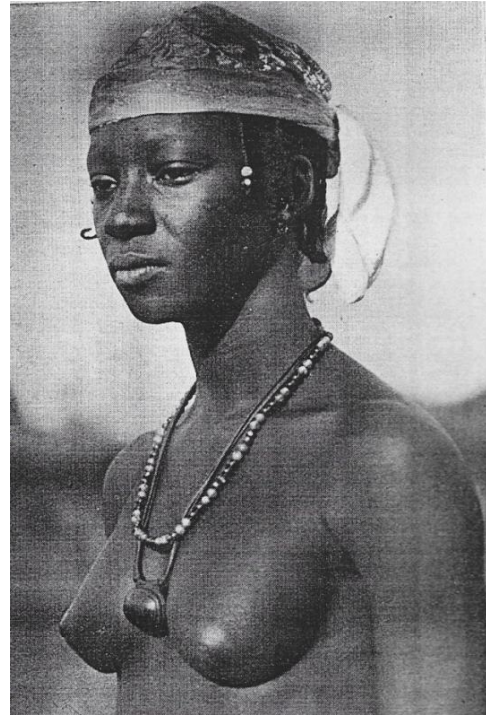
Fonte: Landerset Simões, 1935

|

Biafada

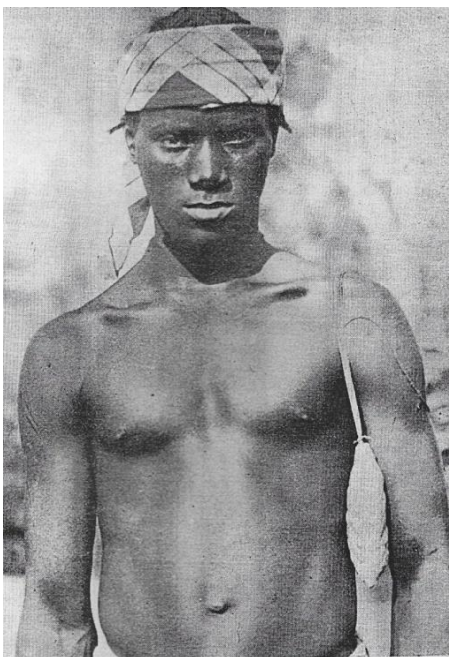


Fonte: Landerset Simões, 1935

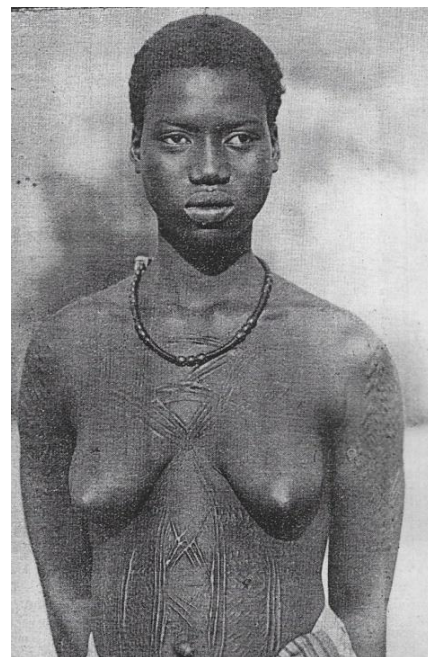


Fonte: Landerset Simões, 1935

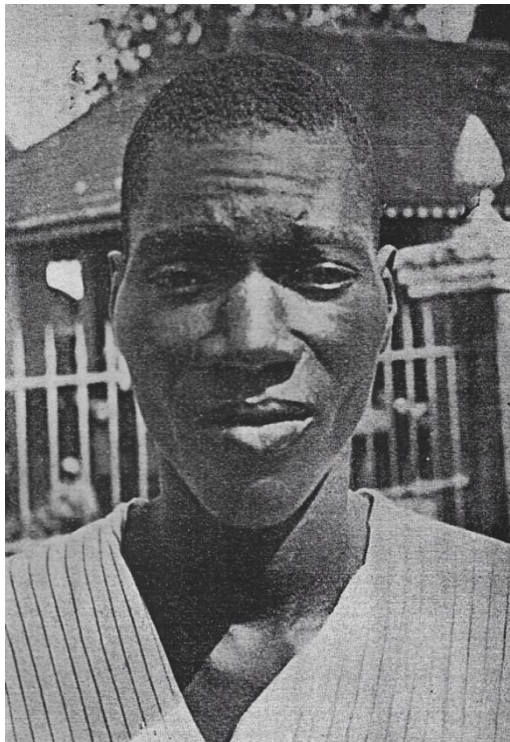
Pepel



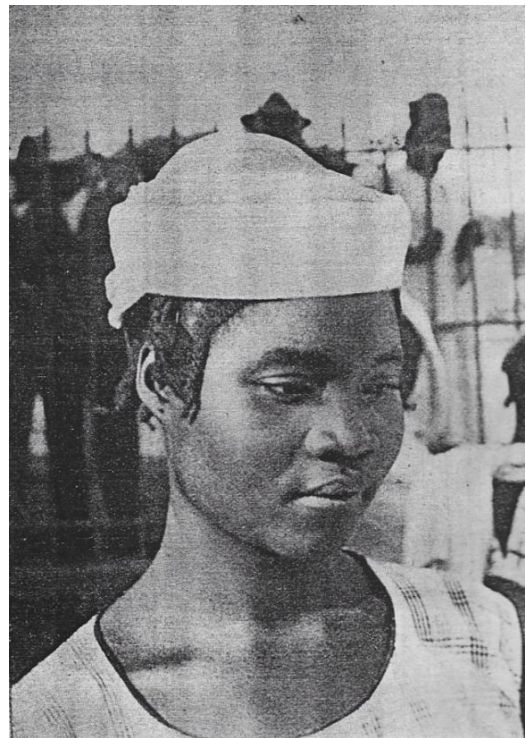
Fonte: Landerset Simões, 1935



Fonte: Landerset Simões, 1935

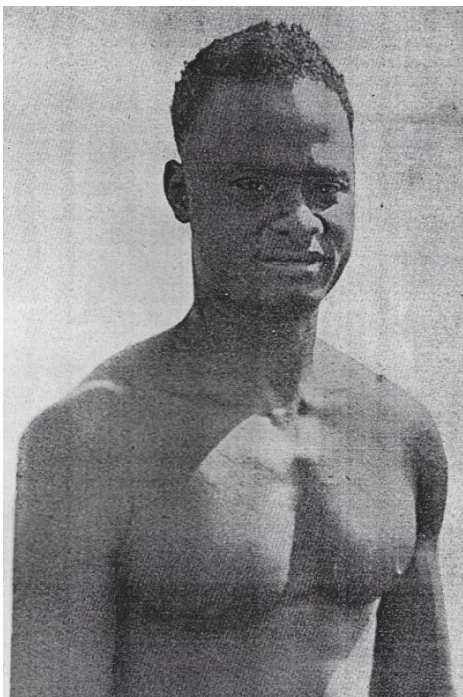


Fonte: Landerset Simões, 1935

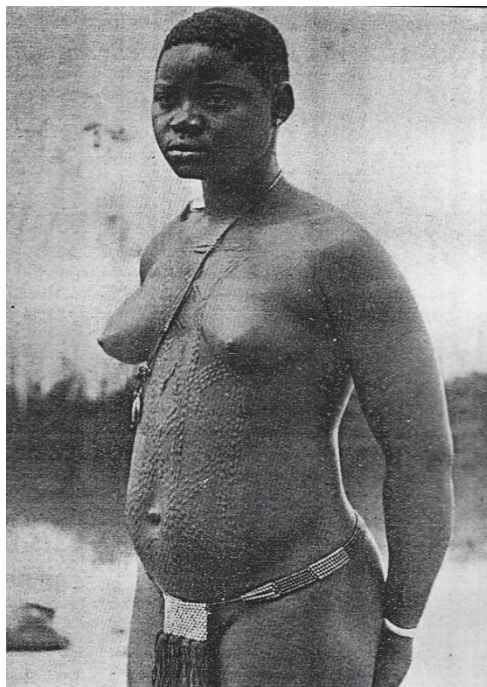


Fonte: Landerset Simões, 1935

Manjaco

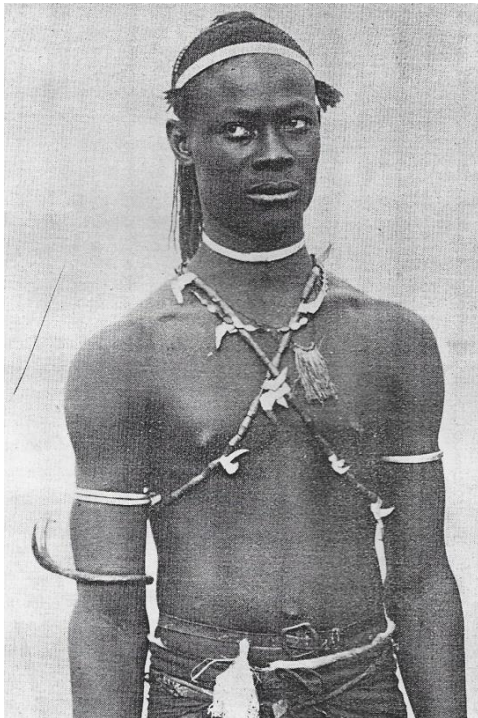


Fonte: Landerset Simões, 1935

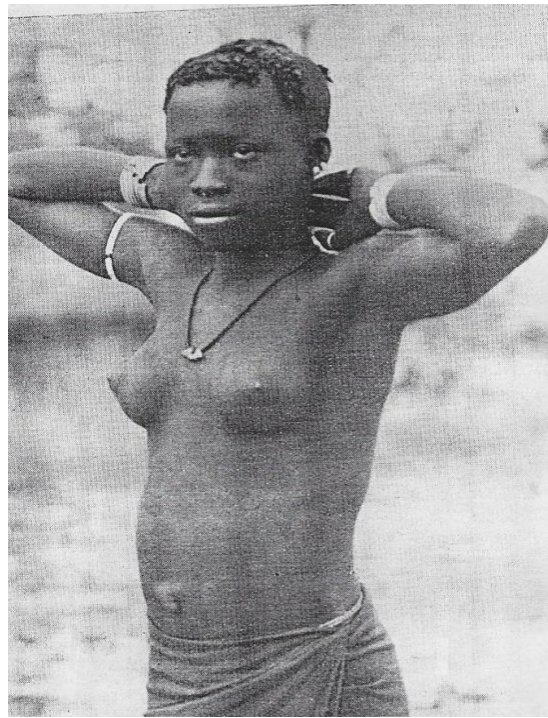


Fonte: Landerset Simões, 1935

Baiote

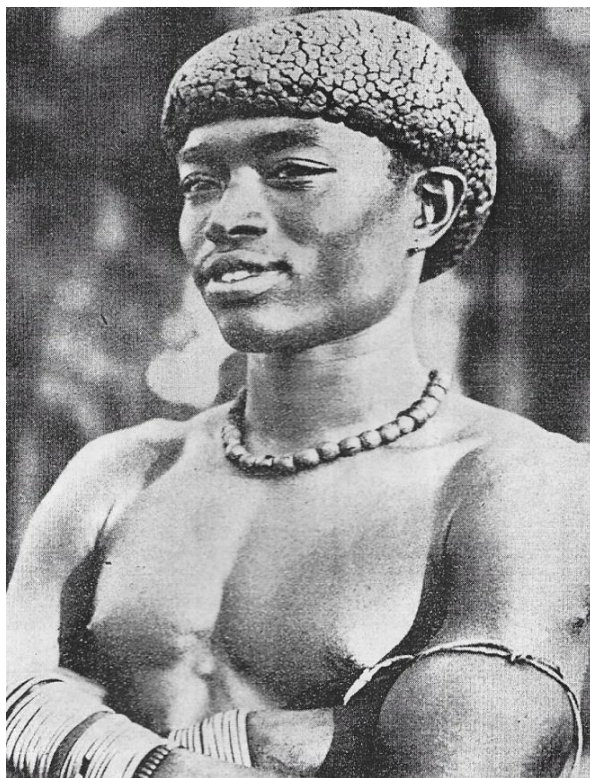


Fonte: Landerset Simões, 1935

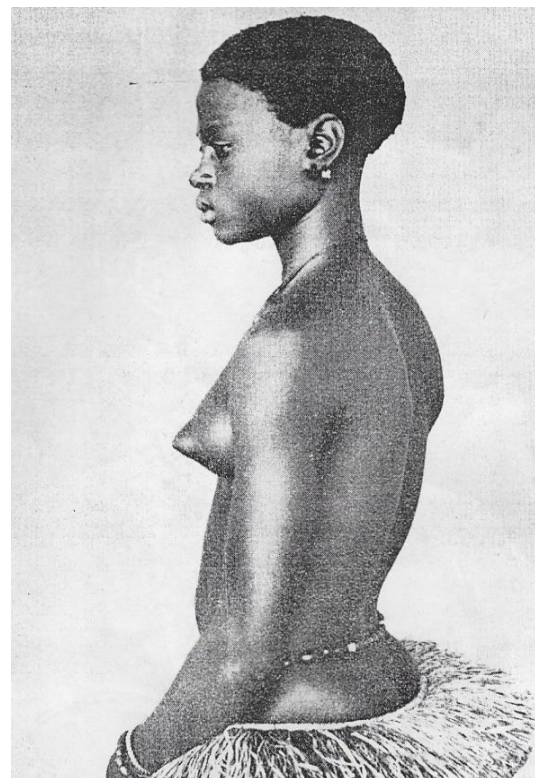


Fonte: Landerset Simões, 1935

Bijagó

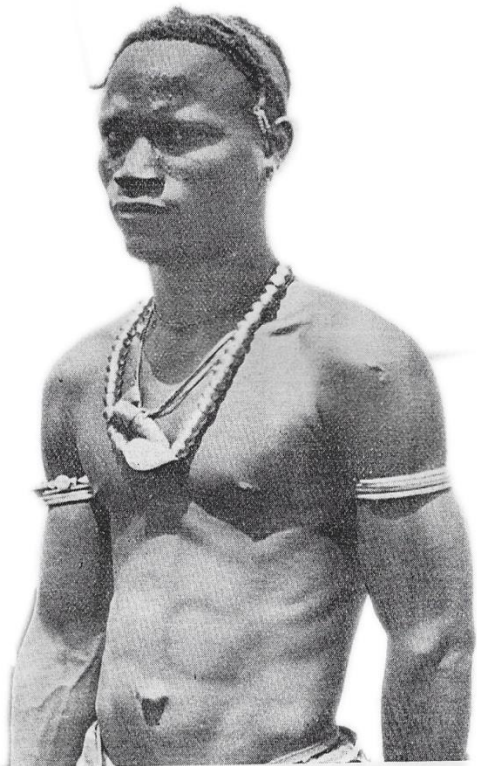


Fonte: Landerset Simões, 1935

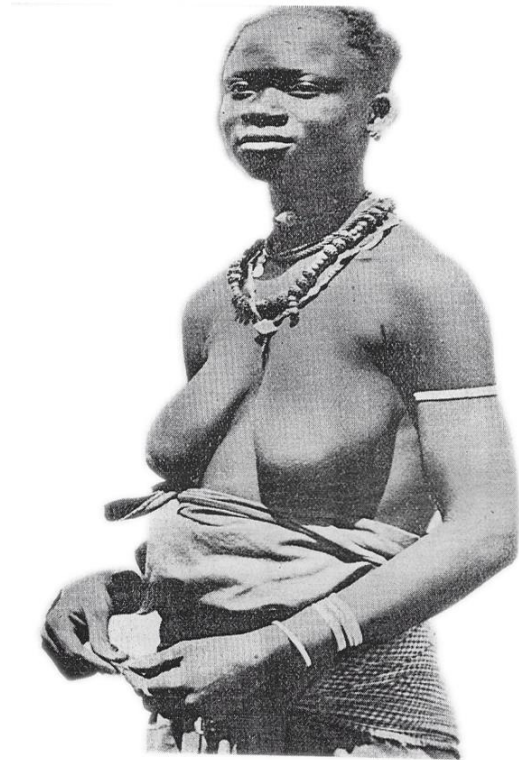


Fonte: Landerset Simões, 1935

Felupe

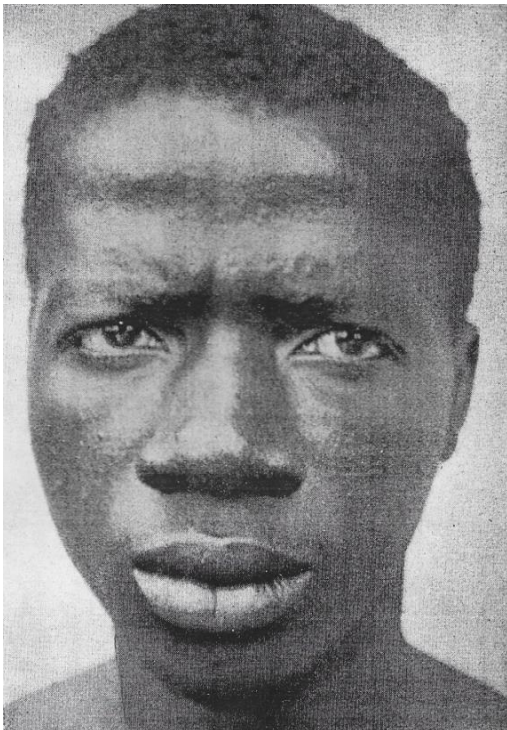


Fonte: Landerset Simões, 1935

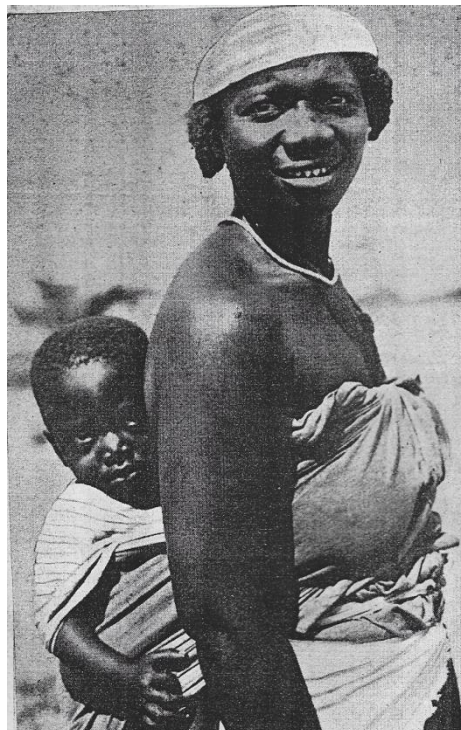


Fonte: Landerset Simões, 1935

Nalú



Fonte: Landerset Simões, 1935



Fonte: Landerset Simões, 1935

Anexo 2 - Colégios Eleitorais

Quadro 6 - Círculos Eleitorais

Círculos Regionais / Número de Deputados Por Círculos		
Região de Tombali		7 Deputados
Círculo 1	Catió/Komo	3 Deputados
Círculo 2	Bedanda/Cacine/Quebo	4 Deputados
Região de Quinara		6 Deputados
Círculo 3	Buba/Empada	3 Deputados
Círculo 4	Fulacunda / Tite	3 Deputados
Região de Oio		16 Deputados
Círculo 5	Bissorã	5 Deputados
Círculo 6	Farim	4 Deputados
Círculo 7	Mansaba	3 Deputados
Círculo 8	Mansoa/Nhacra	4 Deputados
Região de Biombo		6 Deputados
Círculo 9	Quinhamel	3 Deputados
Círculo 10	Safim/Prábis	3 Deputados
Região de Bolama/Bijagós		3 Deputados
Círculo 11	Bolama/Bubaque/Caravela/Uno	3 Deputados
Região de Bafatá		14 Deputados
Círculo 12	Bafatá/ Calomoro	6 Deputados
Círculo 13	Bambadinca/ Xitole	3 Deputados
Círculo 14	Contuboel/Ganadú	5 Deputados
Região de Gabú		14 Deputados
Círculo 15	Boé/Pitche	6 Deputados
Círculo 16	Gabú	4 Deputados
Círculo 17	Pirada	3 Deputados
Círculo 18	Sonaco	3 Deputados
Região de Cacheu		14 Deputados
Círculo 19	Bigene/Bula	5 Deputados
Círculo 20	Caió/Canchungo	5 Deputados
Círculo 21	Cacheu/São Domingos	4 Deputados
Emigração		
Círculo 22	África	1 Deputado
Círculo 23	Europa	1 Deputado

Fonte: Lei eleitoral, 2013.

Quadro 7 - Setor Autônomo de Bissau (SAB)

Setor Autônomo de Bissau		20 Deputados
Círculo 24	Achada/24 de Setembro	3 Deputados
	Chão de Papel/Varela	
	Ilhéu do Rei	
	Cupelum de Cima	
	Cupelum de Bauxo	
	Caliquir Rossio	
Círculo 25	Pluba de Cima/Luanda	4 Deputados
	Empandja	
	Pabedjabe/Bairro	
	Coco/Pluba de Baixo	
	Ponta lero/Tete	
	Santa Luzia/Antula	
Círculo 26	Mindara/Bandim I/Bandim II	3 Deputados
Círculo 27	Pefine/Amedalai	4 Deputados
	Sintra/Nema	
	Missira/Ajuda	
	Mindara/Gambeafada	
	Reno I/Bairro Internacional	
Círculo 28	Belém/Plack II	3 Deputados
	Ajuda II/Cuntum	
Círculo 29	Penha / Penha Bôr	3 Deputados
	Bairro Militar	
	Bairro Bissak/ Brá	
	Circ/ Hafia	
	Plack I/ Penha Bôr	
	Lisboa Adoze	

Fonte: Lei eleitoral, 2013.

Anexo 3 - Lista dos Partidos Políticos da Guiné-Bissau (2019)

República da Guiné- Bissau		
Supremo Tribunal de Justiça		
Secretário Geral dos Tribunais		
Numero	Designação	Siglas
1	Aliança das Forças Patrióticas	AFP
2	Aliança Democrática	AD
3	Aliança Para a República	APR
4	Aliança Socialista	AS
5	Assembleia do Povo Unido - Partido Democrático da Guiné-Bissau	APU - PDGB
6	Centro Democrático	CD
7	Congresso Nacional Africano	CNA
8	Fórum Cívico Guineense Social Democracia	FCG - SD
9	Frente de Libertação da Guiné	FLING
10	Frente Democrática	FD
11	Frente Democrática Social	FDS
12	Frente Patriota de Salvação Nacional	FREPANSA
13	Liderança Para o Desenvolvimento Sustentável	LIDS
14	Liga Guineense de Proteção Ecológica	LIPE
15	Manifesto do Povo	MANIFESTO
16	Movimento Democrático Guineense	MDG
17	Movimento Guineense para Desenvolvimento	MGD
18	Movimento Para a Alternância Democrática	MADEM
19	Movimento Para Unidade e Democracia	MUDE
20	Movimento Patriótico	MP
21	No-Djunta Mon - Partido dos trabalhadores da Guiné-Bissau	PT
22	Partido Africano Para Independência da Guiné e Cabo Verde	PAIGC
23	Partido Africano Para Libertação, Organização e Progresso.	PALOP
24	Partido Africano Para o Desenvolvimento	PAD
25	Partido da Convergência Democrática	PCD
26	Partido da Nova Democracia	PND
27	Partido da Nova Força Nacional	NFN
28	Partido da Renovação e Desenvolvimento	PRD
29	Partido da Renovação Social	PRS
30	Partido da União Nacional	PUN
31	Partido de Reconciliação Nacional	PRN
32	Partido de Renovação e Progresso	PRP
33	Partido de Solidariedade e do Trabalho	PST
34	Partido Democrata Socialista de Salvação Guineense	PDSSG
35	Partido Democrático Guineense	PDG
36	Partido Democrático para o Desenvolvimento	PDD

37	Partido Democrático para Progresso	PDP
38	Partido Democrático Socialista	PDS
39	Partido do Povo da Guiné	PPG
40	Partido Manifesto do Povo	PMP
41	Partido para a Justiça Reconciliação e Trabalho	PJRT
42	Partido Para Democracia Desenvolvimento e Cidadania	PADEC
43	Partido Para Desenvolvimento de Combate a Pobreza	PDCP
44	Partido para Progresso	PP
45	Partido Pela Democracia, Desenvolvimento e Cidadania.	PADEC
46	Partido Popular Democrático	PPD
47	Partido Popular Guineense	PPG
48	Partido Republicano da Independência para Desenvolvimento	PRID
49	Partido Social Democrata	PSD
50	Partido Socialista da Guiné-Bissau	PS-GB
51	Partido Unido Social Democrática	PUSD
52	Resistência da Guiné-Bissau	RGB
53	União Democrata Social	UDS
54	União dos Patriotas Guineenses	UPG
55	União Nacional Para Democracia e Progresso	UNDP
56	União Para Mudança	UM

Fonte: Supremo Tribunal da Justiça da Guiné-Bissau, 2020.